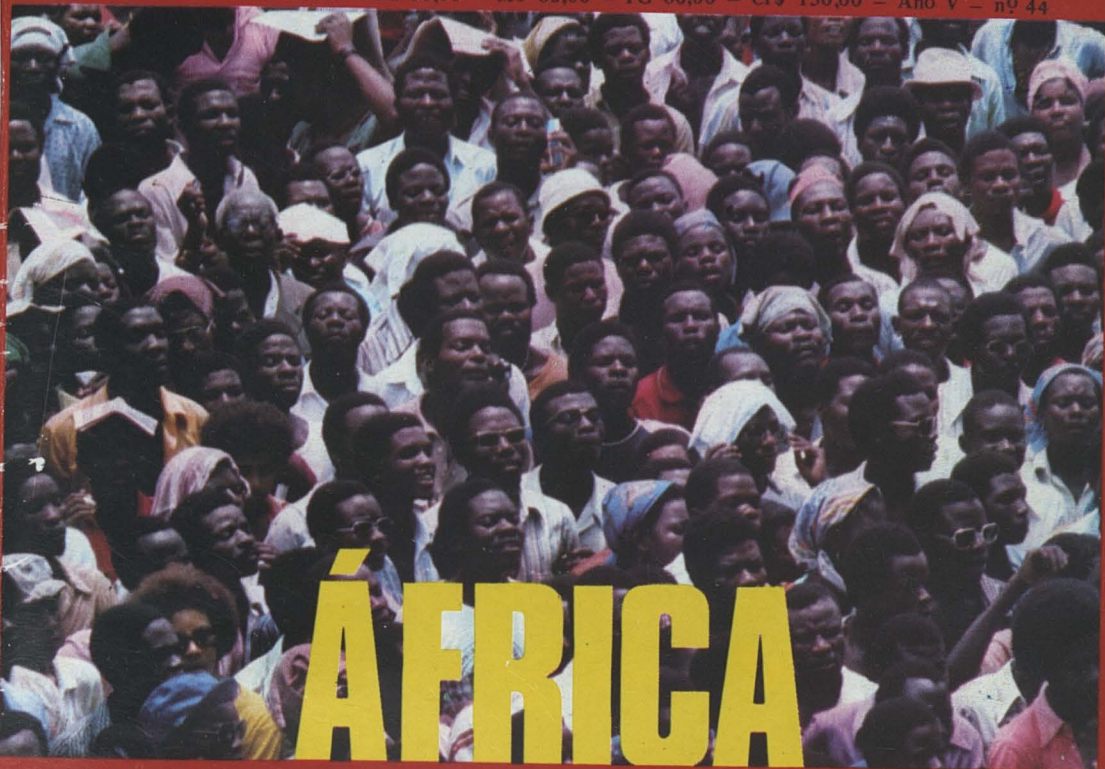


cadernos do

terceiro mundo

El Salvador
depois das eleições

Abril - 1982 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano V - nº 44



ÁFRICA

Zimbabwe:
**A segunda
independência**

Gana:
**A hora
das mudanças**

Namíbia:
**Cisões
no apartheid**

São Tomé e Príncipe:
**Sete anos
depois**

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.

MABOR DE MOÇAMBIQUE

tipos de pneus para exportação:			
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY	
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "	
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "	
6.00 - 16 " "	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100	
6.50 - 16 " "	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC	
7.50 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "	
9.00 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frontu	
7.50 - 18 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "	
8.25 - 20 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER	
	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Tractor Rib.	
	165 SR 15 " "		



Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
telegr. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holótúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

DNPP

república popular de moçambique



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

★
ANGOLA AIRLINES

Malvinas

Este número já estava na gráfica quando explodiu a crise das Malvinas. E todos os países do Terceiro Mundo, especialmente os da América Latina, passaram a se defrontar com um problema complexo. De um lado, ressurgia o velho espectro do colonialismo britânico, condenado nos foros internacionais, mas que teimosamente se recusa a abandonar suas possessões no Atlântico Sul. Do outro, um regime militar isolado diplomaticamente por causa das arbitrariedades que cometeu durante sete anos, decide endossar uma reivindicação correta e popular, com o aparente objetivo de tentar neutralizar o descontentamento interno.

Por falta de espaço e de tempo é impossível agora entrarmos em maiores detalhes sobre as causas e implicações da crise nas Malvinas. Independentemente do seu desfecho, ela está destinada no entanto a ter consequências muito importantes para o futuro político da Argentina, que ao que tudo indica, não será mais a mesma depois do confronto com a Inglaterra. Este será o assunto principal da reportagem de capa do próximo número dos "cadernos do terceiro mundo".

Neste número, nossas atenções se concentram na África. Dois chefes de Estado deram entrevistas exclusivas a Carlos Pinto Santos e Alberto Mariani, nossos enviados especiais. São eles, o capitão Jerry Rawlings que, pela segunda vez em pouco mais de dois anos, tomou o poder em Gana, e Manuel Pinto da Costa, presidente de São Tomé e Príncipe desde a independência do arquipélago em 1975. As duas entrevistas fazem parte de nossa matéria de capa, dedicada às mudanças no continente africano e a aprofundar alguns dos seus mais significativos problemas atuais, como é sem dúvida a situação da Namíbia.

Incluimos também neste número, uma matéria de nosso colaborador Arqueles Morales examinando exaustivamente a situação na convulsionada América Central depois das eleições salvadorenses e do golpe de Estado na Guatemala. Conclui ele: o vulcão já entrou em erupção.

Reagan e os direitos humanos

Um helicóptero é uma máquina extraordinária. Pequena, fácil de dirigir, não precisa de aeroporto e de pista para levantar vôo ou aterrissar.

Seu valor militar é imenso. Ao permitir que as tropas cheguem e se retirem de maneira rápida de áreas geralmente inacessíveis, dá às ações militares uma mobilidade desconhecida anteriormente. Quando está artilhada é uma arma espetacularmente mortal.

O exército salvadorenho perdeu recentemente quase todos os seus helicópteros numa arriscada incursão das forças guerrilheiras. Ronald Reagan, campeão dos direitos humanos e da democracia na Polônia, autorizou imediatamente uma ajuda militar num montante de 55 milhões de dólares para que sejam repostos todos os helicópteros.

Que farão os militares salvadorenhos com eles?

Como o exército norte-americano aprendeu no Vietnã, o helicóptero é excelente para o levantamento de uma área à altura das árvores e para disparar em qualquer coisa que se mova. Não precisa ser um bom atirador; as metralhadoras não são instrumentos sutis. Eles não se perguntam quem será sua vítima ali em baixo; pode ser uma criança, velho ou mulher. Mas isso não importa. Para os objetivos militares, os mortos transformam-se automaticamente em guerrilheiros. A quantidade de cadáveres justifica os fins estatísticos na utilização massiva de meios.

No entanto, provavelmente podemos assumir que nossos amigos salvadorenhos não tenham em mente esse propósito

já que como Reagan nos garante, seu recorde em direitos humanos está melhorando permanentemente. Apesar de nosso desejo de acreditar no sr. Reagan, existe algo confuso com relação a esses helicópteros. Por que são tão necessários em El Salvador?

O relato de um jovem chamado Philippe Bourgeois nós dá uma idéia disso. Bourgeois é um estudante formado em Oxford que foi para El Salvador a fim de entrevistar os camponeses, em novembro passado. No dia 11 desse mês, conseguiu obter um conhecimento total da "valiosa contribuição" que os helicópteros estão dando em El Salvador.

"Assim que amanhecia, começava o bombardeio. Eu me refugiava em buracos e em trincheiras cavadas precipitadamente, enquanto meus ouvidos suportavam o terrível ruído dos helicópteros Huey".

Durante sete dias, Bourgeois e os camponeses se esconderam fugindo das tropas. "Todos nós sabíamos que tão logo amanhecesse, os helicópteros e as patrulhas militares e paramilitares sairiam em nossa busca. Quando estávamos perto da fronteira com Honduras, tivemos de correr a noite toda e boa parte do dia, com os helicópteros em plena perseguição". As baixas civis nessa operação foram relativamente leves para os "padrões" salvadorenhos: 50 mortos, 90 feridos e 100 desaparecidos. (Todas as citações desse incidente são de um artigo de imprensa do Conselho de Assuntos Hemisféricos, publicado a 12 de janeiro de 1982.)

Muitos outros acontecimentos semelhantes ocorreram nos últimos meses, alguns com um saldo de centenas de mortos. (Ver no *Washington Post* de 27 de janeiro de 1982, um artigo sobre a

matança na província de Morazán, acontecida nos dias 16 e 17 de dezembro de 1981, onde se afirma que foram assassinados cerca de 900 camponeses.)

À medida que alguém cata informações na imprensa, aumenta a impressão de que talvez a situação dos direitos humanos em El Salvador não seja tão otimista como nos quer fazer crer nosso presidente. Ele insiste em que estamos apoiando um governo legítimo em El Salvador e isso faz aumentar nossa confusão já que, no *Weekly Report* de 22 de janeiro de 1981, aparece essa interessante citação: "Essa junta não tem legitimidade". Seu autor é nada menos que José Napoleón Duarte, presidente de El Salvador. Ralph Davis, Charlottesville, Virginia, USA.

Intercâmbio

Rui de Carvalho M. da Cunha
Escola Nacional de Aviação Militar — Caixa Postal 140
Negage — Uíge
República Popular de Angola

D. Marques Galvão
Caixa Postal 134
58000 — João Pessoa — PB
Brasil

Reynaldo G. de Jesus
Caixa Postal 3271
20010 — Rio de Janeiro — RJ
Brasil

Guilherme J. Ferreira da Rocha
Rua Feliciano de Aguiar, 424 —
Casa 1, Fundos, Maria da Graça
20781 — Rio de Janeiro — RJ
Brasil

Rubens de A. Santos
Rua Eiras Garcia, 212
01550 — São Paulo — SP
Brasil

Nesta edição

Editorial

- 5 Malvinas: pela recuperação e contra a ditadura

Matéria de capa: África

- 9 Zimbábue: A segunda fase da independência, *Carlos Castilho*
14 Namíbia: As cisões no *apartheid*
17 Somália: A difícil posição de Siad Barre, *Micaela Ramada*
19 Gana: Jerry Rawlings: "Viemos para ficar", *Alberto Mariani*
22 Nigéria: A oposição tenta unir-se
25 Serra Leoa: O crepúsculo da era Stevens, *Alice Nicolau*
28 Especial: São Tomé e Príncipe, *Carlos Pinto Santos*

Ásia

- 51 Paquistão: O centro da tormenta, *Nikhil Chakravarti*
61 Turquia: A ordem das baionetas, *Agustín Castaño*

América Latina

- 64 América Central: Um vulcão em erupção, *Arqueles Morales*
71 Uma tríplice aliança sectária, *Martin Morazán*
74 Brasil: O império Jari, *Modesto da Silveira*

Norte/Sul

- 78 Os dilemas do Terceiro Mundo, *Narinder Koshla*

Cultura

- 80 Nicarágua: A revolução como revelação, *Eduardo Galeano*
87 Notas

- 98 Panorama Tricontinental

Estratégia

- 92 O risco de uma catástrofe, *Sus Van Elzen/Maria Fialho*



América Central



Almirante Sanguinetti

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 44
abril — 1982
Preço de capa: Cr\$ 150,00
Números atrasados: Cr\$ 150,00

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samaral e Amaury dos Anjos

Tradução
Vanize Campos

Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito e Impressão
Editora Vecchi S. A.
Rua do Resende, 144

Circulação em 70 países.

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 742-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos desta edição:

Foto capa, Beatriz Bissio; Tempo, p. 10; Terry Fincher, p. 11; Rui Lopes Ferreira, p. 16; Notícias (Moç.), p. 16; Cadernos do Terceiro Mundo, p. 18; Panorama, p. 67; Aires Cruz e Manuel Nazaré, pp. 28/49; Arturo Robles, p. 71; José Lavanderos, p. 73; Carlos Namba, p. 75; CTK, p. 78; Sara Facio, p. 81; Prensa Latina, p. 82; Beatriz Bissio, pp. 81, 83, 85, 86; C. Sanchez, p. 83; Diálogo Social (Nic.), p. 86; Capa: Carmem Saporetto.

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano

Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

● *Edições em espanhol*

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle Califórnia, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÔMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telephone. 724-712

● *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

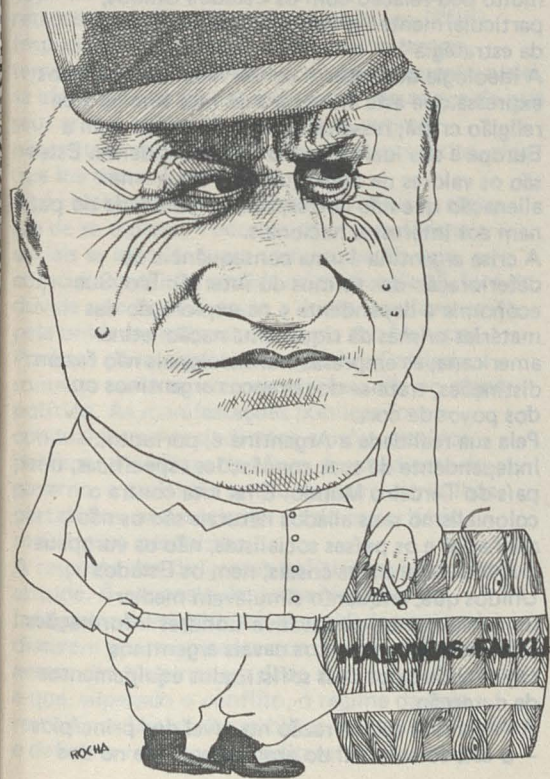
Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BÉLIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ex. Jarantillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Ojote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANCIA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETAÑA: Latin American Book Shop, 29 Inlington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paraméa, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamaraka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Diagonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Terralla, Amalia Marín Esq. Ave González, Rfo Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 66th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pta. Brion, Caracas.

Malvinas: pela recuperação e contra a ditadura



Em relação ao conflito das Malvinas, nem todas as análises e julgamentos distinguiram acertadamente os princípios, os meios e os fins. Pelo contrário, nos países desenvolvidos prevaleceu o critério de ignorar ou colocar num segundo plano os princípios — o fato de esta ser uma questão colonial —, enquanto nos países do Terceiro Mundo a natureza do problema foi devidamente valorizada.

A rápida e enérgica resposta da Comunidade Econômica Européia (CEE), consistindo na suspensão do comércio e do fornecimento de armas à Argentina, nem sequer levou em consideração esse dado essencial.

Em defesa desta atitude se alegou que a Argentina utilizou a força militar para ocupar o arquipélago e que os membros da CEE não podiam deixar de prestar sua solidariedade à Grã-Bretanha, membro como eles da Comunidade. Porém um país pode acatar as normas de uma instituição como a CEE e ao mesmo tempo formular reservas, neste caso relativas à origem do conflito, assinalando que a adesão às medidas não implica respaldar uma situação colonial.

A omissão destas reservas despoja a posição da CEE de toda desculpa e induz a pensar que nela influíu o fato de que sete de seus dez integrantes são ex-potências coloniais (a própria Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, Dinamarca e Alemanha Federal).

Quanto à Grã-Bretanha, é ainda mais evidente que sua reação é própria de um império que nem por decadente deixa de estar decidido a preservar seus interesses por meio da força, neste caso a armada real com o triste passado de haver subjugado povos indefesos da América Latina, Ásia e África.

Nesta aventura em águas do Atlântico Sul, não somente os nostálgicos do partido conservador respaldaram a primeira-ministra Margaret Thatcher. Também o fizeram os social-democratas, os liberais e os trabalhistas, com a única exceção de um minoritário setor de esquerda neste último partido. Com o cúmulo da hipocrisia, muitos parlamentares descobriram o caráter ditatorial e fascista da junta militar argentina, depois que esta içou a bandeira nacional em Puerto Stanley, rebatizado de Puerto Rivero, e posteriormente, Puerto Argentino.

A Câmara dos Comuns se converteu numa caixa de ressonância dos crimes e torturas cometidos pelos oficiais de Videla e Galtieri desde 1976, com uma intensidade incomparavelmente maior à registrada quando essas violações foram conhecidas. E por certo naquela ocasião nem à Grã-Bretanha nem a país algum da CEE ocorreu aplicar sanções à Argentina, apesar de que, de qualquer ponto de vista, a repressão que somou mais de 30 mil mortos e desaparecidos, era de uma gravidade muito superior que o desalojamento violento porém sem sangue do destacamento britânico. O emprego da força militar é condenável, desde logo. Porém a imposição do colonialismo e sua manutenção é também um ato de força. E Buenos Aires tem a experiência de haver negociado com Londres, seja por meio de governos democráticos ou de ditaduras, durante 17 anos. Neste lapso não conseguiu de seu interlocutor nenhuma satisfação a suas reivindicações e não havia indícios de que no futuro os britânicos se dispusessem a outra coisa a não ser ganhar tempo nas negociações bilaterais.

A Argentina tem a seu favor neste conflito uma resolução das Nações Unidas que qualifica as Malvinas como um caso colonial e insta a realizar negociações para sua descolonização, e tem ainda o apoio dos países latino-americanos.

Um aliado natural neste conflito seria o Movimento dos Países Não-Alinhados. E a diplomacia de Buenos Aires teria podido articular uma frente de apoio mais ampla e ativa apoiando-se nas contradições Norte-Sul e Este-Oeste.

De fato, os Estados Unidos se abstiveram aparentemente de tomar partido e se esforçaram em manter uma postura que lhes permitisse mediar entre ambas as partes. O governo do presidente Ronald Reagan tinha um lógico interesse de evitar uma guerra entre seu mais firme aliado na Europa e um de seus mais calorosos associados da América Latina, o mesmo governo argentino que prestou sua ajuda — enviando *experts* militares — aos regimes da América Central, em particular o de El Salvador, numa ação orquestrada entre Buenos Aires e Washington. Preocupava a Casa Branca, além disso,

que o apoio dado pela União Soviética às reivindicações de Buenos Aires, desse a Moscou uma maior margem de influência na Argentina e no Atlântico Sul, área de alto valor estratégico.

Porém o regime de Galtieri, de um anticomunismo visceral, inibiu-se por razões ideológicas em jogar estas cartas. Lidas hoje resultam irônicas as definições de política exterior formuladas pelo ministro de Relações Exteriores da ditadura, após assumir o cargo em fins de dezembro passado: — “A Argentina não está identificada nem com a origem histórica nem com as condições essenciais do Terceiro Mundo e menos ainda com o bloco de países do Movimento dos Não-Alinhados.” O objetivo fundamental será “manter uma muito boa relação com os Estados Unidos, particularmente no campo da segurança e da estratégia”.

A ideologia dos setores conservadores argentinos expressa que este é um país de raça branca e de religião cristã, ressaltando sua afinidade com a Europa e sua identificação com o Ocidente. Estes são os valores da oligarquia, porém é uma alienação que não corresponde à realidade do país nem aos interesses nacionais.

A crise argentina é uma consequência da deterioração dos termos do intercâmbio. Sua economia é dependente e na exploração das matérias-primas da riquíssima nação latino-americana, as empresas transnacionais não fazem distinções, trate-se dos brancos argentinos ou dos povos de cor.

Pela sua realidade a Argentina é, portanto, independente de suas conotações específicas, um país do Terceiro Mundo. E na luta contra o colonialismo seus aliados naturais são os não-alinhados e os países socialistas, não os europeus que lhe voltaram as costas, nem os Estados Unidos que, enquanto simulavam mediar imparcialmente, passavam a Londres informações sobre os deslocamentos navais argentinos registrados pelos seus sofisticados equipamentos de detecção.

À Argentina cabe a razão no nível dos princípios — o estado colonial do arquipélago — e no dos

fins — a recuperação territorial, a qual porém deve efetuar-se levando em consideração os interesses dos colonos.

O problema reside nos meios.

Neste plano se sabe que a Junta foi inspirada principalmente pelas dificuldades em que se encontrava o regime. O governo militar é detestado pelo povo argentino e se se manteve em pé desde março de 1976, isto se deve exclusivamente ao exercício intenso e constante da repressão.

O governo argentino aplicou na esfera econômica uma política ultraliberal cujas consequências foram desastrosas: redução drástica dos ingressos reais dos assalariados, uma das mais altas taxas de inflação do mundo, falência em cadeia de empresas, aumento do endividamento externo e da dependência, diminuição do setor industrial, retrocesso do Produto Nacional Bruto (PNB).

Impopular e fracassado, e ao mesmo tempo temeroso de abandonar um poder (enquanto a ele se aferram) que dá aos militares a segurança de que seus crimes não serão julgados, o regime necessitava de algum triunfo, de algum êxito, algo que lhe desse estabilidade.

Após a ocupação das Malvinas aconteceu o que era de se esperar. Todos os setores políticos e sociais se identificaram com uma ação que coincidia com, tão sentida reivindicação. É fora de dúvida que a curto prazo a Junta saiu favorecida pela unidade nacional em torno das Malvinas.

Porém o povo argentino respaldou Galtieri somente neste aspecto específico, não no plano político. As manifestações públicas foram conduzidas pelos sindicatos e pelos partidos políticos e na Plaza de Mayo, frente à casa de governo, a multidão gritou em coro estribilhos partidários, em particular os do majoritário movimento peronista.

A resposta dos dirigentes políticos sublinhou esta atitude. À proposta da Junta Nacional de integrá-los num gabinete de unidade nacional, disseram unanimemente que o apoio à Junta acerca das Malvinas era dado sem condição alguma e que, superado o conflito, o regime deveria restituir as liberdades públicas, convocar eleições e definir o retorno dos militares aos quartéis.

Este balão de oxigênio que o general Galtieri conseguiu dificilmente terá longa duração.

Qualquer que seja o resultado deste episódio, os problemas permanecerão e a continuidade da ditadura só faria agravá-los.

Confrontado com uma crise econômica que congela uma grande parte do poder de compra, o povo não perderá ocasião de expressar o seu descontentamento e deixar bem claro que o apoio à ocupação das Malvinas não impede a resistência à ditadura.

Há, por último, um ponto obscuro que só o tempo esclarecerá e que constituía uma interrogação no fechamento desta edição.

Uma operação desta natureza requer uma avaliação militar e diplomática muito precisa. Não teria sentido uma ocupação que não pudesse ser mantida, seja por meios militares, seja por meios diplomáticos. Porém, há indícios de que, em Buenos Aires, não se esperava uma reação tão firme de Londres.

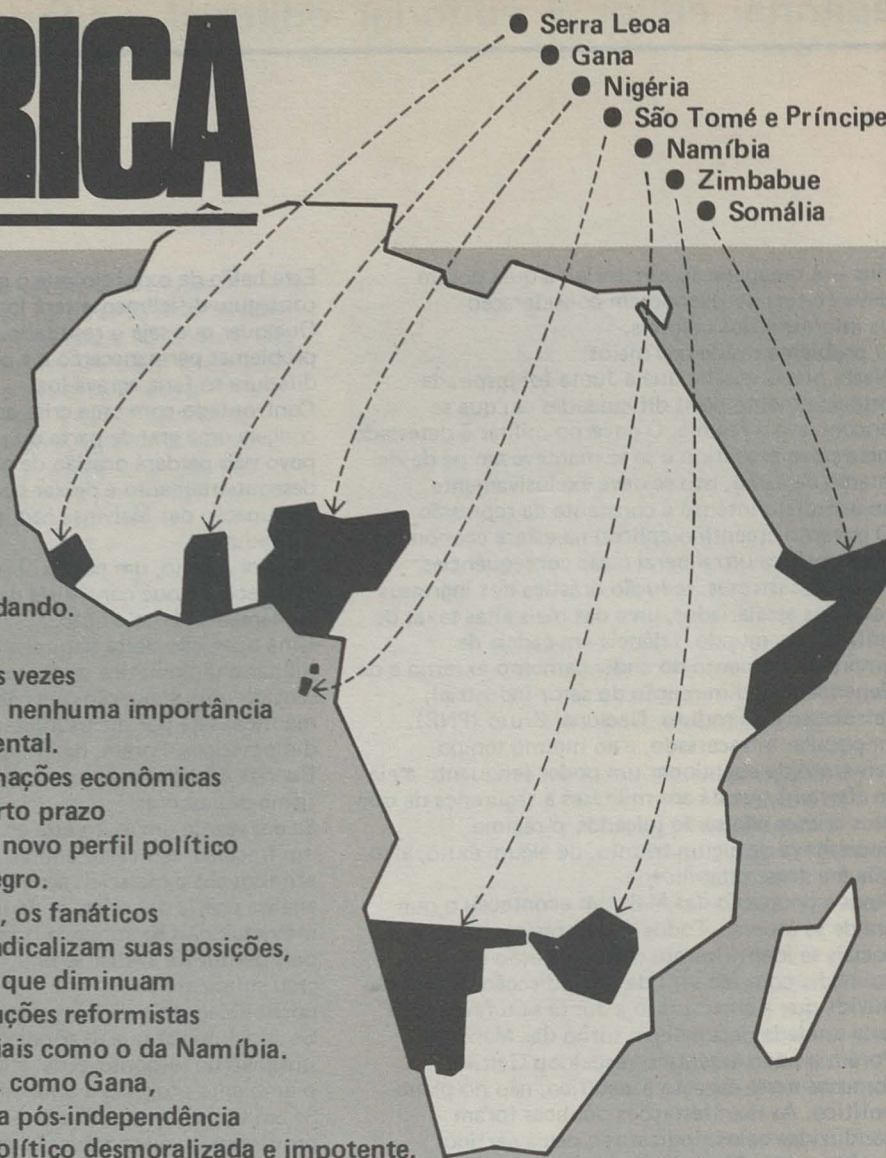
Se em vez de um êxito esta ação se deparasse com um fracasso, seu custo em termos humanos, econômicos e materiais seria demasiado alto. Uma análise prévia das relações de força e dos fatores internacionais se impunha num caso como este, pois permitiria avaliar se uma dada ação teria um grau suficiente de possibilidades de ser bem sucedida.

Se concluirmos que as condições não estão dadas, um governo responsável deveria trabalhar para criar o ambiente propício a uma iniciativa diplomática.

Se em vez de uma avaliação objetiva os resultados provassem que na análise do governo argentino teve um peso preponderante o desejo de continuar no poder, nos encontraríamos diante de um proceder que preferimos não qualificar por agora, por não estarem ainda disponíveis os elementos de juízo necessários.

O que neste momento cabe é apoiar a reivindicação das ilhas Malvinas, desejar que o povo argentino recupere suas ilhas e que se conclua negociações justas capazes de definir a soberania da Argentina sobre o arquipélago. E ao mesmo tempo reafirmar que esta postura em nada é contraditória com o repúdio à ditadura argentina.

ÁFRICA



A África está mudando. São mudanças que na maioria das vezes ganham pouca ou nenhuma importância na imprensa ocidental. Mas são transformações econômicas e sociais que a curto prazo farão emergir um novo perfil político no Continente Negro.

Na África Austral, os fanáticos do "apartheid" radicalizam suas posições, fazendo com isso que diminuam as chances de soluções reformistas para impasses raciais como o da Namíbia. Em outros países, como Gana, a velha elite da era pós-independência deixa o cenário político desmoralizado e impotente. Em governos como o nigeriano, o esquema empresarial corrupto entra em crise profunda por causa de suas próprias contradições.

No arquipélago de São Tomé e Príncipe, é a falta de recursos que funciona como motor da transformação, rompendo com as estruturas estáticas deixadas pelo colonialismo. No Zimbabue, o governo inicia com sucesso a difícil luta por um partido forte, no momento em que os brancos começam a perder o controle da economia. São mudanças que indicam o surgimento de novas lideranças, civis e militares, que ainda têm muitas dúvidas quanto ao futuro.

Mas têm pelo menos uma certeza: a de que o neocolonialismo e todas as suas variantes devem ser extintos definitivamente.

A segunda fase da independência

ZIMBABUE

Depois de consolidar a conquista do poder político, o primeiro ministro Robert Mugabe comemora dois anos de governo deflagrando a luta pela conquista do poder econômico

Carlos Castilho

Ao completar dois anos de independência, o governo de Robert Mugabe prepara-se para enfrentar uma segunda fase na tentativa de consolidar o poder alcançado após sete anos de sangrenta guerra, seguidos por 24 meses de complicadas manobras políticas destinadas a neutralizar as desconfianças geradas pelo racismo branco.

A principal característica desta segunda fase deve ser a formação de um partido forte que, segundo porta-vozes do governo, deverá se constituir numa base de apoio para os difíceis tempos que virão, quando Mugabe começar a mudar a estrutura econômica, ainda basicamente dominada pelos fazendeiros, industriais e comerciantes de origem européia. Em Salisbury fala-se numa "segunda revolução", quando surgem referências à formação desse partido forte, que na imprensa está sendo chamado também de "partido único".

O novo objetivo de Robert Mugabe ficou claro por ocasião do episódio que culminou com o afastamento definitivo de Joshua Nkomo do governo do Zimbabue. Nkomo foi um dos fundadores do movimento rebelde contra o racismo branco, há quase 25 anos. Foi ele um dos criadores da Zapu (União Popular Africana do Zimbabue), partido do qual fez parte o próprio Mugabe, antes do rompimento para criar a Zanu (União Nacional Africana do Zimbabue). A Zanu e a Zapu lutaram juntas pela independência durante a guerrilha, quando formaram a Frente Patriótica.

Mas, nas eleições realizadas em fevereiro de 80, Nkomo e Mugabe concorreram independentemen-

te. Depois da vitória esmagadora da Zanu, Mugabe, num gesto de conciliação, nomeou seu adversário para o Ministério do Interior, dando também à Zapu cargos no governo em quantidade muito maior do que a proporção de deputados que o partido elegera para o parlamento. Dos oitenta parlamentares negros, a Zanu elegeu 56 e a Zapu apenas 20.

A reaproximação com Nkomo foi um dos pontos principais da estratégia de Mugabe para impedir que o país mergulhasse num período crítico logo após a independência. As lembranças da guerra sangrenta contra o racismo e o colonialismo ainda estavam muito frescas na memória de todos. Havia o problema de quase 100 mil guerrilheiros de dois exércitos diferentes, e também a possibilidade de uma fuga em massa dos brancos, provocando um inevitável caos econômico que deixaria o governo numa situação extremamente difícil.

Entre abril de 1980 e abril de 1982, o governo se preocupou basicamente em consolidar o seu poder, obtendo um êxito reconhecido até mesmo pelos próprios brancos, que davam como certo o caos, e com ele a possibilidade de recuperarem a influência perdida após o fracasso do separatismo racista de Ian Smith, depois do impasse na guerrilha e da derrota eleitoral.

Os atritos com Nkomo

Mas, na medida em que Mugabe acumulava acertos com a unificação dos exércitos guerrilheiros, satisfazendo parte das expectativas geradas pela independência junto à população negra, e com a neutralização da fuga em massa dos brancos, as relações com Nkomo se azedavam. O dirigente da Zapu, estimulado pelo fato de que empresários brancos como o todo-poderoso Tiny Rowlands, da transnacional *Lonrho*, acreditavam que a Zapu poderia ser uma alternativa para o marxismo da Zanu, continuou se apresentando como um candidato ao poder.

Isso levou Mugabe a afastá-lo do Ministério do Interior, em 80, nomeando-o posteriormente para um Ministério Sem Pasta. Nkomo passou também a estimular grupos guerrilheiros da Zapu a não entregarem suas armas ao governo, fugindo ao esquema de unificação militar orientado por instrutores britânicos, como parte dos Acordos de Lancaster House, que garantiram a independência. Nkomo passou também a bloquear o projeto de fusão entre a Zanu e a Zapu proposto por Mugabe. A fusão representaria o fim definitivo das aspirações ao poder do líder da Zapu.

Mas a posição de Nkomo também se enfraqueceu durante os dois anos de independência. Ele começou a se isolar tanto da jovem guarda do seu partido, como dos veteranos da guerrilha. Os ve-



Mugabe mais forte após dois anos de poder

lhos líderes da Zapu passaram a acreditar que Nkomo não tinha mais chances de chegar ao poder e começaram a admitir abertamente a possibilidade de uma reconciliação.

Um dos principais defensores dessa tese era George Silundika, que integrou uma comissão encarregada de estudar a fusão entre os dois partidos antes de morrer no ano passado. Outro que passou a defender abertamente a fusão foi Josiah Chinamano, vice-presidente da Zapu. A corrente dos que apóiam uma reaproximação com a Zanu conta também com o apoio de Cephas Msipa, vice-ministro da Mão-de-Obra e um dos membros da direção nacional da Zapu. O setor jovem do partido de Nkomo começou a se afastar de seu líder, no momento em que o governo passava a adotar uma atitude não sectária na escolha de candidatos aos cargos públicos.

Outro elemento fundamental no enfraquecimento de Nkomo foi a perda de valiosos aliados brancos, que passaram a achar que não valia mais a pena apostar no velho Joshua, num momento em que Mugabe começava a colher os resultados de sua campanha para neutralizar a oposição de origem européia. Vários dos 20 deputados brancos no parlamento romperam com a oposição extremada de Ian Smith e passaram a preconizar uma atitude conciliadora. Tiny Rowlands, ao que tudo indica, foi um dos que mudou de atitude. Até mesmo os soviéticos, que no passado mantiveram privilegiadas relações com Nkomo, passaram a se mostrar desinteressados numa campanha contra Mugabe.

O caso das armas

Assim, o líder da Zapu estava numa posição muito vulnerável, quando em fevereiro passado o governo descobriu um grande depósito de armas

escondido numa fazenda de propriedade da firma Nitram, da qual Nkomo é copresidente. Era a prova que faltava para configurar uma possível conspiração. Também não está eliminada a possibilidade de que Dumiso Dabengwa, ex-comissário político da Zapu, estivesse envolvido na questão das armas escondidas. Dabengwa se demitiu do exército por ser contra a fusão com a Zanu e afirmava abertamente que Nkomo já cedera demais diante de Mugabe.

As reações à demissão de Nkomo não chegaram a ameaçar a estabilidade do governo e nem chegaram a arranhar o prestígio político de Mugabe. No dia 27 de fevereiro, o Comitê Central da Zapu se reuniu para discutir o afastamento de seu líder, chegando à surpreendente conclusão de que não haveria uma retirada em bloco dos ministros da Zapu do gabinete de Mugabe. O resultado foi que Nkomo saiu ainda mais enfraquecido de uma reunião na qual o partido deveria supostamente se solidarizar com seu líder.

O rompimento definitivo da frágil aliança Zanu/Zapu foi sempre associado à possibilidade de sangrentos conflitos raciais entre os *shona* e os *ndabele*, as duas principais etnias do Zimbábue. Os *shona* formam aproximadamente 75% da população e votaram maciçamente em Mugabe nas eleições de 80. Os *ndabele* totalizam 19% da população e sempre foram considerados um reduto da Zapu. Em fevereiro de 81, vários batalhões da Zapu se rebelaram na guarnição de Entumbane, perto da cidade Bulawayo, contra os planos de integração dos exércitos guerrilheiros dos dois maiores partidos negros numa única força militar.

A rebelião foi neutralizada, mas ficou o temor de novos distúrbios se Nkomo fosse afastado do governo. Por isso, em fevereiro deste ano, houve um clima de muita tensão logo após a descoberta das armas escondidas na fazenda da Nitram. Mas não houve a esperada explosão de ódios raciais porque o governo já concluiu praticamente seu programa de integração militar. Quarenta e dois batalhões já foram formados com a cooperação de instrutores ingleses, os três batalhões responsáveis pela rebelião em Entumbane foram desmobilizados, e quatro outros batalhões estão em vias de formação.

Cerca de três mil guerrilheiros foram encaminhados para funções civis e quatro mil deles devem seguir o mesmo caminho em breve. Dessa maneira, praticamente desapareceu o contingente de dez mil guerrilheiros que não tinham o que fazer e que constituíam um foco permanente de tensão. Ainda no terreno militar, a balança de poder dentro do exército favorece hoje a Zanu. O controvertido 5º batalhão já é operacional, depois do treinamento fornecido por 106 instrutores norte-coreanos a soldados recrutados exclusivamente

dentro das forças da Zanu. Trata-se da tropa de elite do governo, totalmente fiel a Mugabe. Três comandantes militares da Zapu não passaram nos exames de alto comando organizados por instrutores britânicos, fazendo com que a cúpula do exército esteja hoje sob a chefia incontestável de Rex Nhongo, o principal chefe militar da Zanu. Além disso, apenas um dos cinco comandantes de brigada é branco e não existem hoje mais do que 300 militares de origem européia dentro do exército do Zimbabue, segundo dados da *Africa Confidential*, uma publicação inglesa bastante ligada aos serviços secretos do Ocidente.

Os camponeses

Depois de conseguir evitar o caos econômico, após alcançar uma relativa tranquilidade no setor militar mediante a neutralização quase completa do poderio dos oficiais brancos, e no momento em que Nkomo passou a perder sua influência dentro da própria Zapu, Mugabe e a cúpula da Zanu acharam que estavam criadas as condições para a passagem a uma segunda fase política dentro do projeto socialista do Partido.

Mas há um grande problema que se coloca agora diante do governo: é o problema econômico. Milhares de camponeses que voltaram a suas terras após a guerrilha ainda estão à espera de ajuda oficial para saírem de uma situação de extrema penúria. Nesses dois anos de independência, o Zimbabue teve colheitas inéditas na sua história, mas elas beneficiaram em grande parte apenas os fazendeiros brancos que ainda controlam 90% das melhores terras do país. A safra de milho bateu recordes nunca alcançados e poderia ter jogado nas mãos dos brancos uma enorme quantidade de dinheiro, se não fosse o bloqueio ferroviário das exportações pela África do Sul.

O problema agrário passou a ganhar uma grande importância desde o final do ano passado, quando Mugabe iniciou uma série de viagens ao interior para reuniões com dirigentes políticos e camponeses. Até mesmo os brancos admitem que a atual estrutura rural é incompatível com as necessidades alimentares e econômicas do país. Eles propõem, no entanto, uma solução capitalista para o problema: incentivos aos fazendeiros privados que por sua vez se comprometeriam a elevar a produção, aumentando o nível de empregos e de salários, de forma a absorver a mão-de-obra desempregada. Isso manteria nas mãos dos europeus o setor mais importante da economia do Zimbabue, um país que apesar dos enormes recursos minerais, ainda é basicamente agrícola.

O projeto do governo aponta numa direção diferente. Ele prevê a socialização do campo através da criação de cooperativas. Por mais que



Nkomo perdeu apoio dentro de seu partido

os brancos tenham se mostrado sensíveis ao problema dos camponeses sem terra e sem trabalho, apenas uma fração muito pequena dos fazendeiros de origem européia se mostra disposta a abrir mão de seus privilégios. Assim, o governo será obrigado a mexer num elemento básico da estrutura econômica do país. Desapropriar terras para distribuí-las aos camponeses significará a curto prazo um boicote mais ou menos acentuado da parte de um considerável número de fazendeiros brancos. Resultará também quase que inevitavelmente numa queda da produção, porque o governo não dispõe dos recursos necessários para fornecer adubos, sementes, maquinaria e instrução técnica para que o campesinato mantenha os mesmos índices de colheita de grãos.

Muitos técnicos do Ministério da Agricultura do Zimbabue admitem que o governo necessitará desenvolver um grande trabalho político no interior para convencer os trabalhadores rurais a suportarem dificuldades temporárias. Por extensão, o mesmo problema deve afetar as populações urbanas, caso a produção agrícola caia, e com ela os níveis de alimentação e consumo. No final do ano passado foi concedido um aumento de 66% aos trabalhadores rurais. Isso atenuou as reivindicações, mas não resolveu o problema. Os camponeses do Zimbabue foram os que suportaram o maior peso da guerra contra o regime racista de Ian Smith. São também os mais politizados e os que mais tempo tiveram que esperar pelos frutos da independência.

Essa situação chegou a provocar focos de tensão dentro da Zanu, como aconteceu por ocasião do incidente numa fazenda branca envolvendo o ex-ministro Edgar Tekere, também secretário-geral

do partido de Mugabe. Tekere, na época, chegou a ser apontado como um possível líder dos setores mais radicalizados e "apressados" do partido. Mais ou menos a mesma linha foi defendida pelo ex-ministro da Saúde Herbert Ushewokunze, que foi afastado do cargo em 1981 por uma aparente tentativa de atrapalhar o projeto político do governo.

As ameaças externas

Esses dois episódios mostraram a Mugabe que não era mais possível retardar durante muito tempo o ataque ao problema central do país, sua estrutura econômica. A independência política foi alcançada no momento em que os brancos verificaram a impossibilidade de continuar uma guerra na qual seriam derrotados inevitavelmente. Na conferência de Lancaster House, em Londres, o *establishment* europeu decidiu ceder o controle político, na tentativa de manter o controle econômico. A Zanu aceitou um acordo temporário, baseada na experiência de muitos dos seus líderes, exilados em Maputo, que tiveram oportunidade de conviver com a difícil situação gerada pela fuga em massa dos colonos portugueses. Mas, após dois anos de extrema habilidade na consolidação do seu poder, Mugabe está agora diante de um novo desafio político, no qual, mais uma vez, ele se inspira na experiência moçambicana. É o desafio de criar um partido forte e hegemônico.

Outro fator que levou o governo a enfatizar a questão econômica é a possibilidade, que para muitos é quase uma certeza, de que a África do Sul aperte o torniquete econômico sobre o Zimbabue no momento em que perceber qualquer sinal de vulnerabilidade da Zanu diante da esperada resistência dos fazendeiros brancos às desapropriações de terras. Os sul-africanos podem estrangular todo o comércio exterior do Zimbabue porque controlam os acessos marítimos do país. A escapatória de Mugabe seria a intensificação do comércio através de portos moçambicanos, como Beira. Nessa região têm-se verificado ações de sabotagem, realizadas por pequenos grupos de um autodenominado "Movimento de Resistência Nacional", estimulado e apoiado pelos sul-africanos. As medidas políticas e de segurança tomadas pelo governo moçambicano têm, contudo, assegurado o tráfego eficaz na linha férrea Umtali-Beira, vital ao suprimento de petróleo do Zimbabue.

Além do interesse óbvio em tentar explorar eventuais dificuldades internas no país vizinho, a África do Sul certamente terá motivos adicionais para detestar Mugabe. O agravamento das tensões raciais no *apartheid* deve conduzir a Zanu, por uma questão de solidariedade, a dar cada vez mais apoio ao ANC (Congresso Nacional Africano), a

maior organização negra que luta contra o racismo na África do Sul.

Assim, o governo do Zimbabue, mesmo reconhecendo que a questão imediata é basicamente econômica, sabe que ela só será resolvida no terreno político. Este tem sido o tom da maior parte dos discursos pronunciados por Mugabe em suas viagens ao interior do país. Outro fator que comprova essa tendência é a reativação do debate político interno na Zanu. Depois de quase dois anos de pouca atividade, o Comitê Central do partido voltou a se reunir com frequência, preparando o futuro congresso nacional, cuja data ainda não foi marcada. Em 80 e 81, o partido foi envolvido pelas tarefas administrativas e burocráticas destinadas a assegurar um mínimo de funcionamento do aparelho estatal. Mugabe ficou praticamente sozinho na formulação das grandes linhas políticas do seu governo.

Neste período de relativa inatividade do Comitê Central, Mugabe foi obrigado a assumir responsabilidade direta pela condução de uma complicada política de equilíbrio. E teve um notável êxito, reconhecido inclusive pelos brancos do Zimbabue. Ele conseguiu aquilo que muitos consideravam impossível: afastar Nkomo, alcançar a unificação militar, garantir a hegemonia da Zanu no novo exército, impedir choques raciais e ao mesmo tempo evitar a debandada dos brancos. Hoje, mesmo tendo condições de endurecer o jogo em relação ao setor econômico europeu, ele mantém uma linha de avanços cautelosos.

A unidade política

Na sua mensagem de final de ano em 81, Mugabe antecipou as linhas gerais de sua ação para 82: "A última reunião de nosso Comitê Central, disse ele, tomou decisões fundamentais no que se refere ao relacionamento entre partido e governo. O governo, representado pelo ministério, no futuro, somente adotará as medidas que forem aprovadas pelo Comitê Central". Essa frase deixou claro para o setor econômico branco que os projetos de desapropriação de terras, criação de cooperativas e participação crescente do Estado no terreno da mineração, serão acelerados a curto prazo.

No começo de março, o governo publicou uma nova lei sobre comercialização de minérios. A lei coloca sob controle estatal as vendas para o exterior, os estoques de minerais como o cromo (do qual o Zimbabue é um dos maiores produtores mundiais) e os preços cobrados pelos importadores europeus. No ano passado, o país arrecadou cerca de 600 milhões de dólares, metade da renda nacional, com a exportação de minérios. Ao justificar a medida, Mugabe disse que "o poder político



O esforço para redistribuir as riquezas do país vai eliminar as regalias dos brancos

não tem importância sem o poder econômico". Apesar da medida afetar diretamente poderosos interesses econômicos, não houve reação imediata das companhias transnacionais, como a *Lonrho*, que exploram diversas minas no Zimbábue.

Essa cautela dos setores econômicos foi motivada em parte pelas últimas decisões ministeriais adotadas por Robert Mugabe. O branco Dennis Morgan foi mantido no Ministério da Agricultura, enquanto dois outros técnicos negros nomeados por Mugabe, mas que têm boa aceitação pelos meios econômicos privados, também foram confirmados. São eles: Bernard Chidzero, ministro do Planejamento, e Simbi Mubako, na pasta de Justiça e Assuntos Constitucionais. Fala-se na possível indicação de outro branco para o gabinete. Ele seria Eddie Cross, um economista muito respeitado.

Todas essas decisões indicam que Mugabe mantém a sua política de evitar desequilíbrios graves na questão econômica. Só que, daqui por diante, a velocidade do programa de socialização deve ser acelerada e com ela o fortalecimento da unidade política. Os setores mais radicalizados da Zanu ficaram satisfeitos com o regresso do ex-ministro Herbert Ushewokunze ao governo, agora no Ministério do Interior. Com isso desapareceram algumas resistências no interior do partido do governo. Esses focos de resistência achavam que Mugabe devia ter feito menos concessões aos brancos e a Nkomo.

Embora o governo esteja concentrando agora seus esforços no terreno político, a luta pela formação do partido único talvez venha a ser longa. Para atingir esse objetivo, Mugabe terá



que contar com a maioria total dos membros do Parlamento, porque os acordos de Lancaster House, ainda em vigor, prevêem que qualquer reforma constitucional só poderá ser feita com a aprovação de pelo menos uma parte dos deputados brancos.

Isto hoje ainda parece impossível, porque apesar do esfacelamento do Partido Republicano, — o partido de Ian Smith — os brancos não parecem dispostos a entregar todos os seus privilégios a Mugabe. Mas não se pode excluir totalmente a possibilidade de um acordo. Afinal de contas, Mugabe já conseguiu muitas coisas que os europeus achavam impossíveis. ●

As cisões no Apartheid

NAMÍBIA

O regime racista sofreu neste começo de ano duas importantes derrotas políticas que podem mudar a situação na Namíbia e na própria África do Sul. E a resposta de Pretória parece ser a mesma de sempre: repressão e belicismo

As chances de uma vitória de grupos políticos favoráveis à África do Sul numa eventual eleição na Namíbia ficaram seriamente abaladas, depois do afastamento de Peter Kalangula, dirigente do Partido Democrático da Namíbia (NDP), da direção do movimento Aliança Democrática Turnhalle (DTA). Kalangula e o NDP têm as suas principais bases políticas entre os *ovambo*, a maior etnia da Namíbia, e eram um elemento chave do governo sul-africano na tentativa de neutralizar a influência da Swapo.

Se as chances eleitorais da Aliança Democrática Turnhalle já eram reduzidas, agora elas praticamente desapareceram. A DTA mesmo antes da saída de Kalangula não tinha chances de ter a maioria simples na Assembleia Constituinte cuja formação está sendo discutida entre os vários países interessados na solução do impasse gerado pela ocupação ilegal desse território pelo governo racista sul-africano. O rompimento do NDP com a DTA tem ainda uma outra consequência mais importante. Ele pode dar à Swapo a possibilidade de chegar perto dos 2/3 dos votos, conforme o sistema de votação que ficar decidido.

O regime de Pretória ficou assim numa posição muito difícil, agravada pela intensificação da crise interna no próprio governo branco do primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha. No mais sério desafio à liderança *afrikaaner* em trinta anos, um grupo de aproximadamente trinta deputados ultraconservadores rompeu com o partido de Botha, decidindo criar um movimento de extrema direita, contrá-

rio a qualquer tentativa de atenuar o racismo. E para aumentar ainda mais as dificuldades do primeiro-ministro, os brancos da província sul-africana de Natal, junto com o chefe negro dos *zulu* (o maior grupo étnico da África do Sul) apresentaram ao governo racista um plano para aumentar a participação dos negros na administração regional. O plano foi rejeitado sem discussão pelo primeiro-ministro, gerando um clima de grande descontentamento em Natal.

A soma desses três fatores terá grande influência no futuro imediato da Namíbia. Para uma melhor compreensão desse problema, vamos dividi-lo em partes:

1) Onze países, além da África do Sul, estão atualmente envolvidos em complicadas negociações para permitir a independência completa da Namíbia, uma ex-colônia alemã que foi incorporada ao território sul-africano desde a Primeira Guerra Mundial. A ONU já aprovou, por maioria absoluta de votos, uma resolução exigindo que a África do Sul se retire, mas a decisão foi ignorada. O movimento nacionalista Swapo deflagrou uma luta de libertação contra a presença militar sul-africana na Namíbia, conseguindo um grande apoio interno e externo. Temendo uma derrota militar dos racistas, um grupo de cinco nações ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, França e Alemanha Federal) tenta negociar uma solução com os seis países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Botsuana, Zâmbia e Tanzânia) que apóiam a Swapo.

2) O mais recente plano apresentado pelas cinco nações ocidentais que se auto-intitulam Grupo de Contato, prevê numa primeira fase um acordo para a realização de eleições visando à formação de uma Assembleia Constituinte, seguida numa segunda fase, por um cessar-fogo, garantias internacionais da trégua e finalmente a realização do pleito. O que está atualmente em discussão é o princípio que orientará o acordo para a realização de eleições. A Swapo e os países da Linha da Frente concordam em que a votação deve ser realizada na base "um voto-um homem", embora aceitem alguma forma de representação proporcional. A África do Sul e a DTA só aceitam o princípio da representação proporcional, porque com ele pretendem que o voto dos brancos valha mais do que o voto dos negros, para evitar que a Swapo venha a ter uma maioria de 2/3 na futura Assembleia Constituinte. O acordo está sendo negociado em meio a enormes dificuldades criadas pela África do Sul e pelas vacilações do Grupo de Contato, formado na sua totalidade por nações que têm fortes vínculos econômicos e políticos com o *apartheid*.

3) Nas últimas eleições regionais, realizadas em novembro de 80, sob patrocínio branco e da qual a Swapo não participou, o comparecimento médio

de eleitores nas zonas majoritariamente negras não ultrapassou os 55%.

Os partidos da DTA ganharam a maioria dos postos em assembleias regionais, mas o resultado geral mostrou que eles teriam muita dificuldade em chegar à maioria simples, se as eleições fossem livres e nelas tivesse concorrido a Swapo. Na votação de novembro de 80 não participaram os eleitores da etnia *ovambo*, a maior do país e o principal reduto tanto do chefe Kalangula como da Swapo. Nos distritos majoritariamente brancos, houve uma surpresa. O Partido Republicano, membro da DTA e liderado pelo branco Dirk Mudge, perdeu para o Partido Nacionalista, uma sucursal do Partido Nacionalista sul-africano e muito mais à direita.

O fortalecimento da Swapo

A maioria dos observadores admite que a situação mudou ainda mais, de novembro de 80 até hoje. Cresceu o descontentamento da população negra em relação ao sistema político posto em prática pelos racistas, ao mesmo tempo em que surgiu uma acentuada tendência de extrema direita entre os eleitores *afrikaaners*. Por isso, especialistas consultados pelas publicações *Africa News* e *Africa Confidential* afirmam que se o mesmo sistema de votação de novembro de 80 fosse adotado hoje, o índice de comparecimento dos negros não alcançaria os 35% e aumentaria a votação dos extremistas brancos contrários a qualquer concessão à Swapo.

Em condições ideais, levando-se em conta que a população total da Namíbia gira hoje em torno dos 900 mil habitantes, os brancos não conseguiriam mais do que 100 mil votos, se votassem unidos. As possibilidades eleitorais da DTA são avaliadas em cerca de 250 mil votos, incluindo os eleitores do Partido Republicano de Dirk Mudge, que conta com o apoio de aproximadamente 40% dos votos brancos, num cálculo otimista. Os *ovambo* formam cerca de 46% da população da Namíbia, o que daria um total ideal de pouco mais de 420 mil votos, que poderia subir para 550 mil se somarmos os votos da etnia *damara*, cujo partido Conselho de Damara, liderado por Justis Garoeb, tem fortes simpatias pela Swapo.

E em face desses números que ganha importância o afastamento de Kalangula e seu NDP da DTA. Sem Kalangula, a DTA está ameaçada de perder o controle da Assembleia Legislativa da Namíbia, um organismo criado pela África do Sul para dar uma fachada de semi-autonomia ao território. Além disso, um considerável setor do NDP parece ter perdido as esperanças de ganhar uma fatia do poder em eleições livres, e resolveu pular o muro. Não pode ser excluída a possibilidade de Kalangula formar um grupo independente e, inclusive, de negociar com a Swapo. Peter Kalangula pessoalmente acha



A guerrilha mantém o impasse militar enquanto colhe vitórias no terreno político

que não tem futuro se continuar atrelado aos brancos da DTA, cujo reformismo está sendo devorado pela radicalização do eleitorado *afrikaaner*.

Se a aliança NDP/Swapo for possível nas eleições, acredita-se que os guerrilheiros liderados por Sam Nujoma possam obter cerca de 600 mil votos, num cálculo ideal. Provavelmente esse número será maior na medida em que a campanha eleitoral colocar mais claramente as propostas políticas de ambos os lados. Com isso, a oposição negra passa a ficar muito perto dos 2/3 dos votos na futura Assembleia Constituinte, o que lhes dá o direito de impor todos os seus projetos sobre a minoria racista. É isto que a África do Sul não quer e vai tentar impedir de todos os modos.

A posição da DTA, o maior trunfo da África do Sul numa eventual eleição na Namíbia, vem se deteriorando gradativamente nos últimos meses. O partido é na verdade uma frente de dez organizações, escolhidas segundo um critério racial e não por suas posições políticas. Esse critério de origem

racista foi adotado por pressão sul-africana quando a DTA foi criada em 1976. O grande problema do partido é que seus integrantes, principalmente os negros, vêm sendo submetidos a uma crescente pressão das bases insatisfeitas com a continuidade do *apartheid*.

A crise do reformismo

Originalmente, a Aliança Democrática Turnhalle se propunha a eliminar os aspectos mais violentos da discriminação racial em escolas, lugares públicos, cinemas, teatros e hospitais. Na prática, no entanto, nenhuma dessas promessas foi cumprida porque há um "poder oculto" dentro do regime títere estabelecido na Namíbia. Sempre que a Assembleia onde a DTA tem maioria (foi eleita de forma a garantir o poder dos brancos) aprova al-



O apoio dos presidentes da "Linha da Frente" serve de retaguarda diplomática para Sam Nujoma (embaixo)



gum projeto reformista, a burocracia executiva amplamente controlada por Pretória bloqueia a execução do projeto. E com isso, os grupos negros que aceitaram coexistir com o *apartheid* perdem apoio entre seus simpatizantes.

Os últimos acontecimentos tanto na Namíbia como na África do Sul mostram claramente o desgaste e a crescente inviabilidade das soluções do tipo reformista. Como já vimos, na Namíbia a DTA perde força política diante de suas próprias contradições. E na África do Sul, o fenômeno parece ser semelhante. Os ultraconservadores ministros da Educação, Ferdi Hartzenberg, e da Administração Estatal, Andries Treurnicht, se rebelaram contra o primeiro-ministro P. W. Botha, renunciando aos seus cargos para, junto com 14 outros parlamentares do Partido Nacionalista (no poder), passarem à oposição. Logo em seguida, os 16 rebeldes fundaram o novo partido, que deve receber o apoio dos extremistas de direita do Partido Nacional Herstigge, que não tem nenhum deputado no Parlamento, mas vem crescendo de votação a cada pleito.

O aparecimento do novo grupo de extrema direita não chega a ameaçar a maioria do governo Botha, no Parlamento sul-africano. Mas não há a menor dúvida de que o chefe do governo deve, a partir de agora, fazer concessões cada vez maiores à extrema direita e aos arquiconservadores do *apartheid*, na tentativa de continuar no poder. E uma maneira de fazer concessões é aumentar a repressão contra os guerrilheiros da Swapo, intensificar os ataques contra o território angolano e bloquear o acordo para as eleições na Namíbia. Essa solução, que já vem sendo posta em prática há meses, visa acima de tudo tentar acalmar os brancos mais reacionários que estão convencidos de que a perda da Namíbia significará um golpe mortal no *apartheid*.

O relatório de Natal

Em meados de março, uma comissão da província de Natal, que incluiu alguns importantes empresários como Harry Openheimer, o poderoso chefe da *Anglo-American Corporation*, sugeriu ao governo central um sistema regional de decisão política onde todas as raças teriam participação. O projeto da comissão está contido num relatório de sete volumes e 1.200 páginas que nem chegou a ser lido pelos membros do governo. Embora rejeitando a tese do governo de maioria negra, o documento reproduz uma pesquisa de opinião pública na qual 99% dos negros consultados achavam inevitável uma revolução no país se o *apartheid* não for eliminado a curto prazo. E ainda, 50% dos entrevistados disseram que não há mais condições para uma mudança pacífica na África do Sul, porque os

brancos se negam a aceitar o princípio da igualdade racial e os direitos da maioria negra no país.

A recusa do governo em discutir o plano de Natal foi especialmente contundente para o chefe *zulu*, Gatshal Buthelezi, um político reformista, que lidera o bantustão Kuazulu, com quatro milhões de pessoas da etnia *zulu*, e que utiliza a tese da "desobediência civil não violenta" nas suas relações com o *apartheid*.¹ Para os capitalistas anglosaxões de Natal, Buthelezi é uma espécie de alternativa reformista para o nacionalismo do Congresso Africano (ANC), a mais antiga e coerente organização revolucionária negra que luta contra o *apartheid*. Mas a intransigência de Pretória está esvaziando o prestígio do autoproclamado chefe dos *zulu*.

Dificuldades econômicas

Além das dificuldades políticas, o regime do *apartheid* enfrentará este ano uma situação particularmente dura no setor econômico. A queda do preço do ouro no mercado internacional provocará em 82 uma redução de cerca de um bilhão de dólares nas rendas externas da África do Sul. Os economistas acham que o país não poderá manter o ritmo de crescimento de 5% no PNB. O déficit orçamentário deve crescer muito acima dos cinco bilhões de dólares previstos, provocando um aumento da inflação e queda do poder aquisitivo dos assalariados. Em 1980, o ouro constituía cerca de 51% das exportações sul-africanas. Hoje, ele mal chega à casa dos 20%.

A soma de todos esses fatores deixa claro que o regime do *apartheid* mostrará a curto prazo uma marcada tendência ao endurecimento político, tanto internamente, como na questão da Namíbia. Um endurecimento que terá como consequência inevitável um isolamento ainda maior do regime branco. O radicalismo *afrikaaner* tornou impossível soluções reformistas para o *apartheid*, quando a maioria negra ainda não havia tomado consciência de sua exploração. Hoje, o fortalecimento do ANC como resultado da crescente insatisfação da população negra polarizou a luta política. Por isso, quando o primeiro-ministro P. W. Botha tenta salvar o *apartheid* com o slogan "mudar ou morrer", o efeito que ele consegue é justamente o oposto. A extrema direita se entrincheira atrás do pavor, e ganha força, aumentando o radicalismo. Por seu lado, o ANC também cresce na medida em que a maioria negra passa a verificar a impraticabilidade de soluções que não passam pela afirmação direta de seu poderio político e sua organização. O próprio relatório de Natal reconhece que metade dos negros entrevistados já ajuda ou admite ajudar o movimento de libertação que tenta derrubar o governo de minoria branca. (Carlos Castilho)

A difícil posição de Siad Barre

SOMÁLIA

Rebeliões militares sufocadas com repressão e fuzilamentos sumários de oficiais demonstram que o governo de Mogadíscio enfrenta um descontentamento cada vez maior do povo e das forças armadas

Micaela Ramada

Em janeiro deste ano, Siad Barre se queixava ao correspondente de *Newsweek* em Nairóbi, Ray Wilkinson, que não tinha recebido dos Estados Unidos "nem mesmo uma simples bala", apesar dos acordos firmados. (Em janeiro de 1980, o Congresso norte-americano aprovou um modesto plano de ajuda militar à Somália no valor de 42 milhões de dólares.) Poucas semanas depois, em fins do mês de fevereiro passado, as tropas somalis enfrentavam nas ruas de Hargeisha não os etíopes — que o próprio Siad Barre reconhecia não poderem invadir a Somália¹ — mas sim indefesos manifestantes, vários dos quais foram mortos.

Nesse dia, 37 detidos estavam sendo julgados sob a acusação de estarem vinculados aos movimentos oposicionistas ao governo que reivindicavam a queda de Siad Barre e a instalação de um regime democrático no país. Três deles tinham sido condenados à morte, causando a indignação da numerosa assistência ao julgamento, a qual saiu às ruas para manifestar seu protesto. Segundo versões de testemunhas, teriam sido assassinados pelas forças de segurança mais de uma dúzia de manifestantes, além dos 40 que ficaram feridos. A agência oficial de notícias reconheceu apenas dois mortos.

E só duas semanas antes, nos primeiros dias de fevereiro, também em Hargeisha, tinha acontecido um levante militar sufocado depois de vários dias de intensos choques com as forças leais ao governo

1) Apesar de formalmente a ajuda militar se justificar por causa da ameaça exterior à que a Somália estaria submetida.

de Mogadíscio, com a execução sumária de 11 dos oficiais amotinados (84, segundo outras versões). A maior parte do 8º exército participou da rebelião.

Os levantes militares, embora pouco conhecidos no exterior, não são novidade na Somália depois que o governo de Siad Barre deu uma guinada de 180 graus e de uma definição socialista e uma aliança estratégica com a União Soviética, "passou" para o campo capitalista. A situação interna agravou-se ainda mais depois da guerra de Ogadén, da qual a Somália saiu muito debilitada em termos militares e econômicos, além de ter aumentado seu isolamento internacional. Em abril de 1978, houve uma tentativa de golpe de Estado — o primeiro de uma série que continua até hoje — que também terminou com vários fuzilamentos. Mas um dos oficiais, o coronel Abdullahi Yusuf Ahmed pôde escapar e fundou no exterior, a Frente Somali de Salvação Nacional, responsável por várias ações de sabotagem e contestação ao regime.

A unidade dos rebeldes

A 17 de outubro de 1981 — por coincidência um ano depois de Siad Barre ter decretado o estado de emergência interno — foi anunciada a unificação dos diferentes movimentos e frentes revolucionárias opositoras, constituindo-se a Frente Nacional de Reconstrução da Somália.



Os nômades foram os mais atingidos pela guerra

A Frente questiona a política interna e externa do governo de Mogadíscio, em particular o papel que o país começou a representar no Chifre da África, aliado à estratégia norte-americana na região. Por um acordo firmado a 22 de agosto de 1980, os Estados Unidos podem utilizar a base aeronaval de Bérbera (ao norte do país) e o porto de Mogadíscio. Em novembro de 1981, durante as manobras conhecidas com o nome de "Estrela Brilhante", 300 engenheiros militares norte-americanos de Fort Bragg utilizaram a base de Bérbera. Eles pertenciam ao contingente da Força de Deslocamento Rápido, criada por James Carter durante a crise dos reféns norte-americanos no Irã.

Depois de ter tido um poderoso exército em relação ao tamanho do país e à sua população (637.657km² e 3,9 milhões de habitantes), a Somália tem atualmente entre 25 e 30 mil homens servindo nas forças armadas. Quarenta por cento do orçamento do país estão destinados à defesa, apesar da Somália ser o sétimo país mais pobre do planeta. (A receita per capita anual está calculada em 100 dólares.)

Os refugiados

Pelas calamidades naturais (a Somália pertence ao *sahel* africano e durante vários anos esteve submetida a secas extremas que dizimaram seus rebanhos e obrigaram o governo a deslocar para a costa grandes contingentes de nômades que estavam ameaçados de morrer de inanição junto com seus animais) e pela guerra de Ogadén, a quarta parte da população somali vive em campos de refugiados².

Essa enorme quantidade de refugiados, num país pobre que ainda não se recuperou da guerra com a Etiópia, vive uma vida de pesadelo, amenizada em parte pela cooperação da Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e outras agências da ONU e cerca de 30 organizações não-governamentais de todo o mundo, que promoveram a ajuda financeira e humana à Somália para evitar uma catástrofe. A Acnur conseguiu 41,8 milhões de dólares para este ano (1982) e proporcionou a ida de 250 especialistas de todos os setores para ajudarem os refugiados. Com essa ajuda, no decorrer deste ano se deverá concretizar a meta de abastecer de água potável, de forma permanente, todos os campos de refugiados.

Apesar de, em agosto de 1981, Siad Barre ter recebido dois empréstimos de 47 milhões de dólares do Fundo Monetário Árabe, com sede em Abu Dabi, para compensar o déficit de seu balanço de

2) Com 1,6 milhão de refugiados, a Somália tem a maior porcentagem de todo o continente africano.

pagamentos, o presidente somali justifica sua decisão de se aliar aos Estados Unidos, acusando os árabes. Segundo ele, viu-se obrigado a oferecer instalações militares a Washington pela reticência árabe em lhe proporcionar ajuda financeira. Na mesma entrevista, publicada pelo jornal *An Nahar*, de Beirute, Siad Barre afirmou que concedeu aos Estados Unidos "o direito de utilizarem nossos portos e aeroportos sempre e quando for necessário fornecer combustível a seus navios e aviões", mas negou que o acordo incluísse a instalação de bases militares norte-americanas.

O acordo é semelhante aos firmados pelos governos do Quênia e de Omã, que depois da queda do xá do Irã passaram a ser peças privilegiadas da estratégia norte-americana nessa região vital do oceano Índico, do mar Vermelho e do golfo Árábico. A Organização da Unidade Africana (OUA) e o Movimento dos Países Não-Alinhados consideram que acordos desse tipo são contrários à sua plataforma de tornar o oceano Índico uma zona desmilitarizada.

O atual desafio

Com 12 anos de exercício do poder, Siad Barre, originalmente um oficial de polícia, não é o que chamaríamos de neófito. Seus seguidores garantem que, apesar de ter coisas criticáveis, o presidente se tornou um fator de equilíbrio entre os clãs rivais e que, nesse sentido, "é insubstituível". Explicam, de acordo com esse raciocínio, que a rebelião militar de Hargeisha (antiga capital da Somália inglesa) reflete mais a divisão histórica do país (o sul foi colonizado pelos italianos) que uma postura ideológica. Além das diferentes vivências coloniais, o norte tem maioria da etnia *issa*, enquanto que o presidente é oriundo do sul e filho de mãe originária de Ogadén.

No entanto, parece simplista reduzir os problemas da Somália a vícios de antigas disputas entre os clãs. Na verdade, a guinada de Siad Barre foi dada passando-se por cima de uma prática e uma doutrinação socialista — e mais ainda, marxista, por definição explícita adotada na Carta fundamental do país — que durante quase oito anos formou a consciência dos quadros jovens das forças armadas e do partido único, o Partido Socialista da Somália. Nessas irrupções de descontentamento pode estar a prova de que, apesar de que a cúpula — pagando um alto preço político interno e internacional — "tenha passado para o outro lado", essa decisão nunca foi aceita, muito menos apoiada, por grande parte da oficialidade e do povo somali, que tinha muito orgulho de que um pequeno país pobre como a Somália estivesse realizando uma das mais atraentes experiências renovadoras do Terceiro Mundo. ●

Jerry Rawlings: "Vimos para ficar"

GANÁ

Em entrevista exclusiva a "cadernos do terceiro mundo" o capitão Jerry Rawlings analisa os motivos que o levaram a encabeçar um novo golpe de Estado no dia 31 de dezembro passado

Alberto B. Mariani

A independência política de um país pode, por si só, resolver os problemas decorrentes da dependência econômica internacional e das estruturas herdadas do antigo regime colonial? Serão as riquezas naturais de um Estado suficientes para anular o atraso econômico e social de um povo e contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento de um país do Terceiro Mundo? Nem sempre é esse o caso.

Gana, antiga colônia britânica da "Costa do Ouro", é um dos exemplos mais marcantes desta contradição (ver cadernos nº 41). Com efeito, apesar de ter sido o primeiro Estado colonizado da África negra a ascender à independência (6 de março de 1957) e não obstante as suas incontáveis riquezas naturais (cacau, madeira, manganês, bauxita, diamantes, ouro, petróleo etc.) continua a ser um país economicamente dependente, politicamente paralisado pela presença de uma burguesia negra "inglesada" e socialmente retrógrada em termos de desenvolvimento. Mergulhado num marasmo econômico há mais de uma década (segundo o ex-presidente Hilla Limann, o aparelho produtivo funcionava a 10% da sua capacidade real); à beira da bancarrota (as negociações com o FMI continuam num impasse; 120% de taxa de inflação em 1981; a moeda local, o *cedi*, continua a ser negociada no mercado paralelo a 15% do seu valor fiduciário); vítima da corrupção (a *kalabule*) e da má gestão dos assuntos públicos; cada vez mais temeroso de ocorrer uma violenta explosão social (o Produto Nacional Bruto — PNB — era de 238 dólares por habitante em 1980), Gana transformou-se

de repente na "manchete" internacional no dia 31 de dezembro passado quando do golpe de Estado do capitão Jerry Rawlings contra o presidente Hilla Limann.

Para "Jerry, o salvador" (como o apelidam nas ruas de Acra), que desde então retomou o poder que ele próprio havia devolvido aos civis em 1979, tratava-se, uma vez mais, de pôr termo ao colapso da sociedade ganense.

"Não há provavelmente ninguém mais desiludido do que eu — declarou-nos — por ver de novo os militares assumirem o poder, mas isso era inevitável".

Inevitável ou não, e contrariamente ao que se passou a 1º de outubro de 1979, quando da sua primeira passagem pelo poder, uma coisa é certa: desta vez, Rawlings não o deixará assim tão facilmente...

Com efeito, a Junta que ele preside mostra-se mais orientada para o estabelecimento de um verdadeiro regime revolucionário, do que para um mero governo de transição gestor dos assuntos correntes...

"Não estamos aqui — confirmou-nos Rawlings — para devolver, uma vez mais, estupidamente, o poder para as mãos de politiquieiros corruptos. Estamos para ficar e ajudar a implantar o poder das massas".

"Fui um ingênuo"

A 31 de dezembro, após dois anos e meio de governo do presidente Hilla Limann, o senhor retirou o poder aos civis após o haver devolvido em 1979 na sequência de um golpe de Estado contra o então regime militar do general William Frederick Akuffo. Quais as razões que, uma vez mais, o levaram a intervir nos assuntos do Estado e a derrubar o regime e o homem que o senhor próprio tinha contribuído para colocar no poder?

— Sabe, o meu principal defeito é o de ser um idealista, um homem de boa fé... alguém que acredita que os homens são "naturalmente" bons...

Esta é realmente a chave para compreender toda esta história!

Com efeito, quando do meu primeiro golpe de Estado de 1979 e da posterior entrega do poder aos civis, estava convencido que, uma vez conquistada a liberdade, ninguém a poderia de novo confiscar. Tremendo erro. Fui bem ingênuo... Julgava entregá-la nas mãos do povo, e acabei por a entregar nas mãos de um punhado de politiquieiros! E durante esses dois anos e meio de pseudoliberalidade, todos nós pagamos... pagamos duramente... mas também aprendemos muitas coisas.

O meu povo não precisou de estudar o latim para compreender a lei do *dividi i impera*... compreendemo-la nas nossas costas e pudemos constatar os

seus efeitos na nossa própria carne. Isso bastou-nos. Hoje, conhecemos a realidade. Sabemos que os homens não são todos "naturalmente bons"... que a repressão não é apenas um "erro humano acidental", mas qualquer coisa de muito complexo, premeditado e organizado...

E que se não damos uso à liberdade, ela pode-nos facilmente ser roubada.

De acordo, mas desta vez, contrariamente ao que se passou em junho de 1979, parece que os ganenses continuam estando profundamente divididos em relação ao seu governo. A população mostra-se reticente face às medidas econômicas tomadas e inquieta-se pelo seu rigor. As "revendedoras" dos mercados recusam-se mesmo a observar os apelos governamentais de baixa dos preços. Os estudantes, por seu lado, exigem medidas radicais contra os membros do antigo governo... e as próprias forças armadas parecem longe de ter atingido a unanimidade (a marinha não teria aderido oficialmente). Que lhe parece?

— Não é a população em geral que se inquieta com as novas medidas econômicas, mas sim os corruptos... os traficantes, aqueles que, como as *ma-mies* (as "revendedoras"), julgavam poder continuar a prosperar na corrupção e no clima de traficância instaurado pelo antigo regime. Pois toda essa gente se enganou! O Carnaval acabou para eles, é a "quarta-feira de cinzas" que começa.

Chegou o momento de se alinharem ou não com a nova realidade do país, pois o povo não pode e não deve continuar apertando o cinto para manter o luxo e o bem-estar de um punhado de corruptos.

É um fato que os estudantes contestam um pouco... mas eles são jovens. São idealistas, puros, a consciência do nosso povo. Só os podemos admirar.

Você afirma que as forças armadas não conhecem a unanimidade... veja você mesmo. Visite as casernas, pergunte aos militares, aos soldados, aos oficiais e verá a realidade. Compreenda, se eu suspeitasse de que poderia encontrar alguma resistência a 31 de dezembro, não teria agido... teria esperado um momento mais favorável.

O combate à corrupção

E o clima de terror de que um setor da imprensa falou? Segundo essas informações, na sequência do putsch de 31 de dezembro, mais de 80 membros do Partido Nacional do Povo (anterior partido governamental) teriam sido detidos e mais de 700 pessoas teriam sido executadas. O que nos pode dizer em relação a essas notícias?

— Eu também li esses números na imprensa europeia... essa gente diz não importa o quê! Inventam números e, pronto, os dados estão lançados...

No princípio não prendemos apenas 80 pessoas, prendemos muito mais. Atualmente apenas uma dezena de pessoas se encontra na prisão. Quanto aos mortos, é a mesma história... mas desta vez a proporção é diferente. De fato, houve mortos, mas isso deu-se no dia da ação. É lamentável, mas não pudemos evitar. Morreram exatamente oito pessoas e não 700 como chegaram a afirmar. Sejam os lógicos. Se morressem tantas pessoas deveria haver pelo menos 700 famílias de luto em Acra e Acra não é Nova Iorque. Onde estão elas?

O ex-presidente Limann e os seus mais diretos colaboradores serão executados?

— Não lhe posso responder. O Comitê Nacional de Investigações investiga no sentido de estabelecer as responsabilidades de toda essa gente. Primeiro que tudo, é necessário que se esclareça as suas atividades, após o que a sorte deles será decidida.

O que nos pode dizer dos tribunais populares institucionalizados desde o dia 5 de janeiro passado? Qual o seu papel e como os conciliar com o sistema penal ganense?

— Esses tribunais são a expressão dos novos tempos. Se os tribunais tivessem funcionado como deviam não teríamos chegado a este estado. De que serve falar de processo judicial, de legalidade estabelecida, se no fim do processo não existe integridade judicial?

Infelizmente essa tem sido a verdadeira história da nossa magistratura e é por essa razão que nós favorecemos a justiça popular. Aqui, ela ainda é íntegra.

Gana vive a hora da caça à kalabule e a Holy War (Guerra Santa) contra as personalidades do antigo regime continua. Mas como fazer o país sair do marasmo econômico em que está estagnado há mais de uma década?

— Temos muitos problemas a resolver: 120% de inflação, o mercado negro da moeda, o contrabando de cacau, a reativação do aparelho produtivo, o desemprego etc.

Mas dêem-nos tempo para o conseguirmos. Como quer que consigamos resolver tudo isso em apenas dois meses? Em todo o caso, alguma coisa começa a mudar. Efetivamente, mesmo sem a aplicação de uma nova política, a taxa de câmbio da libra esterlina no mercado negro baixou em três dias de 80 cedis para 27 cedis.

A diferença com a Nigéria e a amizade por Khadafi

Como sabe, desde 31 de dezembro passado o presidente Shehu Shagari exige o pagamento imediato dos seus fornecimentos de petróleo. Como fazer face a esse imprevisto, e, sobretudo, como reembolsar a Nigéria dos 200 milhões de dólares em atraso?

— Que quer que lhe diga? Os nigerianos utilizam



A luta contra a corrupção e o contrabando é o maior objetivo de Rawlings



Os nigerianos utilizam

a arma econômica contra nós na esperança de salvar os seus protegidos.

Mas esse tipo de pressão não terá efeito sobre nós. Cem ou 200 milhões de dólares de dívida exigidos por um credor podem, por acaso, travar a marcha de um povo? Não acredito.

Quer com isto dizer que a dívida não será liquidada?

— Não, pelo contrário, nós responderemos pelas nossas dívidas. Mas antes disso temos de avaliar os nossos próprios recursos.

Até agora se anunciou a intenção de lutar contra a corrupção, de pôr fim à gestão catastrófica do antigo regime e de reativar a economia do país. Mas no plano concreto, quais são, de imediato, as novas opções políticas e econômicas de Gana?

— De um ponto de vista político, posso-lhe dizer que não temos a intenção de alimentar o nosso povo de “retórica”... Queremos apenas apontar-lhe os aspectos positivos e tangíveis da nossa Revolução. Queremos conduzi-lo àquilo que nós chamamos o interesse da Nação: poder alimentar-se, vestir-se, possuir casas em condições e reconquistar a dignidade e a integridade moral. Numa palavra, “colocá-lo no seu lugar”, no seu “justo lugar”.

De um ponto de vista econômico, não pretendemos ressuscitar a velha economia, antes queremos criar uma nova. Anteriormente éramos consumidores de coisas que não produzíamos e produtores de coisas que não consumíamos. A partir de agora vamos alterar tudo: vamos talhar a camisa segundo o nosso próprio corpo.

Na Europa fala-se muito da sua simpatia pela Jamahiriya do coronel Khadafi. Como encara esses comentários?

— A maneira como os povos constroem a sua vida vem da experiência histórica de toda a humanidade. São as “ciências sociais” que o afirmam.

Ora se os ganenses de hoje se encontram na mesma situação que os líbios no começo da sua revolução, isso não é mais que um acidente da história. Mas não há na nossa terra quem pretenda vender Gana à Líbia ou adquirir uma doutrina ou uma ideologia que, entre outras coisas, não conhecemos. Respeitamos e aceitamos todos os países que nos respeitam e aceitam e, evidentemente, agradecemos a todos aqueles que nos querem ajudar. Será que é pecado aceitar a ajuda da Líbia? Não se esqueça que o coronel Khadafi foi o único que veio em nossa ajuda. Não há outros exemplos. Se os Estados Unidos tivessem vindo em nosso auxílio, se a URSS, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a França tivessem vindo nos ajudar, se a China tivesse vindo socorrer-nos, nós teríamos tido exatamente o mesmo comportamento que o manifestado em relação à Líbia. Ter-lhes-íamos manifestado a mesma dose de respeito e abertura. Mas, infelizmente, não foi esse o caso. ●

A oposição tenta unir-se

NIGÉRIA

Apesar de fortes divergências, os opositores de Shagari negociam uma coalizão com vistas às eleições presidenciais do próximo ano*

O presidente da Nigéria, Shehu Shagari, e o NPN, Partido Nacional, situacionista, mostram-se cada vez mais preocupados com as eleições de 1983 depois que se anunciou, em janeiro último, uma possível “aliança eleitoral” entre os principais partidos da oposição.

Em discurso pronunciado recentemente na Universidade de Jos, no estado do Platô, Shagari ressaltou a necessidade de uma “revolução ética” e atacou veementemente os que continuam a semear a desunião e a contestação política — numa referência mal dissimulada aos elementos da oposição parlamentar que mais se pronunciam contra o governo.

Dias antes, num contexto estritamente político, o líder nigeriano havia declarado, durante uma convenção do NPN, que a fusão dos partidos minoritários constituiria uma “aliança e conluio mal intencionado” que poriam em risco “a estabilidade e o bom desenvolvimento de nossa política nacional”.

Para muitos observadores, as mudanças ministeriais efetuadas em fevereiro passado foram um esforço de remover os ministros de menor expressão política, com vistas a fortalecer a posição do governo nas eleições de 1983. Ao que consta, porém, grande parte da população mostrou-se desapontada com o fato de que tais mudanças não foram acompanhadas de iniciativas mais amplas na reorientação do governo.

A principal mudança foi a transferência de Adamu Ciroma do Ministério da Indústria para o Ministério da Agricultura. O setor agrícola representa

* Artigo extraído da revista Africa News, de 1º de março de 1982

a prioridade econômica número um do governo de Shagari, e provavelmente se espera que Ciroma, com sua reputação de eficiência, produza pelo menos alguma coisa de concreto que o governo possa exibir aos olhos do povo na época das eleições.

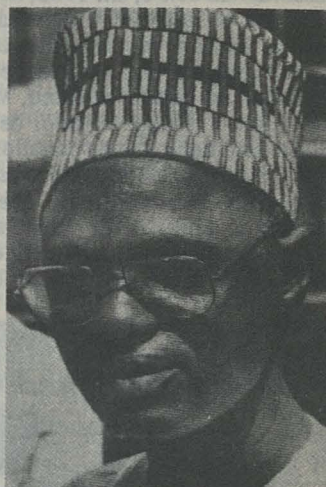
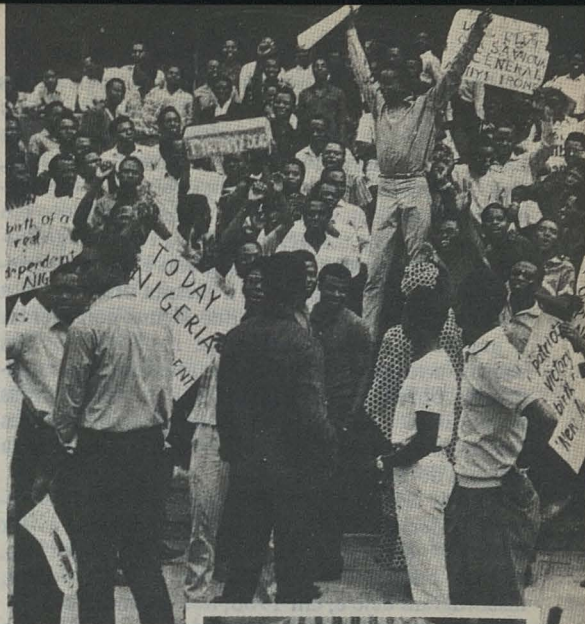
A gravidade do desafio ao NPN de Shagari dependerá, em grande parte, do resultado das negociações atualmente em curso entre o Partido Unitário (UPN), o Partido Popular Nigeriano (NPP), o Grande Partido Popular Nigeriano (GNPP) e uma facção dissidente do Partido de Redenção Popular (PRP). Após uma reunião realizada em janeiro em Benin entre membros dos quatro partidos, o líder do UPN no Senado, Jonathan Odebiyi, foi eleito presidente de uma comissão interpartidária para determinar a forma que seria dada à fusão, mas, de lá para cá, já declarou que não acredita que uma verdadeira coalizão seja possível antes das eleições de 1983.

Aliança eleitoral opositora

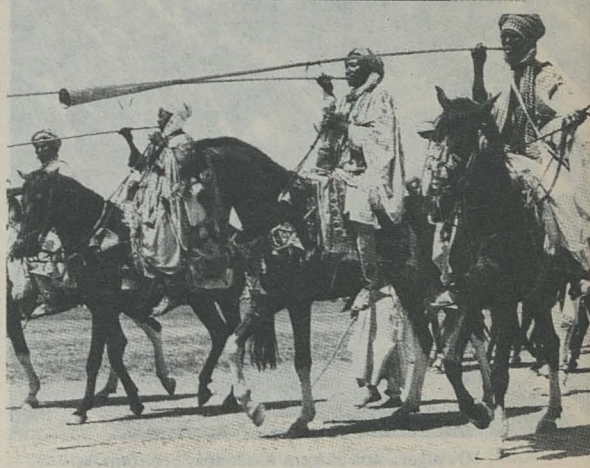
Consequentemente, as especulações da imprensa nigeriana têm-se concentrado na possibilidade de uma cooperação eleitoral limitada, na qual os partidos opositoristas apoiariam um único candidato presidencial, o chefe Obafemi Awolowo, líder do UPN, concordando provavelmente em não disputar postos legislativos para os quais outros membros da coalizão seriam facilmente eleitos. Mas, como observa a revista *West Africa*, um arranjo desta natureza significaria que "cada partido conservaria seus baluartes tradicionais, sem alterações na geografia ou no clima políticos da Nigéria". Exceto, naturalmente, para o NPN, que sofreria inúmeros reveses.

Embora a constituição nigeriana exija que os partidos políticos registrados se mostrem ativos e mantenham escritórios em todas as regiões do país, o que se viu nos resultados das últimas eleições foi o peso dos fatores regionais e étnicos. O UPN é evidentemente mais forte entre os *iorubas* (no oeste); o NPP tem seus mais ardentes partidários entre os *ibos* (no leste); o PRP tem no norte seu reduto inexpugnável; e o GNPP é mais forte no norte e no centro do país. Quanto ao partido situacionista, o NPN, é frequentemente visto como um agrupamento de negociantes e profissionais, de caráter nacional, mas tem também seu ponto de apoio mais firme entre os muçulmanos do norte.

A "Segunda República" nigeriana tem tido problemas muito graves desde que os militares entregaram o poder aos civis em 1979, mas alguns comentaristas afirmam que a política tradicional, baseada nas etnias e nos interesses regionais, vem lentamente cedendo lugar a uma política baseada na ideologia. As atuais negociações em torno da fusão opositorista põem à prova esta teoria.



A queda dos preços do petróleo aumentou as injustiças e criou grandes problemas para Shehu Shagari



Na coalizão proposta, a união ideológica mais provável será aquela entre o UPN e os dissidentes do PRP. O partido de Awolowo, embora esteja longe de ser uma força revolucionária socialista, tem assumido posições "progressistas", apresentando como programa básico o ensino gratuito em todos os níveis e assistência médica também gratuita, desenvolvimento rural integrado e pleno emprego. Seguindo praticamente a mesma orientação, a plataforma inicial do PRP, que alguns consideram o manifesto mais radical, exige melhores serviços sociais, a revogação de certos impostos tradicionalmente cobrados dos camponeses e outras reformas econômicas que visam amparar os trabalhadores assalariados e rurais, há tanto tempo esquecidos na história do país.

Pouco tempo depois da divulgação do manifesto, o líder do PRP, Aminu Kano, decidiu evitar qualquer confrontação com o NPN vitorioso. Grande número dos radicais do partido, porém, discordaram dele e, em 1980, houve uma cisão.

Entre os líderes da facção radical do PRP, que terá de registrar-se novamente com outro nome se quiser competir nas eleições de 1983, estão o governador do estado de Kano, Muhammed Abubakar Rimi, e o ex-governador de Kaduna, Balarabe Musa. Em junho do ano passado, Musa foi vítima de *impeachment* pelo legislativo estadual, controlado pelo NPN, num confronto que agravou os sentimentos de antipatia em relação ao partido situacionista e fez surgir a nova frente de oposição. Semanas depois, Rimi, governador de Kano, viu-se às



Os nigerianos exigem mudanças econômicas

voltas com violentos distúrbios na cidade de Kano — aparentemente provocados pelas críticas feitas por sua administração de tendência esquerdista contra o emir local.

Awolowo, líder do UPN, bem como os radicais do PRP, tendem a fazer suas críticas contra Shagari e contra o NPN em termos de classe. "Não devemos subestimar os reacionários feudais que atualmente usam o NPN como plataforma para sua retaguarda", declarou Awolowo durante um congresso do partido em dezembro passado. "Eles estão obcecados pela idéia de que é seu destino governar... e consideram servos e inferiores todos aqueles que não pertençam à sua classe".

Quanto a Rimi, viu na violência de julho do ano passado prova de que o *establishment* feudal e tradicional dos muçulmanos do norte está disposto a lançar mão de todos os recursos para combater qualquer tentativa de reforma social. "Esse terrível escândalo", diz ele, "confirma em grande parte o temor do povo nigeriano quanto ao papel partidário da polícia no apoio ao regime neofascista do NPN em nosso corpo político".

Não obstante, nem o UPN nem os dissidentes do PRP estabeleceram até agora os detalhes de uma plataforma populista para 1983; e, mesmo que o tivessem feito, sua retórica não encontraria ecos no NPP nem no GNPP. Alex Fom, secretário-geral do NPP, acusa o partido situacionista de ser "desavergonhadamente materialista", mas, ao mesmo tempo, afirma que qualquer discussão de um programa "socialista" para a coalizão oposicionista seria "uma perda de tempo". Da mesma forma, os dirigentes do GNPP são vistos como comprometidos com uma atitude moderada e "pragmática".

Evidentemente, os organizadores da coalizão contra o NPN ver-se-ão praticamente de mãos atadas nos próximos meses, mas até mesmo uma pequena medida de sucesso na coordenação da estratégia eleitoral e no apoio aos principais candidatos traria prejuízo ao partido de Shagari. Durante algum tempo, o NPN desfrutou de maioria no legislativo, graças a uma aliança provisória com o NPP, mas agora controla somente cerca de 40% dos postos legislativos da Câmara e do Senado, enquanto que o presidente vem tendo problemas com suas medidas legislativas, como o demonstrou a disputa do ano passado em torno da distribuição da renda interna.

Por irônico que pareça, até mesmo a Lei Eleitoral proposta pelo governo vem tendo sua aprovação retardada devido a inúmeras revisões, tendo o próprio Shagari endereçado recentemente uma carta aos parlamentares, pedindo-lhes que se abstenham de introduzir novas emendas. Dizem as autoridades que, caso a lei não seja aprovada rapidamente, as eleições de 1983 talvez tenham de ser adiadas por vários meses.

O crepúsculo da era Stevens

SERRA LEOA

Após 13 anos de poder, Siaka Stevens parece incapaz de se reconciliar com aqueles que o levaram ao poder

Alice Nicolau

Há alguns anos Serra Leoa instituiu a “Ordem do Mosquito” em homenagem ao inseto que impediu que o território fosse uma colônia de povoamento. Se é certo que essa circunstância facilitou o acesso da Serra Leoa à independência política (possibilitando inclusive que em 1863 fossem nomeados dois negros para integrar o Conselho Legislativo) não menos certo é que a Serra Leoa, tal como hoje a conhecemos, nasceu, à sua específica maneira, da colonização branca.

Neste, como em tantos outros territórios africanos, tudo começou com a chegada dos navegadores portugueses em 1458. Depois da “descoberta”, seguiu-se a “evangelização”, e a Igreja de S. Domingos em Dufiné atesta a presença, logo em 1459, de uma religião alheia à zona, já em conflito com o Islã, chegado mais cedo. A entrada dos brancos em cena veio acrescentar um fator de perturbação à existência conturbada deste território, atravessado, durante os séculos da sua história conhecida, por sucessivas ondas migratórias e as consequentes lutas entre os diversos grupos étnicos. Portugueses, franceses, holandeses e ingleses disputaram entre si o território, que, durante séculos, passou a ser uma zona de pirataria branca. Desde cedo a ação dos brancos se desenvolveu em três direções: ir em busca das riquezas do subsolo, agravar as lutas interétnicas, jogando uns grupos contra outros e aliando-se militarmente com este ou aquele, e, finalmente, aguardar as remessas de negros vendidos pelos seus chefes ou capturados durante as guerras.

De 1458 a 1787, foi este fundamentalmente o papel dos brancos. Até que, em 1787, o homem branco descarregou no território da Serra Leoa parte de um “fardo” muito especial. Depois da abolição da escravatura e da proibição do tráfico de escravos pela Grã-Bretanha, depois da luta da colônia que se transformou nos Estados Unidos da América, a Inglaterra viu-se às voltas com um problema racial: o advento de numerosos negros, tornados livres, mas condenados ao desemprego, à fome, à miséria.

Foi então que um grupo de comerciantes decidiu adquirir um território africano, exatamente no local hoje ocupado por Freetown, para onde mandariam um contingente de negros cuja presença em Londres ameaçava criar graves problemas sociais. Misturaram-se negros vindos dos Estados Unidos — cuja lealdade durante a guerra com os norte-americanos fora compensada com a libertação —, com outros, fugitivos da Jamaica e chegados à Inglaterra, e ainda, alguns libertados de barcos negreiros, e transferiram-nos (quatro centenas) para uma terra à qual eram totalmente alheios. Sem que os seus “benfeitores” o soubessem, a polícia britânica fê-los acompanhar de algumas dezenas de prostitutas londrinas, previamente embriagadas e embarcadas à força. Assim começa a especial colonização branca sobre a Serra Leoa. As crônicas divergem neste ponto: segundo uns, os *crioulos*, que passaram a constituir a classe dominante, tanto econômica como politicamente, são descendentes diretos dessa primeira leva. Segundo outros, os 30 mil *crioulos* descenderiam das sucessivas ondas de colonos negros enviados para a Serra Leoa, depois da primeira experiência ter fracassado, devido às doenças e à chacina cometida contra os sobreviventes pelo rei dos *timné*, que havia vendido o território. Em 1800, o mesmo grupo inglês instituiu uma companhia comercial, e fez nova tentativa na Serra Leoa, mas obrigando os colonos a trabalharem para a companhia, no cultivo do algodão e do café e no comércio com os *timné*. Os novos colonos passaram o tempo em luta contra os *timné* e em rebelião contra os seus “benfeitores”, de tal modo que a coroa britânica acabou por transformar o estabelecimento numa colônia do Estado.

A partir de então, apesar da turbulência dos colonos e da constante rejeição oposta pelas populações autóctones aos intrusos, criou-se uma situação de certa estabilidade. Os recém-chegados, agora sob a autoridade de um governador britânico, instalaram-se sobretudo na costa, penetrando no interior em missões de comércio. Fundaram cooperativas e conseguiram vingar naquele meio tão hostil. Para isso aliaram-se à potência colonial branca, que impunha pela força das armas o domínio dos *crioulos*. Estes funcionaram, por assim dizer, como “colonizadores interpostos”, evitando que os colo-

nizadores sofressem os inconvenientes que o mosquito apresentava para o domínio branco *in loco*. Em 1821, a já então cidade de Freetown torna-se, por seis anos, a capital do conjunto das possessões inglesas na África Ocidental, posição que voltou a ocupar de 1866 a 1874, mas então com inclusão da Nigéria.

A primeira universidade da África colonial foi erigida na Serra Leoa, em 1827, e seria, mais tarde, por ironia da história, a fonte onde se formariam as primeiras gerações de intelectuais africanos que estimulariam os movimentos nacionalistas da costa ocidental. Em 1863 criam-se dois conselhos, o legislativo e o executivo, que configuraram uma certa forma de autonomia e que incluíam dois representantes negros.

Contudo, não foi tarefa fácil, nem para os *crioulos* nem para os britânicos, a conquista do interior, que só terminaria no fim do século XIX e ficaria ratificada com a proclamação do protetorado britânico sobre as diversas tribos em 1898.

Esta associação entre colonizadores brancos e colonizadores negros deixou de existir, a partir do momento em que se desenvolvem os ideais nacionalistas e independentistas. A tal ponto que, em 1924, quando os britânicos introduzem três chefes



26 - terceiro mundo

tribais autóctones no Conselho Legislativo, os *crioulos* contestam essa medida, considerando que as populações "iletradas" do interior estavam sendo manipuladas pela potência colonial para perpetuar o domínio britânico.

O certo é que o conflito entre os *crioulos* e as populações autóctones só ficou parcialmente sanado quando a instituição do sufrágio universal fez perder o peso político que a escassa minoria tinha detido durante anos e anos. Contudo, ainda nos anos 50, quando se preparava a independência do país, os *crioulos* fizeram uma derradeira tentativa de obter um estatuto privilegiado.

Ainda hoje a diferença entre *crioulos* e populações autóctones continua a ser um dado permanente da situação do país, tanto mais que o controle da economia continua nas mãos dos descendentes dos primeiros colonos negros, associados aos sírio-libaneses e aos interesses ocidentais.

Os "irmãos Margai"

De 1960 a 1967 os "irmãos Margai" dominaram a cena política serra-leonesa. Milton Margai faleceu em 1964 e sucedeu-lhe à frente do governo o irmão, Albert. Tanto um como o outro levaram a cabo tímidas tentativas de diversificar o intercâmbio comercial do país, de sustar a sangria de divisas causada pelo contrabando dos diamantes, de intensificar a agricultura, abandonada em favor da exploração dos diamantes aluviais, de deter, em suma, a catástrofe. Mas todas essas tentativas foram anuladas pela ineficácia e corrupção dos governos e, sobretudo, pelo predomínio dos interesses imperialistas. A exploração dos diamantes e do ferro fugia do controle do Estado, o que permitiu a sua superexploração, a ponto de hoje os diamantes aluviais serem uma figura praticamente do passado e as jazidas de ferro de Marampa (superexploradas por uma companhia britânica) estarem exauridas em 1976.

A mudança de regime ocorrida em 1967, com a subida de Siaka Stevens (que se tinha destacado na luta anticolonial) ao poder, suscitou vivas esperanças de alteração da situação do país.

Nacionalizou-se a exploração florestal e criou-se uma empresa mineira, a Diminco, com participação majoritária do Estado, o que permitiu o controle da exploração dos diamantes.

Nos seus anos atribulados de poder, Siaka Stevens conseguiu alguns triunfos. Mas sobre todas as suas iniciativas pesava a dura hipoteca da preponderância dos laços econômicos com a Grã-Bretanha, da exploração das riquezas minerais por empresas imperialistas, hipoteca essa que viria a agravar-se com a união aduaneira entre a Serra Leoa e a Libéria (*Mano River Union*) país de economia totalmente dependente.

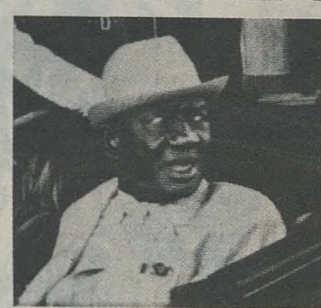
A criação da já citada Diminco, em 1974, a reabertura de algumas minas de ouro, o recomeço da exploração de minas de rútilo abandonadas, um aumento da produção do arroz permitiram que o governo Stevens em 1975 melhorasse o nível de vida da população e pareciam prometer progressos substanciais, com o plano quinquenal de desenvolvimento no qual se previam investimentos da ordem dos 621 milhões de *leones**.

Contudo, todas essas ilusões se desvaneceram. O agravamento da crise do petróleo, o encerramento das minas de ferro, o desaparecimento dos diamantes aluviais, a manipulação nos mercados internacionais dos preços do café e do cacau, a persistência da corrupção e do contrabando, tudo contribuiu para que, uma vez mais, a economia do país se defrontasse com uma situação de quase bancarrota. O agravamento das condições de vida das populações levou a um descontentamento generalizado e a uma persistente agitação social para os quais o governo só soube encontrar medidas repressivas. O auge da agitação surgiu em setembro do ano passado, quando uma manifestação de massa (200 mil pessoas saíram às ruas em Freetown) e uma greve geral fizeram estremecer o governo de Siaka Stevens. Seguiu-se uma onda repressiva e a instauração do estado de sítio, que se mantém.

Diamantes, cacau e café — estas três riquezas constituem 80% das exportações de Serra Leoa. Basta que fatores alheios ao governo (a manipulação internacional dos preços) ou decorrentes de uma exploração irracional dos recursos não sustada a tempo, entrem em jogo para pôr em perigo toda a economia de um país assentado em pilares tão frágeis. Foi o que se passou com a Serra Leoa, que só agora, depois de desperdiçar as suas riquezas, procura diversificar a produção e concentrar-se num plano integrado de desenvolvimento agrícola, que garanta o auto-abastecimento e o aumento de exportações do setor.

Mas se esses esforços prosseguem, com a ajuda de países como a China e de instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, prossegue também a política suicida de colocar nas mãos de interesses imperialistas o controle de riquezas essenciais. É o que se passa com a exploração do rútilo, entregue a uma transnacional dos EUA, a *Bethlehem Steel*, que detém 85% das ações da companhia *Sierra Rutile*.

Outro aspecto suicida da política da Serra Leoa é a sua hipoteca ao Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição à qual recorreu, com as consequências de todos conhecidas: a estagnação da economia, a "austeridade" imposta às camadas desfavorecidas.



A ineficiência de Stevens (embaixo) levou o país à beira do caos devido à fome, causa de persistentes agitações sociais

Após 13 anos de poder, assinalados por golpes e contragolpes, com 79 anos de idade, Siaka Stevens parece incapaz de se reconciliar com aqueles que o levaram ao governo e que sempre lhe têm sido fiéis nas horas difíceis. Daí que a maior parte dos observadores considere que estamos no crepúsculo da era Stevens. Segundo se prevê, as eleições gerais (constantemente adiadas), que parecem aproximar-se, marcarão o fim do governo Stevens. Tem-se como muito provável que Siaka Stevens prepare cautelosamente a sua sucessão, de modo a não dar grandes motivos aparentes de revolta a uma oposição hoje condenada à clandestinidade: primeiro, será "arrumada" a casa, pondo-se fim aos casos mais escandalosos de corrupção, depois decretar-se-á o regresso ao multipartidarismo. Realizar-se-ão então as eleições, cujos resultados serão garantidos previamente mediante o filtro das "consultas indiretas". Se as coisas se passarem assim, quatro nomes, quatro ministros do governo atual de Freetown, poderão disputar a sucessão de Siaka Stevens: Ibrahim Komora, Kamara-Taqlor, Francis Minah e Solomon Pratt.

* Um leon vale cerca de US\$ 1,20

São Tomé e Príncipe

ESPECIAL



28 - terceiro mundo

Da escravatura à libertação

Da revolta do rei Amador à independência,
a coerência da luta pela liberdade

Carlos Pinto Santos

Se se perguntar a um estudante europeu ou americano a localização da República Democrática de São Tomé e Príncipe é quase certo que ele nos olhará silencioso ou balbucie uma região do globo que poderá ser o Caribe ou, na melhor das hipóteses, a África. Salvam-se dessa ignorância universal os povos de língua portuguesa, os africanos por possuírem um passado comum, os portugueses que aprenderam na escola ter São Tomé e Príncipe pertencido ao império, mas não são muitos os brasileiros a saber que alguns dos seus antepassados vieram há séculos de duas pequenas ilhas da bafa de Biafra, no grande golfo da Guiné, precisamente onde passa a linha do Equador.

Análogo mutismo se encontrará na informação internacional. Quem procurar saber quem são e como vivem 96 mil pessoas de um país que não chega a ter 1.000 km², terá de percorrer a imprensa angolana ou moçambicana porque no resto é necessário esperar um acontecimento político importante (ou feito importante) para se descobrir algumas linhas numa página interior.

São Tomé e Príncipe, no entanto, é um país fascinante: pela beleza da terra, por um passado secular de revolta, pelo caráter da sua gente, pelos contornos do seu desenvolvimento atual.

cadernos do terceiro mundo esteve um mês em São Tomé e Príncipe, durante o qual percorreu grande parte do país, entrevistou o presidente, conversou com ministros e demais responsáveis, contactou com uma população hospitaleira. Eis essa reportagem especial.

1982 - abril - No. 44

Entrepasto de escravos

As ilhas que hoje constituem a República Democrática de São Tomé e Príncipe foram visitadas pela primeira vez, a maior em 21 de dezembro de 1470 (dia do apóstolo São Tomé) e a menor a 17 de janeiro de 1471, dia de Santo Antônio (mais tarde o seu nome foi mudado para Príncipe "porque dela se tirava um tributo para o filho mais velho d'El-Rei") por navegadores portugueses que a mando do rei Afonso V exploravam a costa ocidental africana, não só movidos pelo interesse científico mas sobretudo atraídos pelo comércio do ouro e do marfim.

Ainda no século 15 foi introduzida em São Tomé e Príncipe a cultura da cana-de-açúcar por recomendação do rei aos seus mandatários que levaram para o território os primeiros colonos — judeus, degradados e toda espécie de criminosos — a quem foi concedido "a cada um, uma escrava para dela se servir e a dita ilha povoar". Com os engenhos de açúcar, a exploração de madeiras, o cultivo da pimenta e outras especiarias, surgiu o comércio de escravos que rapidamente se transformou no principal sustentáculo da economia das ilhas.

São Tomé foi durante séculos o mais importante entreposto de escravos da África ocidental que, capturados da costa da Guiné à costa angolana, por ali passavam a caminho das plantações açucareiras do Brasil, substituindo nos engenhos os índios dizimados pelas guerras e enfermidades levadas pelos portugueses. Segundo os historiadores, que se basearam nas contabilidades das autoridades coloniais da época, ao longo do século 16 partiam anualmente de São Tomé mais de 30 mil escravos para o Brasil, Portugal e Índias Ocidentais.

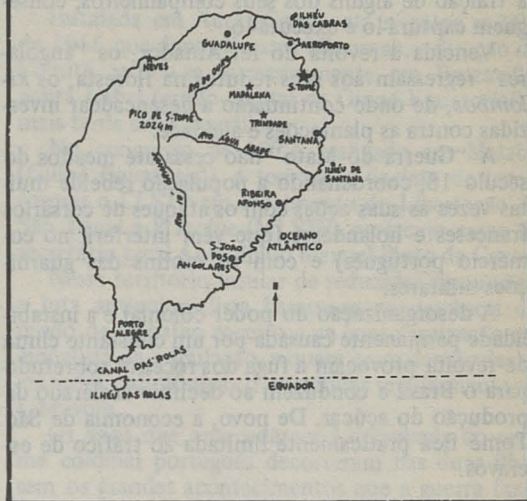
O ciclo do açúcar e as revoltas dos escravos

A indústria açucareira desenvolve-se rapidamente em São Tomé e Príncipe a partir do início do século 16. Estimulada pela população judia, permite às ilhas manter um importante comércio de exportação que atinge o Mediterrâneo e a Europa. Em 1554, São Tomé conta com 60 engenhos que produzem 150 mil arrobas de açúcar vindo a atingir 400 mil arrobas por volta de 1624. É o Ciclo da Cana-de-Açúcar que perdurará dois séculos.

O desenvolvimento da monocultura açucareira é acompanhado bem cedo pelos levantamentos da mão-de-obra escrava que resiste durante três séculos numa longa "Guerra do Mato" feita de ataques de surpresa e retiradas rápidas para a floresta.

A primeira revolta de que há registro deu-se em 1517 desencadeada pelos escravos de uma família de grandes proprietários de nome Lobato a que se juntam escravos de outras plantações. Em 1530,

O país é formado por duas grandes ilhas. A maior é a de São Tomé, e a menor, Príncipe. Ambas têm ao todo mil km²



ecloidiu a rebelião chefiada por um escravo cego conhecido por Johann ou Yon Gato. Mais tarde, em 1574, estalam as revoltas dos "angolares", segundo a tradição, sobreviventes de um naufrágio de barco negreiro verificado junto às costas de São Tomé e que se teriam estabelecido entre 1540 e 1550 numa zona despovoada da ilha. Armados de arcos e zagaia os "angolares" arrastam outros escravos, invadem as roças e a cidade, incendeiam plantações, destroem engenhos de açúcar e atacam a fortaleza de São Sebastião. Em 1585, provocam um incêndio que destruiu grande parte da cidade de São Tomé.

Porém, a mais célebre revolta dos "angolares" foi chefiada em 1595 pelo lendário rei Amador cujo perfil está hoje impresso em todas as notas do banco da República. Aproveitando-se das rivalidades entre o governador e o bispo, consegue conquistar o controle quase total da ilha e da cidade,



Rei Amador

proclamando-se rei. Domina o território durante um ano até que os portugueses usando a astúcia e a traição de alguns dos seus companheiros, conseguem capturá-lo e executá-lo.

Vencida a revolta do rei Amador, os "angolares" regressam aos seus redutos na floresta, os *ki-lombos*, de onde continuarão a desencadear investidas contra as plantações e a cidade.

A "Guerra do Mato" não cessa até meados do século 18, coordenando a população rebelde muitas vezes as suas ações com os ataques de corsários franceses e holandeses (que vêm interferir no comércio português) e com os motins das guarnições militares.

A desorganização do poder colonial e a instabilidade permanente causada por um constante clima de revolta provocam a fuga dos roceiros sobretudo para o Brasil e conduzem ao declínio acelerado da produção do açúcar. De novo, a economia de São Tomé fica praticamente limitada ao tráfico de escravos.

O ciclo do cacau e o contrato

Intensamente cobiçado nos mercados europeus, o café tipo *arabica* é transportado do Brasil para São Tomé no ano de 1800. É o Ciclo do Café que vai até 1822, ano da introdução do cultivo do cacau. A partir de então, devido às condições excepcionais do clima e do solo, e à alta rentabilidade da nova cultura, São Tomé e Príncipe transforma-se na terra do cacau. A febre do lucro que se apodera dos colonos faz relegar para segundo plano todas as outras culturas, mesmo a do café, arruinando a agricultura de subsistência e obrigando a importação da quase totalidade dos produtos alimentícios, situação que ainda hoje caracteriza a economia do país.

O Ciclo do Cacau desenrola-se com profundas alterações da posse da terra. Os antigos proprietários que tinham ficado no país e os que se juntam a eles, usurpam (através de burlas, da prote-

ção da administração colonial e do uso da força e massacres) grandes extensões de terra aos naturais que dela se tinham tornado donos no decorrer dos séculos anteriores. Em meados do século 19 as duas ilhas ficam assim divididas em grandes roças pertencentes a um reduzido número de proprietários.

A abolição da escravatura nas colônias portuguesas em 1869, depois de dezenas de anos de pressões internacionais sobre o governo de Lisboa, veio abalar a produção do cacau, a qual exige abundante mão-de-obra. De posse da "carta de alforria" que os libertava, pelo menos diante da lei, da sua condição de escravos, os *forros* recusam o trabalho nas roças e resistem ao recrutamento forçado que camufla a escravatura: o "contrato".

Essa nova forma de servidão, que persistiu até a década de 50 do nosso século, apesar das constantes denúncias reveladas à opinião pública e das sanções internacionais a que o governo português é sujeito, consistia na angariação compulsiva de trabalhadores que eram transportados para as plantações onde ficavam submetidos a um cruel regime de trabalho.¹

Perante a arraigada resistência dos santomenses ao trabalho forçado, as autoridades coloniais viram-se na necessidade de procurar em outras colônias a mão-de-obra reclamada pelos roceiros. Dezenas de milhares de angolanos, moçambicanos e mais tarde caboverdianos foram então enviados à força para as ilhas do cacau. A maioria dos registros que poderiam fornecer dados exatos sobre a importação de trabalhadores perderam-se no tempo e os que chegaram até nós são apenas números parciais. No entanto sabe-se, por exemplo, que entre 1876 e 1900 entraram em São Tomé 55 mil angolanos; de 1901 a 1928, foram cerca de 100 mil vindos de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Em 1956, chegaram 4 mil "contratados".

Se observarmos que o censo de 1960 assinala para São Tomé e Príncipe 63 mil habitantes e que

1) Uma imagem elucidativa dos métodos coloniais é dada pelo horário estipulado no Regulamento do Código de Trabalho Indígena de São Tomé e Príncipe de 1947: 5,30 horas, alvorada; 6,30 horas, formatura, chamada do pessoal e distribuição de serviços; 8,00 horas, pausa de meia-hora para o café da manhã; 8,30 horas, serviço até o meio-dia; 12,00 horas, segunda refeição e repouso até as 14,00 horas; 14,00 horas, serviço até às 18,00 horas; 21,30 horas, apagar as luzes, encerramento exterior das habitações e silêncio. Era, no entanto, habitual que os administradores das roças obrigassem os trabalhadores a horários semanais superiores a 70 horas privando-os do descanso dominical. As faltas eram severamente punidas. Aos que tentavam pela primeira vez a fuga era-lhes marcado um "F" no peito com um ferro em brasa; à segunda, amputava-se-lhes uma orelha ou um dedo do pé. A morte era o castigo que esperava os trabalhadores que fossem apanhados pela terceira vez, que eram geralmente lançados nas fomalhas.



Escravatura e cacau, dois fatos na história do país

o repatriamento de trabalhadores durante a época do "contrato" foi bastante reduzido, temos de constatar que a desproporção dos números só pode ser entendida por uma elevadíssima taxa de mortalidade provocada pelo inumano regime colonial.

O massacre de Batepá

"Há muitos anos morreram aqui muitas pessoas", disse Fernando, 15 anos de idade, guardador de cabras durante a manhã, estudante do 3º ano do ensino secundário à tarde, apontando as terras verdes que estão diante de nós. Nesse dia quente de dezembro de 1981, é difícil imaginar que ali, na antiga roça da Saudade, entre as ruínas do hospital e a única parede que resta da casa onde nasceu o escritor-pintor Almada Negreiros, homens, mulheres e crianças foram massacrados no mês de fevereiro de 1953 pela fúria dos colonos.

Face à necessidade de diminuir a importação de contratados, que as sanções internacionais dificultavam cada vez mais, a administração colonial tinha intensificado nos últimos anos as brigas em São Tomé para recrutar mão-de-obra. A resistência dos santomenses e o propalar de boatos lançados pelos próprios roceiros referindo planos de assalto a postos policiais, fez o governador amar centenas de colonos que se lançaram contra povoações indefesas queimando casas e matando gente indiscriminadamente. A repressão alastrou-se pelo interior da ilha após a morte pela população indígena de um oficial que chefiava um grupo de colonos: em duas semanas, mais de mil pessoas foram assassinadas.

No inquérito efetuado, o governo português concluiu que se tratara de ações provocadas por comunistas e louvou por competência e zelo o governador que ordenara o massacre conhecido pelo

nome da pequena povoação onde se iniciou a chacina — Batepá.

O fim do colonialismo

Na mesma época histórica em que surgem os movimentos de libertação das outras colônias portuguesas, um grupo de nacionalistas funda em setembro de 1960, na ilha de São Tomé, o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), que no ano seguinte participa em Rabat em conjunto com o MPLA, PAIGC e Frelimo na criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) destinada a fazer convergirem as ações político-militares dos movimentos na luta contra o domínio português. Em 1962, a OUA reconhece o CLSTP como único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe.

Instalada em Acra (Gana), até o golpe militar de 1966 que depôs Kwame Nkrumah, a direção do Comitê sediou-se sucessivamente em Brazaville, Santa Isabel (então capital da Guiné Equatorial) e mais tarde em Libreville.

No congresso de 1972, realizado em Malabo (Guiné Equatorial), é tomada a decisão de transformar o CLSTP em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) para cujo cargo de secretário-geral é escolhido Manuel Pinto da Costa.

Nesse território insular de reduzidas dimensões, a luta anticolonialista baseou-se na denúncia do modo de trabalho roceiro e na conscientização nacionalista da população, a quem eram destinadas as emissões radiofônicas transmitidas regularmente de Libreville.

Os anos que antecederam à derrubada do regime colonial português decorreram nas duas ilhas sem os grandes acontecimentos que a guerra fazia registrar nas outras frentes de combate. Porém, após o 25 de Abril de 1974, a opinião pública portuguesa descobre subitamente que também na população de São Tomé e Príncipe está enraizada uma vontade nacionalista até aí ignorada.

Para isso contribuem as manifestações de apoio ao MLSTP (no comício promovido em julho pela Associação Cívica pró-MLSTP chegaram a reunir-se 20 mil pessoas), as reivindicações e as ações de protesto dos trabalhadores das roças e dos serviços públicos, as greves dos estivadores e as movimentações da população contra os aumentos dos preços.

A independência

As negociações entre o governo português e o MLSTP, iniciadas em setembro de 1974 em Libreville, concluem-se a 26 de novembro, com a assinatura do Acordo de Argel, que fixa a independência do país para 12 de julho de 1975. Em dezembro,

toma posse o Alto Comissário de Portugal em São Tomé e Príncipe e a 21 do mesmo mês entra em função o Governo de Transição, tendo como primeiro-ministro Leonel D'Alva, membro do Birô Político do MLSTP.

A 17 de março de 1975, como consequência de um conflito que opõe a direção do MLSTP ao Alto Comissário Pires Veloso a propósito da dissolução de parte do corpo do exército português constituído por militares santomenses, Manuel Pinto da Costa chega a São Tomé antecipando o seu regresso apenas previsto para o dia da independência. Ainda nesse mês, surge publicamente o primeiro conflito interno do MLSTP quando o Birô Político decide demitir dois membros do Governo de Transição ligados à Associação Cívica: Gastão Torres, ministro do Trabalho e Pedro Umbelina, ministro da Comunicação Social.

Cinco dias antes da independência, decorrem em todo o país as eleições para a Assembléia Constituinte com grande participação popular.

Em 18 de setembro de 1975, a República Democrática de São Tomé e Príncipe é admitida como o 140º membro da Organização das Nações Unidas. A 30 de setembro, o presidente Pinto da Costa anuncia num discurso a nacionalização das 23 principais empresas agrícolas, o que significa que a partir de então o governo passa a dispor do controle da economia do país.

Ameaças externas

Carlos Graça, ministro da Saúde desde o Governo de Transição, abandona o país em janeiro de 1976 e, do estrangeiro, torna pública a sua dissidência, passando a partir daí a residir no Gabão de Omar Bongo, a quem o ligam laços pessoais de amizade.



A assinatura do ato de independência em julho de 1975

Num comunicado ao país, em julho de 1977, o presidente Manuel Pinto da Costa denuncia pela primeira vez manobras imperialistas visando à desestabilização do regime e, nos meses seguintes, são efetuadas algumas prisões e julgamentos de indivíduos acusados de conspiração contra as instituições revolucionárias e o presidente da República. A situação agrava-se em fevereiro de 1978, quando é destituído e preso — mas posteriormente absolvido — José Fret, ex-ministro da Administração Interna e membro do Birô Político do MLSTP, acusado de ligações a uma tentativa de derrubada do regime e do presidente Pinto da Costa. Paralelo a essa oposição interna (que segundo as autoridades de São Tomé é liderada por Carlos Graça), desenvolve-se uma ameaça externa com o aparecimento de barcos não identificados ao largo das ilhas, violação do espaço aéreo por aparelhos também não identificados, desembarque de pseudo-náufragos e a entrada no país de estrangeiros suspeitos.

A situação política é considerada de tal forma grave que leva o governo de São Tomé e Príncipe a denunciar internacionalmente propósitos de uma invasão estrangeira (embora as autoridades santomenses nunca tenham dito de onde partiria a ameaça, as atenções voltam-se inevitavelmente para o vizinho Gabão onde Bongo patenteava uma crescente animosidade em relação ao regime de São Tomé) e a pedir auxílio militar à Guiné-Bissau e a Angola. O contingente guineense das Farp, cerca de cem homens, permanece até maio de 1980, enquanto o destacamento das Fapla ainda hoje estaciona em São Tomé e Príncipe.

Os acontecimentos do censo

Numa época em que se fazem sentir no país problemas de abastecimento de gêneros, desenrolam-se em agosto de 1979 os incidentes em torno do primeiro recenseamento pós-independência.

Não acatando a indicação oficial de permanecer em casa num domingo, a população de São Tomé agita-se e recusa o recenseamento, o que dá origem a confrontos com as forças de segurança. Os incidentes, que, segundo o governo, elementos contrarrevolucionários aproveitam e valorizam politicamente, têm sobretudo origem na histórica aversão dos santomenses aos controles administrativos efetuados pelas autoridades coloniais na época do "contrato". A memória da opressão foi nesse caso determinante em relação às explicações oficiais sobre a necessidade e vantagens do recenseamento populacional.

Caso Miguel Trovoada

Um mês após os acontecimentos do recenseamento, registra-se um outro, largamente noticiado

na imprensa internacional: a prisão do ex-primeiro-ministro Miguel Trovoada.

Num intervalo de uma reunião do Conselho Coordenador do MLSTP, onde a sua política fora objeto de forte crítica, esse antigo dirigente dos primeiros núcleos nacionalistas santomenses resolveu pedir asilo político na embaixada de Portugal. O encarregado de Negócios, numa atitude que levantou grande controvérsia em Lisboa, nega a permanência na embaixada a Miguel Trovoada que encontra refúgio na subdelegação do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Oito dias mais tarde, o antigo primeiro-ministro é retirado *manu militari* pelas forças de segurança e preso enquanto decorriam conversações sobre a sua situação.

Antes desse episódio, o Conselho Coordenador já havia formulado contra ele graves acusações de "convivência na tentativa de desestabilização do país; conhecimento da tentativa de assassinato do presidente do MLSTP; aliciamento com vista à criação de divisionismo; não cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas pelo MLSTP e pelo governo; fuga constante das responsabilidades". Expulso das fileiras do MLSTP, Miguel Trovoada ficou detido durante meses, sendo mais tarde libertado sem julgamento. Desde então estabeleceu residência no Gabão.

Incidentes em Príncipe

Em fins de dezembro de 1981, São Tomé e Príncipe volta a ser notícia para os órgãos de informação. Dessa vez, são os incidentes ocorridos em Santo António do Príncipe que, partindo de um baile público não autorizado, gera conflitos entre algumas dezenas de manifestantes e as forças de segurança. Exaltados os ânimos, no meio de protestos contra a falta de gêneros numa época festiva (o Natal tinha sido na véspera) surgem pequenos panfletos manuscritos contra a "discriminação a que Príncipe está sujeito" e exigem a separação imediata da ilha da República, reivindicando uma independência de viabilidade política e econômica extremamente duvidosa se se tiver presente que a população da ilha tem pouco mais de cinco mil habitantes, muitos dos quais originários da ilha de São Tomé.

Face aos manifestantes concentrados junto das instalações militares, as forças armadas disparam algumas rajadas para o ar que provocam, no meio da correria gerada, alguns feridos ligeiros. São efetuadas oito detenções no rescaldo desses incidentes, interpretados mais como uma expressão de descontentamento popular pelos problemas de abastecimento e uma sensação de abandono relativa à capital, do que uma vontade real de separatismo.



Alda Espírito Santo preside a Assembléa Nacional

mo. Duas semanas depois, numa reunião distrital do MLSTP são expulsos do movimento seis membros por terem participado da manifestação.

No começo de 1980, iniciou-se em São Tomé e Príncipe o processo conducente à institucionalização do Poder Popular.

Precedidas de uma campanha de esclarecimento em escala nacional, as eleições para as Assembléias Populares Distritais foram iniciadas a 8 de março de 1980. O voto livre e direto foi normalmente acompanhado por declarações dos eleitores — e nestes estiveram incluídas as comunidades de trabalhadores estrangeiros residentes — sobre os motivos da escolha de tal ou tal delegado num "clima de participação popular extraordinário", segundo expressão de Alda Espírito Santo, presidente da Assembléa Popular Nacional e segunda pessoa na hierarquia do regime santomense.

As Assembléias Populares Distritais escolheram em seguida os 40 deputados da Assembléa Popular Nacional que, reunida em 12 de maio, elegeu o presidente da República para o seu segundo mandato.

Os deputados são responsáveis perante os eleitores da circunscrição por onde foram eleitos, a quem têm de prestar contas de quatro em quatro meses, podendo ser destituídos pela Assembléa Popular Distrital.

A 21 de dezembro de 1980 (data que passou a ser comemorada como "Dia do Poder Popular"), foi adotado um regulamento interno para a criação dos Órgãos de Base de Controle Popular cuja constituição varia segundo o número de membros de cada uma das 124 circunscrições que funcionam como auxiliares dos delegados das Assembléias Distritais.

"Uma experiência nova que está a ser enraizada no terreno mas ainda longe da perfeição desejada", segundo assinala Alda Espírito Santo, ao comentar os resultados obtidos na introdução dessa nova forma de poder do povo de São Tomé e Príncipe. ●

No ciclo do cacau

As bases da produção, agricultura, pecuária e pesca, no projeto econômico do governo

Ao formar o seu primeiro governo após a independência, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe recebeu em mãos um país de estruturas econômicas quase exclusivamente orientadas para a produção de uma só cultura, o cacau. Os restantes produtos que cobriam as roças — copra, coco e café — tinham uma importância muito reduzida na economia das ilhas, representando nos anos em que o cacau atingia cotação apreciável no mercado internacional, apenas 5% do valor total das exportações. Essa situação, que se mantém sete anos após a independência, está hoje agravada por dois fatos: uma brusca queda de produção do cacau em relação aos últimos anos da época colonial e uma acentuada baixa do preço internacional do produto.

A primeira ação de soberania econômica que o governo tomou após a independência foi a nacionalização, a 30 de setembro de 1975, das 23 principais empresas agrícolas do país¹.

Mas se a partir dessa altura o Estado santomense tem em seu poder o controle da riqueza nacional, a situação herdada apresenta aspectos preocupantes que se traduzem numa acentuada quebra de produção: o primeiro ano de independência termina com uma colheita de cacau que é a metade da conseguida em 1973.

1) À data da independência, existiam cerca de 40 roças que se estendiam por 93% do território. Sujeitas ao redimensionamento verificado a partir de 1979 estão hoje agregadas em 15 Empresas Agropecuárias (13 em São Tomé e 2 em Príncipe) visando um melhor aproveitamento das infra-estruturas e das capacidades financeiras.

Vários motivos concorrem para isso. Em primeiro lugar, a desorganização e o abandono a que foram levadas as roças após o 25 de Abril com a saída de muitos quadros portugueses, obrigando a sua substituição por santomenses de escassa preparação técnica.

Com a alteração do sistema administrativo das empresas e o desaparecimento da "autoridade" patronal colonialista, a rentabilidade do trabalho diminui sensivelmente. Habitado a identificar cacau com escravatura, o santomense (que historicamente sempre resistiu ao trabalho da roça) mantém a tendência para o recusar; e o que no passado foi uma bandeira da luta anticolonialista, hoje é uma barreira difícil de ultrapassar.

O envelhecimento do cacauzal

O envelhecimento das plantações é outro fator que contribui para a quebra da produção. Grande parte do cacauzal de São Tomé e Príncipe já ultrapassou o período de rentabilidade máxima que se situa entre os 5 e os 30 anos, muitos arbustos atingindo idades superiores a 40 e por vezes 50 anos. Talvez porque pressentissem que o ciclo colonial se aproximava do seu fim, a partir da década de 60, os senhores das roças deixaram de renovar o cacauzal, o que veio a refletir-se no presente. (A plantação de novos arbustos após a independência tem sido mínima, mas a substituição total do cacauzal velho faz parte dos objetivos prioritários do Plano Quadrienal iniciado em 1982.)

São esses os motivos que têm levado à constante queda da produção do cacau, a que se juntou



O cacau fornece 2/3 das exportações de São Tomé

em 1976 uma epidemia de míldio* e, em 1978, uma seca relativa com índices pluviométricos que não se registravam desde há 40 anos.

De uma média de 11 mil toneladas no período 1969-73, a produção da monocultura santomense desceu para 6 mil toneladas em 1974, 5.800 em 1975, 4.100 em 1976, 7 mil em 1977 e 1978. Em 1981, quando as previsões apontavam para 8 mil toneladas — objetivo já por si considerado modesto — a colheita não atingiu 5 mil, conforme anunciou o presidente Manuel Pinto da Costa no comício de 31 de dezembro passado.

Brusca queda do preço internacional

A essa grave situação dos níveis de produção, vem juntar-se uma brusca queda do preço do cacau no mercado internacional que de 4.600 dólares (170 mil dobras) por tonelada em 1977 passou a 1.600 dólares (60 mil dobras) em 1980, o que representou nesse período para São Tomé e Príncipe uma perda superior a 500 milhões de dobras, ou seja, 13,7 milhões de dólares.¹

Para um país que depende de um só produto, em que todo o seu desenvolvimento econômico e social tem de recorrer à entrada de divisas provenientes da sua venda, a quebra de produção e as flutuações de mercado tomam proporções dramáticas. Do cacau tem de vir tudo ou quase tudo: os projetos industriais, a reestruturação e a expansão do ensino, a institucionalização da medicina nacionalizada, a assistência social, enfim, todo o desenvolvimento do país. O cacau tem de pagar também a diversificação das culturas agrícolas na fuga à monocultura que impõe a dependência alimentar do estrangeiro.

Mas para se libertarem do cacau-todo-poderoso os santomenses só têm uma solução: produzir cada vez mais cacau. Isso mesmo dirá o presidente Pinto da Costa na sua entrevista. A situação de São Tomé e Príncipe é similar aos outros países de monocultura que ascendem à independência sem recursos minerais. A partir do produto que foi a sua corrente colonial, têm de fortalecê-lo para, alargando a corrente, poderem escapar. Por isso, o Ciclo do Cacau não terminou em São Tomé e Príncipe e ainda perdurará muito tempo.

A situação dos três outros produtos que completam o quadro das exportações é semelhante à do cacau. Quebra acentuada de produção, envelhe-

*Doenças dos cacaueiros, provocada por fungos.

1) Em 1981 com o estabelecimento de um acordo internacional, o cacau chegou ao preço de 2.300 dólares/tonelada mas no momento em que escrevemos, o cacau de São Tomé cotado na bolsa de Londres vale 2.000 dólares/tonelada.



São Tomé perdeu US\$ 14 milhões com a baixa do cacau

cimento das culturas, abandono de algumas áreas de exploração. O café, famoso no mundo pela sua qualidade, deixou de contribuir na folha de exportação, estando hoje a produção destinada unicamente ao consumo interno. O abandono a que foi sujeito antes e após a independência fez com que as 129 toneladas da colheita de 1974 se reduzissem para 75 em 1980 e menos de 40 toneladas em 1981. A produtividade atual é insignificante, rondando os 50kg por hectare quando é possível e normal que atinja 1.000kg por hectare.

Os projetos de recuperação

Foi com esse sombrio panorama agrícola que a Assembléia Nacional Popular definiu em Sessão Extraordinária realizada em dezembro último, as linhas diretrizes do Plano Perspectivo para o período de 1982-85. Nas longas conversas que tiveram com cadernos do terceiro mundo, os ministros do Plano, Henrique Pinto da Costa, e da Agricultura, Arlindo Gomes, relataram detalhadamente as intenções governamentais na recuperação agrícola que se extraem do Plano Perspectivo.

Como já se disse, foi decidido neste quadriênio a renovação do cacauzal havendo o projeto de substituir em 1982 mil hectares, que passarão para 1.500 nos anos seguintes e 2 mil hectares a partir de 1986 até cobrir a superfície total do monoproduto que será no entanto reduzida de 23 mil para 20 mil hectares, futura extensão máxima. O projeto de renovação prevê a sua aplicação nas empresas onde as plantas são mais velhas, ao mesmo tempo que se elabora uma Carta do Cacau que indicará as zonas do país mais propícias ao arbusto. Se as condições climáticas e a rentabilidade do trabalho decorrerem favoráveis, está ao alcance de São Tomé e Príncipe que as colheitas atinjam os níveis de outrora no final do Plano Perspectivo.

Do mesmo modo, se pensa renovar as oleaginosas com plantação de novos palmares e coqueirais, havendo para isso projetos no quadro da colaboração com países da CEE (Comunidade Económica Europeia). Quanto ao cafezal, projeta-se alargar a atual superfície de 800 para mil hectares, renovando cerca de 80% da área total.

Disciplinar o trabalho

Todos os projetos estão, no entanto, condicionados a um elemento essencial — o empenho produtivo do trabalhador santomense. Nas conversas com dirigentes políticos, todos eles realçam este problema maior como obstáculo determinante com que se depara a luta contra o subdesenvolvimento em que o país está envolvido. Sem um aumento substancial da produtividade, sem uma alteração radical dos hábitos de trabalho, nada é possível.

O governo, o MLSTP e as outras organizações de massas têm, nos últimos anos, dedicado crescente atenção a esse aspecto. Nesse sentido, vão importantes medidas legislativas aprovadas pela Assembleia Popular Nacional, campanhas de mobilização dos trabalhadores e permanentes ações de agitação e propaganda que tentam por diversos meios sensibilizar a população a participar mais ativamente no processo produtivo.

Têm sido introduzidas na vida do país, sobretudo a partir de 1979, leis visando diminuir o absentismo, disciplinar a assiduidade ao trabalho e a combater o "amiguismo", o desperdício e a fuga às responsabilidades. A título de exemplo, cite-se uma resolução tomada na 2ª Assembleia Extraordinária do MLSTP que prevê para o não cumprimento do Plano em cada trimestre, "por razões inaceitáveis, nomeadamente negligência, fuga de responsabilidade, liberalismo e esbanjamento" a substituição imediata do "dirigente no setor, dependência, departamento, direção ou organismo da administração central do Estado". Em outro domínio — faltas por doença — a lei prescreve que sejam descontados no salário do trabalhador os três primeiros dias a 100% e os restantes a 25%. Uma falta não justificada significa um dia retirado nas férias anuais de 30 dias, direito de todos os trabalhadores de São Tomé e Príncipe.

As normas do trabalho agrícola

Em setembro de 1980, foi introduzida em três empresas agropecuárias uma experiência piloto que tenta vincular o salário ao trabalho. Depois de um ano, durante o qual os técnicos observaram pormenorizadamente a capacidade produtiva de um trabalhador realizada em condições normais, ao longo

das sete horas de trabalho diário, foram estabelecidas as Normas de Trabalho Agrícola que incidem sobre todas as fases do processamento do cacau. Definiu-se assim qual o volume de trabalho que é possível realizar tendo em conta diversos fatores. Para a colheita, por exemplo, o número de sacos enchidos durante um dia por um trabalhador — que pode variar entre 6 e 20 — é estabelecido pelas características do terreno (se é muito acidentado, pouco ou normal); se o cacau está muito ou pouco maduro; se o grau de concentração dos arbustos é elevado ou baixo etc.

Encontram-se normas para a capinagem, arranque de tocos (plantas de cacau mortas), decoração (capinagem à volta do cacauzeiro na fase de limpeza), quebra (extração das sementes do interior das cápsulas), escolha (seleção dos bagos) etc.

Segundo nos declarou o ministro Arlindo Gomes, o governo pensa em estender até o fim do primeiro semestre de 1982, a introdução das Normas de Trabalho a todas as empresas agropecuárias do país de forma a abrangerem não só a produção do cacau, mas todas as outras culturas. Existe também a intenção de estender a política de Normas de Trabalho a outros setores da vida económica, depois de definida, quantificada e avaliada a experiência que entretantes se vai obtendo.

A aplicação das Normas de Trabalho, até agora circunscritas a três empresas, não tem decorrido de maneira inteiramente pacífica. O caráter de obrigatoriedade produtiva fixado com influência no salário (3 mil dobras de salário mínimo nas empresas-piloto) tem provocado reações de recusa ao seu estabelecimento e sobre isso o presidente Pinto da Costa se pronunciou no comércio de 31 de dezembro.

A conscientização do trabalho é permanente em São Tomé e Príncipe: nas organizações de massas, através da rádio, nas intervenções dos responsáveis. No último dia de cada ano, durante o comércio em que o presidente da República traça o balanço de doze meses e refere as perspectivas de futuro, faz-se a entrega de diplomas e prémios (que podem ser relógios, aparelhos de rádio, máquinas de costura ou bicicletas) aos trabalhadores que se distinguiram nas empresas.

As Campanhas de Trabalho Cívico efetuadas no período da grande colheita (outubro a dezembro) que levam nos fins-de-semana o pessoal dos serviços públicos e os estudantes às plantações de cacau para jornadas de trabalho voluntário, além de proporcionar a mão-de-obra exigida pelas empresas nesse período, têm uma função mobilizadora importante ao tentar envolver diretamente toda a população (ou a maior parte dela) no setor económico fundamental do país, mesmo se o afinco demonstrado por esses trabalhadores ocasionais nem sempre seja excelente.

As novas culturas agrícolas

Para alterar a quase total dependência do exterior de produtos alimentares a que a condição de país monocultor obriga, os governantes de São Tomé e Príncipe têm procurado, desde a independência, introduzir novas culturas agrícolas, desenvolver alguns produtos tradicionais de subsistência e, ao mesmo tempo, conduzir a população a modificar a dieta alimentar, aliviando a importação de produtos só possíveis na compra ao estrangeiro.

Em 1977 iniciou-se, em colaboração com técnicos chineses, a experiência do arroz, mas, cinco anos decorridos, verifica-se que a sua produção não tem ainda qualquer valor económico. Sobre isso, o ministro Arlindo Gomes refere não ter sido até agora encontrada resposta à questão de se saber se é rentável produzir arroz em São Tomé e Príncipe, dada a exigência de grandes áreas planas e o grau de mecanização que este produto requer. Nada ficou provado na fase experimental, em que a mecanização foi bastante reduzida e os encargos de mão-de-obra elevaram excessivamente os custos. Chegou-se no entanto à conclusão de que vários tipos de arroz de regadio se dão no país — o que muitos punham em dúvida — com rendimentos razoáveis da ordem das 3,5 toneladas por hectare em comparação com as 5 a 6 toneladas possíveis nos países desenvolvidos.

O alargamento da área do milho teve inicialmente níveis aceitáveis, mas no último ano várias causas contribuíram para uma acentuada queda de produção. Causas que vão desde o atraso verificado nas chuvas, não permitindo que as sementeiras se fizessem a tempo, à carência de peças sobressalentes para tratores e ao desvio de mão-de-obra para a colheita do cacau. Tudo isso, e também uma deficiente coordenação dos serviços agrícolas, fez com que, em 1981, dos 570 hectares preparados para plantio de diversas culturas — não só de milho — apenas 140 recebessem sementes, ou seja, 25%.

Quanto aos demais produtos agrícolas, uns estão atualmente em fase de experimentação (como é o caso do feijão), outros alcançam já níveis de produção que permitem prever para 1983 a sua auto-suficiência, como a cebola, produto de que o país era totalmente carente até há pouco tempo.

As potencialidades agrícolas de São Tomé e Príncipe ainda não estão devidamente estudadas e os levantamentos que técnicos de diferentes nacionalidades realizam nesta fase de desenvolvimento levarão alguns anos para produzir resultados. É porém um dado adquirido que não faltam condições naturais para transformar o país num "jardim agrícola humanizado" (conforme expressão do ministro Henrique Pinto da Costa) auto-abastecido em produtos alimentares, alguns dos quais — especialida-



As vacas doadas pela Holanda não se adaptaram

des hortícolas, frutas, produtos frescos e até floricultura rara tal como a rosa-porcelana — poderão futuramente incluir-se nas exportações quando forem criadas infra-estruturas adequadas, como, por exemplo, o alargamento urgente da pista do aeroporto.

A pecuária

Animal pouco exigente na sua alimentação e com ótimas capacidades de adaptação, o porco foi sempre a carne mais consumida pelos santomenses e estava habitualmente integrado na economia da família. Em 1979, porém, uma grave peste suína alastrou-se por todo o país de tal forma que o governo, depois de ouvir veterinários da FAO, teve de tomar a drástica medida de abater todo o gado suíno existente e proibir por decreto-lei a criação doméstica. Salvaram-se deste abate generalizado os javalis de *obó*, não atingidos pela moléstia conforme asseguraram as pesquisas efetuadas.

Essa peste suína, que foi comum a muitos países africanos, asiáticos e latino-americanos não possuidores de medidas preventivas rigorosas, teve para a economia de São Tomé e Príncipe efeitos graves ao sobrecarregar a lista de importações com a compra de mais carne do exterior.

A situação atual permite — segundo os veterinários da FAO que visitaram recentemente o país — retomar a produção de porcos sob rigorosas medidas sanitárias e em condições de muita segurança. Arlindo Gomes pensa que no final do Plano Quadrienal se possa satisfazer 50% da procura e que antes da década de 90 a situação esteja normalizada.

O desenvolvimento de gado bovino para a produção de carne e leite começou há alguns anos

com a oferta pelo governo holandês de 75 cabeças que, ao chegarem a São Tomé e Príncipe, tiveram problemas de adaptação. Habitados aos ricos pastos dos Países Baixos, os animais ressentiram-se do clima e do terreno, feriam-se facilmente nas patas, contraindo infecções; alguns morreram pouco tempo depois. Num país sem infra-estruturas pecuárias, sem preparação de pastagens e experiência nesse domínio e com carência absoluta de forragens, as vacas têm tido forçosamente um rendimento bastante baixo, nomeadamente na produção de leite que ainda não é suficiente para cumprir o objetivo do governo, isto é, o total abastecimento dos hospitais e creches. O cruzamento com gado local tem-se efetuado com bons resultados e as crias nascidas nesse meio tempo demonstraram uma maior capacidade de adaptação, o que justifica um certo otimismo neste setor pecuário. Em 1979, foi também importado da Europa um lote de cabras para cruzar com o gado ovino local e se poder perspectivar a utilização de leite de cabra.

A avicultura é, desde 1977, considerada um setor prioritário da pecuária; a partir desse ano se construíram muitos aviários para a produção de galinhas poedeiras e frangos de carne. O atraso de rações no último trimestre de 1981 fez com que, nos pavilhões de 10 mil galinhas poedeiras, a produção de ovos não fosse superior a dois mil diários e os frangos que deveriam ter saído com um peso médio de 1.300 gramas não ultrapassassem 700 gramas. Prevê-se para o ano em curso a produção de seis milhões de ovos e 300 mil frangos, que é o objetivo do Plano; e para 1983 — com a construção de novos aviários e a instalação em curso de incubadoras — a auto-suficiência nesse setor.

Para que todos esses planos pecuários se cumpram, deve-se resolver o problema do fornecimento das rações, alterando substancialmente a dependência do exterior, não só pelas divisas que o país é obrigado a dispendar mas igualmente para evitar os prejuízos causados pelos atrasos dos carregamentos. E é nesse sentido que o ministro da Agricultura fala dos projetos de fabricação de rações em São Tomé e Príncipe, utilizando milho, mandioca e farinha de bagaço de copra ou coco rica em proteínas. Com o desenvolvimento da pesca, a produção de rações estará facilitada se for construída uma fábrica de farinha de peixe, aliás, já projetada.

A pesca: lulas e atum

À primeira vista, peixe é coisa que não falta em São Tomé e Príncipe. No mercado, pode-se comprar por bom preço, e a qualquer hora, corvina, salmonete, voador, linguado ou tubarão, entre outras variadíssimas espécies, sendo raro o dia que o santomense não come peixe. E só o pescador mui-

to inábil regressa da faina de mãos vazias. Mas isso é verdade em termos de pesca artesanal ou desportiva, porque para a pesca industrial é necessário sair das águas territoriais e navegar até a costa angolana e encher os porões do arrastão "30 de Setembro".

A razão é geológica e está na característica vulcânica das ilhas, que não têm plataforma continental, e sem esta não há abundância de pescado.¹

Há no entanto dois casos que habilitam o governo a acalentar esperanças na exploração da pesca industrial. O primeiro está na existência de bancos de lulas de uma espécie cujo peso atinge uma média de dois quilos; o outro, é o fato de 40% do atum que faz a viagem entre o golfo do México e o Mediterrâneo passarem duas vezes em águas territoriais santomenses. E este último caso talvez possa explicar uma certa lentidão na conclusão de acordos pesqueiros visando à criação de empresas mistas com alguns países que operam na zona marítima de São Tomé e Príncipe.

Está atribuída à Secretaria do Estado das Pescas, recentemente criada, a organização de uma estrutura para assistência à pesca semi-artesanal e proporcionar aos pequenos pescadores condições que facilitem a formação de cooperativas, ao mesmo tempo que se procura levá-los a aumentar a sua permanência no mar. Por outro lado, continua a preparação de quadros de pescadores em Portugal e Cuba, para a formação de tripulações do arrastão "30 de Setembro" (com tripulantes cubanos e alunos santomenses) e de um novo barco que deverá começar a operar no decorrer deste ano.

Com a entrada em funcionamento, que se prevê para breve, do cais de pesca de Neves, passarão a existir condições para que a capital do distrito de Lembá seja o centro de onde se irradie o sistema de frio (com câmaras já instaladas em alguns pontos do país) que torne desnecessário o estacionamento — um mês por vezes — do "30 de Setembro" para conservar o pescado trazido no seu interior.

Criar bases de arranque

Se as linhas orientadoras do Plano Perspectivo forem cumpridas no essencial, São Tomé e Príncipe contará em 1985 com uma infra-estrutura mínima necessária ao seu desenvolvimento e começará a desbravar caminho para a libertação do cacau. O progresso da agricultura, o fomento de exportações que não de produtos tradicionais, o incremen-

1) O mesmo se passa para os hidrocarbonetos: os prolongamentos dos off-shore petrolíferos de Cabinda ou de Gabão chegam muito provavelmente a São Tomé — as pesquisas já realizadas parecem indicá-lo — mas é impossível extrair o cobiçado combustível a 3 mil metros de profundidade.

to social ou a construção de habitações implicam a criação de bases materiais para que a imagem do país no futuro não permaneça apenas uma quimera.

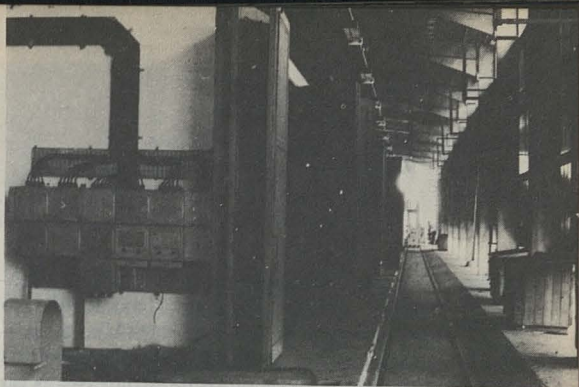
Pegamos, por exemplo, o caso do turismo que, sob critérios seletivos e controlados, os dirigentes tencionam promover como recurso de captação de divisas estrangeiras. Não chegam as excelentes condições naturais, as belas praias, o fascínio das paisagens e pescarias frutíferas para se poder pensar em aproveitamento turístico. É necessário um sistema de abastecimentos regulares, ligações com o exterior eficazes, capacidade hoteleira, pessoal treinado.

Nada disso existe ainda em São Tomé e Príncipe, mas algo já está feito para suprir essas carências através de projetos prestes a entrarem em fase de execução e, em alguns casos, em obras quase concluídas. Assim:

Central Termelétrica — Construção em três fases a iniciar no próximo ano segundo um projeto realizado pela empresa pública portuguesa, EDP. Representa um investimento de 5,5 milhões de dólares financiado pelo Banco Mundial. O levantamento das potencialidades hidrenergéticas do país está efetuado e apesar de as terras serem muito permeáveis (o que levanta problemas na construção de albufeiras) há boas condições para o seu aproveitamento.

Aeroporto — Alargamento da pista, em cooperação com Portugal e Argélia, que deverá começar nos meados do ano corrente com conclusão da obra em 1983; e a ampliação da estação efetuada por uma empresa brasileira. Projetos a serem financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, com fundos da Nigéria.

Nova Fábrica de Cerâmica — Na entrada em funcionamento desta empresa — marcada para o 1º de maio deste ano — baseiam-se os planos de construção civil de todo o país que, se cumprir as 10 horas de produção diária calculadas, fabricará anualmente cerca de 1.700 mil peças, entre tijolos, placas de pavimento, telhas e derivados. Numa primeira impressão, esse empreendimento de 5,5 milhões de dólares construído com tecnologia e técnicos da República Democrática Alemã, parece excessivo para a dimensão do país, mas a idéia desvanece-se ao saber que a produção anual permitirá construir 144 apartamentos e 18 habitações tipo vivenda e tendo em conta que é intenção governamental substituir progressivamente as tradicionais casas de madeira sobre estacas, não só para proporcionar melhores condições de habitação à população mas também para proteger o parque florestal. A matéria-prima está garantida para 20 anos, através de uma mina de argila situada apenas a 300 metros e numa fase posterior será anexada à fábrica uma olaria alimentada com barros nacionais de que foram feitas experiências satisfatórias na RDA.



As fábricas de cerâmica e cerveja, doadas pela RDA



Triplicar a produção de cerveja

Um outro projeto que assume importância relevante é o da ampliação da capacidade produtiva da fábrica de cerveja *Ceto* numa época de grande restrição na importação de bebidas e vinho. A produção atual de 37 mil hectolitros anuais é manifestamente insuficiente, tornando-se um quebra-cabeça e um puro jogo de sorte quando a um santomense apetece beber uma simples cerveja. E se depois de muito procurada, ele tem o prazer de saboreá-la, isso deve-se à rapidez com que a cerveja é preparada na fábrica das Neves onde o tempo de fermentação — que em condições normais nunca deveria ser inferior a três semanas — nos períodos de grande procura chega a ser reduzido para cinco dias com uma razoável qualidade, não só devido à boa água de São Tomé mas também tem muito da perícia (milagres, dizem os mais entusiastas) do técnico cervejeiro português em serviço na fábrica. Dois projetos de expansão estão atualmente em estudo, um da Central de Cervejas Portuguesa sem financiamento próprio, o segundo da RDA com financiamento alemão e ambos apontando para a triplicação da produção, que se calcula poder vir a saçar a sede dos santomenses. ●

A política externa

Desde a sua irrupção na cena política mundial, São Tomé e Príncipe — membro ativo do Movimento dos Países Não-Alinhados — tem tomado sempre posições ao lado dos governos que é comum serem designados de progressistas ou revolucionários. Nos foros internacionais onde participa — Nações Unidas, reuniões de cúpula dos Não-Alinhados ou Organização da Unidade Africana — o governo santomense compromete invariavelmente e sem ambiguidade o seu voto no posicionamento anticolonialista e antiimperialista com natural evidência nas questões que envolvem assuntos africanos.

A condução da diplomacia de São Tomé é dirigida desde outubro de 1978 pela ministra dos Negócios Estrangeiros Maria da Graça Amorim com quem cadernos do terceiro mundo conversou para traçar o esboço de algumas interpretações santomenses na política externa, nomeadamente o Não-Alinhamento, a guerra Iraque-Irá, Namíbia, Saara, Timor-Leste, e a política externa da administração Reagan.

O que é o não-alinhamento

Não ingerência, respeito pela soberania e integridade nacionais, independência dos pactos militares não esgotam para a antiga embaixadora em Lisboa a doutrina do Não-Alinhamento. Para não representar uma posição confortável de não compromisso, ela deve assumir-se como uma política de engajamento nas querelas internacionais, na reafirmação de princípios, nas denúncias da opressão e na defesa por todos os meios de uma maior justiça social, do progresso dos homens, da dignificação da humanidade.

“O governo de São Tomé e Príncipe — assinala a ministra — tem os países socialistas como aliados naturais dos Não-Alinhados no combate pela descolonização integral dos povos”. Na opinião de Graça Amorim, em Havana, em 1979, foi conseguido o consenso nessa polémica que atravessou a 6ª Reunião do Movimento: “o que nos separa é inferior ao que nos une”.

Mas a coesão dos Não-Alinhados não está seriamente em causa com a guerra de desgaste que desde setembro de 1980 opõe iraquianos e iranianos e quando faltam poucos meses para a abertura da 7ª Reunião de Cúpula a se realizar precisamente na capital de uma das nações envolvidas? “Lamen-

tamos essa guerra fratricida que não vai beneficiar um ou outro país e serviu para criar uma brecha entre os Não-Alinhados”, declara a ministra, lembrando que a posição de São Tomé e Príncipe é em tudo concordante com a do presidente em exercício do Movimento, Fidel Castro: não tomar partido e tudo fazer para chegar a uma negociação pacífica do conflito. “Nessa perspectiva, a reunião de Bagdá talvez venha a constituir uma possibilidade de solução”, assinala o chanceler santomense.

O caçador de bruxas

Para Graça Amorim, a visão primariamente maoísta da administração Reagan de encarar o mundo em que num lado estão os Estados Unidos e os seus aliados — “os puros e os são” — no outro, todo o resto do planeta liderado pela União Soviética — “satã e sua corte” — tem conduzido a comunidade internacional a uma situação que só encontra paralelo nos períodos mais sombrios da guerra fria: “Caça às bruxas já não a nível de indivíduos mas a nível de países”, exclama a ministra que encontra como uma das raízes do “reaganismo” o golpe ainda não curado no narcisismo norte-americano infligido com a derrota do Vietnã.

Comentando as conspirações em torno da Jamarhiya Líbia, Graça Amorim é da opinião que além de um pretexto para reforçar as suas posições na região, Reagan procura abrir caminho para desestabilizar o governo líbio. “Reagan e os ‘falcões’ de Washington desconhecem a realidade do continente africano quando pretendem poder negar aos países africanos o direito a terem uma política de independência nacional”.

Namíbia

A Namíbia é o último baluarte do colonialismo na África e aqui reside a única razão da unanimida-



Graça Amorim, ministra de Relações Exteriores

de que os países do continente manifestam em torno da questão. Mas, segundo Graça Amorim, para que essa independência seja total, há que cortar pela raiz todas as tendências separatistas e evitar os perigos reais do neocolonialismo, considerando a Swapo o único representante do povo da Namíbia.

“A Resolução 453 da Assembléia das Nações Unidas deve ser integralmente cumprida para a solução do conflito. As agressões invasoras que a República Popular de Angola tem sofrido são apenas termos de penalização e represálias por respeitar essa decisão internacionalmente aceita e cumprir fielmente os princípios da OUA. É dever do continente africano sentir-se todo ele agredido e demonstrar inteira solidariedade com o povo angolano. Mas nunca esquecer que cabe ao governo de Luanda definir as formas que deve revestir essa solidariedade ativa, ver com os dirigentes angolanos o que cada país — dentro dos condicionamentos existentes em cada um — pode fazer. Num aspecto, porém, todos podem atuar. Refiro-me à denúncia junto aos países ocidentais — particularmente certas potências — pela impunidade, apoio ou cumplicidade que a África do Sul goza junto deles.”

Saara: calar o expansionismo do rei

O fato histórico de o reino de Marrocos ter tido um passado de apoio às lutas de libertação, não pode impedir — afirma a ministra santomense — que se denuncie o papel opressor e colonizador do regime de Hassan II contra o povo saarauí. “Ao fazer isso estamos simplesmente sendo coerentes com os princípios da Carta da OUA.”

Para Graça Amorim, Rabat tem de cumprir um dos princípios-chave da Organização da Unidade Africana: o respeito pelas fronteiras herdadas do colonialismo. “O povo marroquino terá de calar o expansionismo do seu rei”.

São Tomé e Príncipe foi um dos primeiros países africanos a reconhecer a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd) e é o presidente do grupo dos 26 países que apoiaram o pedido de adesão da Rasd à OUA verificado em fevereiro de 1980.

O drama do povo maubere

“Portugal tem de assumir o seu papel de potência administrante e a questão de Timor-Leste — outro caso de descolonização inacabada — deverá constar da agenda dos problemas internacionais do governo de Lisboa”, opina Graça Amorim.

“Portugal deve chamar a si o papel de uma ação diplomática junto das instâncias ocidentais e países seus aliados que conduza a Indonésia a alterar as suas posições. Ninguém pode fechar os olhos perante o extermínio do povo de Timor e à anexação de uma nação pela força.”

Ensino para todos

Não se limitando à explosão escolar em contínuo ascenso desde a independência, a vontade de aprendizagem historicamente reconhecida no santomense é uma constatação fácil para quem visita São Tomé e Príncipe. Esse desejo de conhecimento é testemunhado por professores estrangeiros cooperantes que descrevem diversos exemplos comprovativos. Sejam casos dos jovens professores-estudantes a ensinarem de manhã na escola primária ou no ciclo preparatório e à noite são alunos do secundário, a frequência regular à aulas de educandos—crianças por vezes — que têm de percorrer dez quilômetros a caminho da escola, a assistência aos cursos noturnos de funcionários médios e superiores que durante o dia trabalham em gabinetes ministeriais, são quadros militares ou mesmo diretores de empresas etc. A valorização do livro didático, que é escasso, subvencionado pelo Estado (um manual escolar que custa ao Ministério 200 dobras* é cedido ao aluno por 100) e que no fim do ano deverá transitar para os mais novos, é outra característica verificada.

Entre 1974 e 1981, a população escolar triplicou, aproximando-se atualmente dos 30 mil alunos; o orçamento para a educação quadruplicou, passando de 23 para 91 milhões de dobras (de 630 mil para 2,5 milhões de dólares).

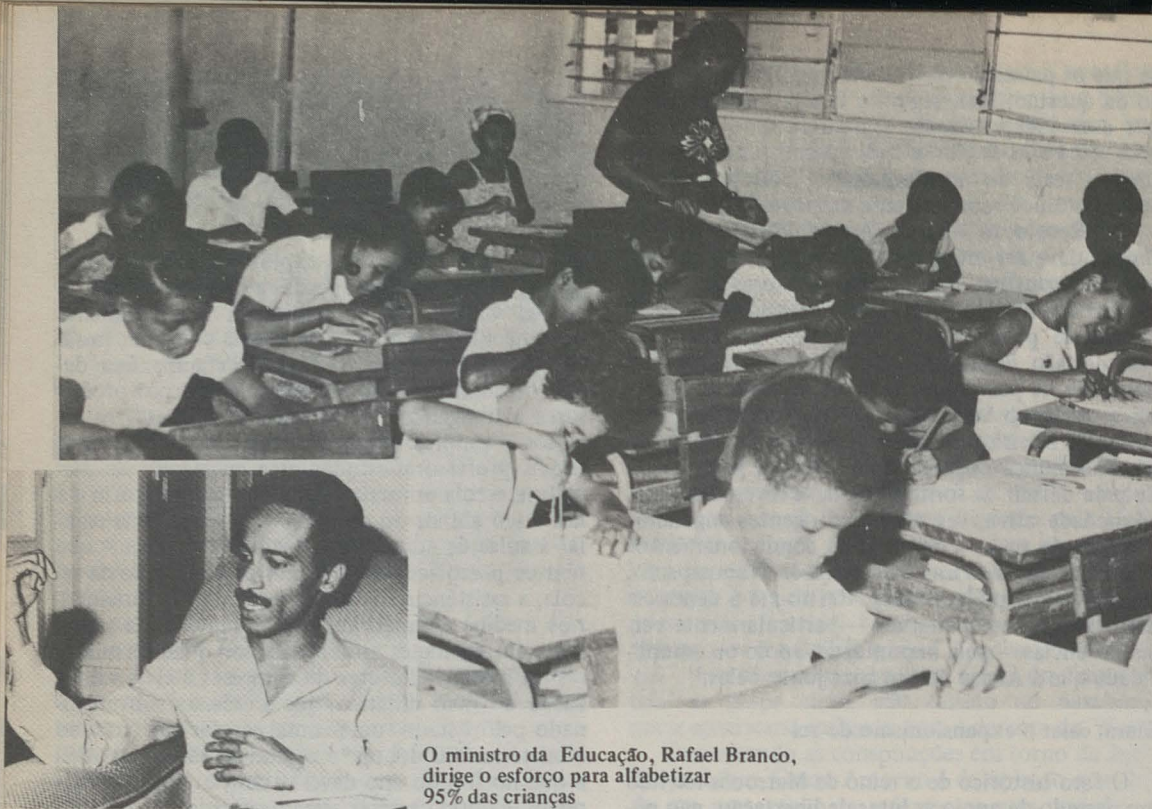
Todo o ensino é gratuito dispendendo anualmente o Estado de São Tomé e Príncipe 90 dólares na preparação de uma criança, quando a média na África não vai além de 40 dólares. De acordo com o ministro da Educação, Rafael Branco, o ensino primário de três turnos (que abrange crianças dos 6 aos 14 anos) cobre 95% da população infantil.

Cerca de 600 estudantes do ensino médio e superior estudam presentemente no estrangeiro (uma centena já concluiu a sua preparação e regressou ao país), procurando o governo inverter a tendência até agora verificada em que se formam mais quadros universitários do que intermédios.

As campanhas de alfabetização

Num país que assiste a uma grande explosão escolar e a um notável desejo de instrução, o último recenseamento registrou, todavia, 30 mil analfabetos, quase um terço da população total. Na opinião

* moeda santomense (1 dólar = 36,5 dobras aproximadamente).



O ministro da Educação, Rafael Branco, dirige o esforço para alfabetizar 95% das crianças

de Rafael Branco isso deve-se aos erros cometidos nas campanhas de alfabetização em que se têm manifestado falta de sistematização e muito voluntarismo. Essas deficiências terão sido ultrapassadas na campanha iniciada em fins de 1981, envolvendo 10 mil trabalhadores e que está integrada a uma estratégia global de duas etapas. A primeira consiste na eliminação do analfabetismo na população trabalhadora, fundamentalmente das empresas agropecuárias; a segunda destina-se a estender a todas as localidades do interior o esforço de alfabetização. Posteriormente procurar-se-á elevar a aprendizagem ao nível de ensino primário numa fase de pós-alfabetização. Um dos objetivos do Plano Perspectivo é a erradicação do analfabetismo até 1985.

O grosso dos monitores que participam das campanhas de alfabetização é formado pelos professores-estudantes, sem os quais, segundo Rafael Branco, o atual sistema de ensino não podia existir. Alunos do ciclo secundário, esses professores-estudantes com idades superiores a 17 anos ministram até 20 horas semanais em classes primárias e preparatórias que, somadas aos seus próprios cursos, atingem normalmente horários de 50 horas de trabalho-estudo, com remunerações que variam de 4.900 dobras nos dois primeiros anos de professorado a 7.300 no quinto ano.

Mesmo que a qualidade, sob o ponto de vista

pedagógico, não atinja um nível excelente — todo o sistema de ensino num novo Estado requer muito tempo para digerir experiências e definir métodos — a contribuição desses jovens é essencial no panorama escolar de São Tomé e Príncipe, que herdou do colonialismo um quadro quase nulo de profissionais do ensino.

Apoio internacional

No âmbito da ajuda internacional que, de diversas proveniências, o governo de São Tomé e Príncipe recebe no setor da Educação e Cultura, a contribuição da Unesco destinada à campanha de alfabetização é quase insignificante, não ultrapassando 50 mil dólares.

Cuba é o país que maior ajuda destina ao desenvolvimento da educação de São Tomé e Príncipe através da concessão de bolsas, equipamentos e na cooperação de professores, os quais — segundo o ministro Rafael Branco — são os que mais barato saem ao seu governo, demonstrando bom nível qualitativo e um elogiado espírito internacionalista. A cooperação portuguesa no ensino (cubanos e portugueses formam a maioria dos professores estrangeiros), que se mantém desde a independência, tem, na opinião do ministro da Educação, atualmente um bom nível.

ANO 10 - Nº 100

REVOLUÇÃO

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO
S. TOMÉ E PRÍNCIPE

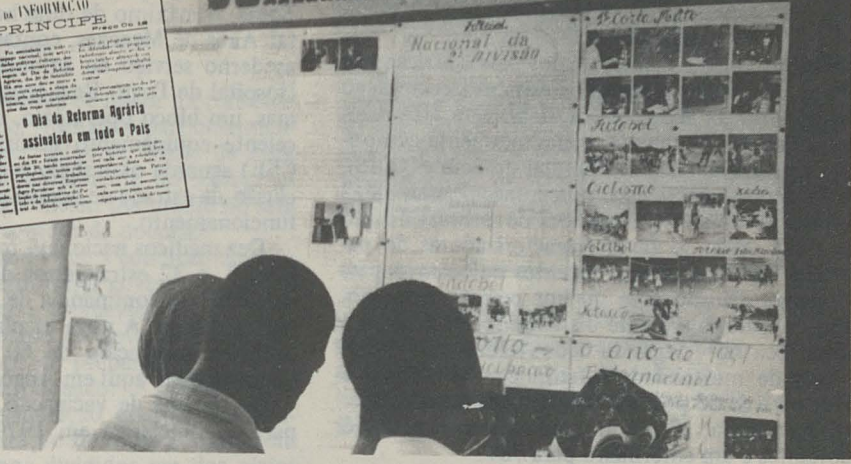
A Campanha de Alfabetização é um imperativo da Revolução

Os trabalhos com o objetivo essencial de alfabetizar a população são a responsabilidade da Comissão de Estudos Constitucionais do SEISET, órgão criado pelo Conselho de Estado em 1976, e que tem como finalidade principal a elaboração de um plano de alfabetização para o país.

Para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à alfabetização, a Comissão de Estudos Constitucionais do SEISET, em conjunto com o Conselho de Estado, tem desenvolvido uma série de iniciativas, nomeadamente a criação de centros de alfabetização em todas as zonas do país, a realização de cursos de alfabetização para adultos e a implementação de programas de alfabetização em escolas primárias.

O Dia da Retorno Agrária assinalado em todo o País

JORNAL DO POVO II



O jornal mural é um dos instrumentos para a informação popular

O PROBLEMA DA INFORMAÇÃO

Entre dezembro de 1981 e fevereiro do corrente ano, o órgão oficial do governo, o semanário *Revolução* — quatro páginas em formato tabloide — foi publicado apenas uma vez. Essa insólita situação do único jornal santomense, que desespera o pessoal da redação (incluindo um jornalista português que já vai para o quarto ano de cooperação em São Tomé), tem a ver fundamentalmente com dificuldades tipográficas. Em São Tomé existe apenas uma empresa gráfica, de reduzida capacidade, que tudo faz, obrigando a relegar para segundo plano o que não é considerado prioritário. Foi o que aconteceu nos meses referidos ao surgirem trabalhos urgentes de publicação inadiável como relatórios governamentais, documentos de Ministérios ou o Orçamento Geral do Estado. Maria do Rosário Barros, ministra da Informação, acrescenta a esse motivo a falta de engajamento sério da empresa e do pessoal. É opinião da ministra que o *Revolução* surgiu “em condições mais emocionais que realistas ao decidir-se criar qualquer coisa”, terá de ser totalmente repensado, começando por se definir “o que se deve ou não publicar” e simplificar o circuito da notícia, extremamente burocratizado e moroso. Nesse sentido foi elaborado um projeto para o *Revolução* diário, atualmente em estudo no Conselho de Ministros que forçosamente exige uma nova empresa tipográfica para a qual aliás

já foram apresentadas propostas de apoio vindas de países amigos.

Segundo Maria do Rosário, há poucos jovens santomenses interessados no jornalismo, sendo mais atraídos por carreiras médicas ou de engenharia que eles consideram fornecer melhores hipóteses de proteção social. Atualmente apenas quatro jovens estudam jornalismo no estrangeiro: um na URSS, um em Cuba e dois em estágio num semanário português.

Com uma imprensa desse modo irrelevante, a rádio assume importância capital como meio de informação e aparelho político de agitação e educação de massas. É considerado um serviço público — o imposto de rádio foi abolido após a independência — procurando o governo instigar hábitos de escuta entre a população. Um aparelho médio não se compra no entanto por menos de 3 mil dobras, preço superior ao salário mínimo de um trabalhador agrícola.

A Rádio Nacional santomense está no ar 17 horas e meia por dia (das 5:30 às 23 horas) e cobre cerca de 65% do território, havendo dificuldades de recepção na ilha do Príncipe e nas regiões mais elevadas. Transmite através de dois emissores de onda média (um de 20 quilowatt instalado recentemente pela República Democrática Alemã e um antigo de 5kw), um emissor de onda curta de 10kw, um de frequência modulada de meio quilowatt, encontrando-se outro em fase de instalação — também de frequência modulada — de um quilowatt.

Saúde: na vanguarda do continente

São Tomé e Príncipe é dos países africanos o que maior fatia do orçamento entrega ao setor da Saúde, ultrapassando os 10% recomendados no continente – mas raramente cumpridos – pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo representado essa percentagem mais de 2 milhões de dólares (73 milhões de dobras) no ano de 1980. Aliás, as taxas (caracterizadoras do panorama da Saúde) mais recentes colocam o país no grupo africano com melhor posição nesse domínio e particularmente distanciado em relação à África Central¹. Segundo dados referentes a 1980, a taxa de mortalidade infantil em São Tomé e Príncipe é de 58 por mil; mortalidade geral, 11 por mil; natalidade, 37 por mil; um médico para 2.286 habitantes e um enfermeiro para 787.

A socialização da medicina está consignada na Constituição Política do país que garante a gratuidade da assistência médica medicamentosa e hospitalar, proibindo o exercício privado da medicina. Por outro lado, com a entrada em vigor da Lei do Serviço Nacional de Saúde de 1980 foi instituído um sistema hospitalar hierarquizado que integrou nas novas condições sociais a estrutura legada do colonialismo, baseada nos hospitais privados das roças. O atual sistema, concordante com a nova decisão político-administrativa em que cada distrito corresponde a uma área de saúde, é escalonado em cinco níveis. No topo, está o Hospital Central Aires de Menezes; em seguida, um Centro de Saúde Distrital de 40 camas com um médico permanente, onde são administrados cuidados preventivos e curativos à população do distrito, e funcionando normalmente num antigo hospital de roça devidamente remodelado.

O terceiro escalão é formado pelos Centros de Saúde Urbanos e Rurais, sem médico permanente mas com consultas regulares, ficando um doente no máximo 48 horas nesse nível, após as quais passará obrigatoriamente ao escalão superior. Vêm depois os Postos de Saúde, pequenas instalações sanitárias em zonas urbanas e rurais com um enfermeiro auxiliar e, por último, os Cuidados Comunitários, em fase de instalação, onde funcionarão os ASC (Agentes de Saúde Comunitária) que deve-

1) Não esquecendo que os números publicados se referem a anos anteriores a 1980, ao se comparar as taxas dos países africanos inseridas no "guia do terceiro mundo" verifica-se a grande distância que separa São Tomé do resto do continente neste aspecto.

rão desenvolver-se em 1982 com a ajuda de organismos das Nações Unidas.

Diz-no o ministro da Saúde, Carlos Tiny, que essa estrutura já permite que um doente não demore mais de meia-hora a entrar em contato com uma formação hospitalar e, no caso da ilha de São Tomé, o máximo de duas horas a chegar ao Hospital Aires de Menezes, contando para isso com um moderno serviço de ambulâncias. Em Príncipe, o Hospital de Porto Real (com capacidade de 40 camas, um bloco operatório, uma maternidade e excelente equipamento inteiramente oferecido pela CEE) aguarda os trabalhos de acabamento e a conclusão da estrada de acesso para entrar este ano em funcionamento.

Dez médicos nacionais, que no fim deste ano serão 18, e 32 estrangeiros de diversas nacionalidades, com predominância de cubanos, constituem o corpo clínico. A nova escola de enfermagem fez a primeira graduação, de 60 enfermeiros este ano (formados até aqui em Angola e no Togo).

Os centros de vacinação, que passaram de um para 27, iniciaram em 1979 o Plano Alargado de



O ministro da Saúde, Carlos Tiny, garante que nenhum doente vai perder mais de duas horas para ser atendido nos hospitais de São Tomé e de Príncipe. O mais novo deles abre em julho



Vacinação que abrange seis doenças de infância a um nível considerado dos melhores do continente e que se tenta desenvolver com campanhas de esclarecimento procurando levar a população a aderir de uma forma mais participativa.

A erradicação do paludismo

O paludismo foi a doença de maior mortalidade em São Tomé e Príncipe, vitimando particularmente crianças com malária cerebral. Vinte de cada 100 doentes atendidos diariamente no serviço de banco dos hospitais registravam plasmódio no sangue (microorganismo causador da doença).

Em 1976, considerando que a condição de insalubridade do país o permitia, o governo decidiu a erradicação do paludismo, estabelecendo, de acordo com a OMS, um plano de nove anos dividido em três fases: dois anos de preparação, cinco de ataque e dois de consolidação. O método utilizado consiste na exterminação gradual dos anófeles através da pulverização de todas as casas com DDT durante cinco anos divididos em dez ciclos de seis meses cada, por ser este o período de duração do efeito remanescente do inseticida, estando atualmente a decorrer o quarto ciclo da fase de ataque. No fim dos dez ciclos, está prevista uma fase de controle rigoroso das fronteiras para impedir a introdução do paludismo "importado".

A opção desse método no lugar de um outro que consistiria na secagem de todos os numerosos pântanos do país (habitat privilegiado dos mosquitos) deriva dos custos a que obriga cada caso. O segundo método, refere o ministro da Saúde, é excessivamente caro para a capacidade do país. O máximo que é feito no tratamento dos pântanos nas situações mais graves é por vezes o lançamento de óleo queimado para asfixiar o anófeles.

A Organização Mundial de Saúde contribui com metade dos 3,5 milhões de dólares do custo total da campanha, fornece o DDT e os veículos que permanentemente se vêem em caravanas nas estradas do país cobrindo com pó branco tudo o que seja parede.

Dois anos decorridos desde o início da campanha de pulverização, o índice médio de pessoas com plasmódio no sangue passou de 20 para 1,6, resultado considerado muito bom para esta fase, segundo as tabelas da OMS. "Hoje em São Tomé e Príncipe já nenhuma criança morre de paludismo", assinala Carlos Tiny.

No entanto, será necessário esperar alguns anos depois da campanha terminada, para se poder avaliar a eficácia do método de pulverização com DDT. Se houver resistência do anófeles, a campanha terá de recomeçar, empregando um outro inseticida dez vezes mais caro.

Exclusivo

Manuel Pinto da Costa:

"O socialismo é inevitável"

O desenvolvimento industrial, o problema energético, as definições político-ideológicas e as relações internacionais, na palavra do chefe de Estado

Falando com exclusividade para cadernos do terceiro mundo, o presidente Manuel Pinto da Costa analisa os seus sete anos de governo e traça, em linhas gerais, as metas a serem alcançadas para que o país supere a atual crise econômica.

Como vê o senhor presidente a situação econômica de São Tomé e Príncipe em 1982?

— A situação econômica é muito difícil. Se a atual crise econômica mundial tem consequências graves para os países industrializados, ela é desastrosa para as nações do Terceiro Mundo não produtoras de petróleo como é o caso de São Tomé e Príncipe.

Somos quase monoprodutores de cacau de cuja venda vêm cerca de 90% das nossas receitas em divisas. Torna-se fácil compreender, tendo em conta a considerável baixa do preço do cacau no mercado internacional, que um país que depende essencialmente desse produto tenha grandes dificuldades econômicas. Mas estas derivam também do fato de a maior parte dos produtos para consumo interno serem importados. Com menos divisas, somos obrigados a reduzir as compras ao estrangeiro. Portanto, numa situação de crise mundial, a baixa do preço da exportação por um lado, a alta acentuada dos preços dos produtos importados, por outro, fazem com que o nosso país conheça dificuldades enormes no abastecimento da população. Em três anos, de 1977 a 1980, a baixa do preço do cacau reduziu a nossa capacidade de compra em 60%.

Embora essa situação seja grave, temos condições para atenuá-la. Em 1980, iniciamos campa-

nhas de mobilização da população tentando explicar as razões e as consequências da crise, procurando promover maior plantação de produtos nacionais — banana, *matabala*, produtos hortícolas etc. — para minimizar os seus efeitos. Consideramos ter tido algum sucesso nessa campanha, mas persiste o problema de as pessoas estarem habituadas durante séculos a certo tipo de alimentação à base de produtos importados como o feijão, batata, azeite de oliva, margarina ou vinho. A alteração dos hábitos alimentares é extremamente difícil e demorado, o que faz com que, mesmo tendo produtos nacionais em quantidade suficiente, a população sentirá sempre algumas faltas.

Um plano quadrienal

A Segunda Assembléia Extraordinária do MLSTP realizada em dezembro último decidiu o Plano Perspectivo para o período de 1982 a 1985. Quais são, segundo o senhor presidente, as tarefas prioritárias no desenvolvimento do país que se extraem da sua leitura?

— O Plano Perspectivo foi elaborado em consequência da experiência acumulada nos planos anuais anteriores. Diz-se habitualmente que um plano anual é um “tapa-buraco”, mas na verdade eles nos proporcionaram experiência nos problemas de planificação. As nossas ações económicas caracterizaram-se por uma certa improvisação e desorganização entre 1975 e 1978, e foi com as realizações dos planos anuais a partir de 1979 que melhoramos essa situação.

Mas nesse meio tempo fez-se sentir a necessidade de um plano mais amplo. Nessa ótica, elaboramos um plano quadrienal que tem como tônica o desenvolvimento dos setores agrícolas e pecuários, sendo consequentemente aqueles que vão absorver a maior parte do investimento.

O nosso objetivo futuro fundamental é a “libertação” do cacau. Se queremos que São Tomé e Príncipe deixe de ser “escravo” do cacau é necessário — embora isso possa parecer paradoxal — produzi-lo cada vez mais, de forma a adquirir riqueza para investir em outros setores. Para que se veja a importância dada ao aumento da produção do cacau, basta dizer que a Comissão Especial criada a nível do Conselho Coordenador do MLSTP encarregada da produção alimentar terá como uma das suas tarefas principais a renovação do cacauzal. Uma outra orientação refere-se à construção de pequenas e médias unidades agroindustriais.

Satisfazer o consumo de peixe

Ainda no que diz respeito ao problema alimentar, insere-se a atenção dada à pesca. No último

ano tivemos uma produção de 1.800 toneladas (não se alcançaram as 2.500 toneladas previstas), um resultado muito superior à produção do tempo colonial que nunca excedia a 400 toneladas. Com o novo barco adquirido recentemente temos possibilidades de satisfazer o abastecimento de peixe em escala nacional a partir deste ano.

Existem projetos de cooperação internacional no domínio da pesca?

— Sim, uma segunda etapa do desenvolvimento desse setor passa pelo estabelecimento de empresas mistas e, nesse sentido, foram feitos contatos com alguns países interessados. Já discutimos um projeto desse tipo com uma delegação portuguesa e é possível que se chegue a um acordo. Com a Espanha também há hipóteses, basta dizer que há vários barcos desse país pescando em nossas águas sem licença.

Temos um acordo assinado com a União Soviética que nos permitirá um estudo completo das nossas potencialidades de pesca, condição indispensável para outros eventuais acordos.

Infra-estruturas para o desenvolvimento

Para que pensem em desenvolvimento industrial há a necessidade de resolver primeiro o problema de energia. Assim, temos prevista para o período 1982-85 a construção de uma central térmica e já está elaborado um projeto de uma central hidrelétrica. No fim do Plano Perspectivo, contamos poder dispor de uma base energética segura para o nosso futuro desenvolvimento industrial.

Vamos igualmente investir nas infra-estruturas turísticas. Encaramos o turismo com características seletivas; e esse setor nunca deverá constituir a fonte essencial das nossas receitas dada a sua condição aleatória e pressões políticas a que fica sujeito. Mas o nosso país é bonito, com boas condições naturais para o turismo, e devemos utilizar todos os recursos de desenvolvimento existentes.

O Plano Perspectivo contempla o setor social numa orientação de aperfeiçoamento do que já foi obtido. O nosso esforço nesse domínio tem sido enorme desde 1975 e temos hoje uma estrutura sanitária a nível nacional que pode ser considerada como uma das melhores da zona geográfica em que estamos inseridos. Como teve oportunidade de verificar, existem estabelecimentos hospitalares (cujo aparelhamento está sendo feito com ajuda externa), em todos os distritos, que permitem uma assistência assídua à população sem esta ter necessidade de grandes deslocamentos.

Também temos tido sucessos relevantes no plano da educação. O orçamento do setor tem aumentado consideravelmente — podemos dizer de certo modo que a educação é o nosso “menino-querido”

— e estamos decididos a prosseguir na reforma do ensino, sempre orientados no objetivo da criação do “homem novo”. Os resultados já obtidos são bastante animadores conforme constatamos com satisfação. O Plano Perspectivo dá particular atenção à formação de quadros — cuja carência é geral em todos os países subdesenvolvidos — e esperamos que no fim desse período de quatro anos esteja atenuada a sua falta. O envio de estudantes para o estrangeiro (cerca de 600 atualmente) tem sido feito de forma pouco organizada, sem planejamento correto das nossas necessidades, o que pode provocar problemas de colocação no seu regresso. É esse aspecto que temos de corrigir.

A base ideológica da Revolução

Quais os fundamentos político-ideológicos que definem a revolução em São Tomé e Príncipe?

— No programa do MLSTP adotado na Primeira Assembléia, lê-se a seguinte passagem: “O novo Programa do MLSTP deverá ter em conta as condições objetivas e subjetivas existentes em São Tomé e Príncipe para refletir as aspirações profundas do nosso povo condicionadas pelo nível cultural, político e ideológico, por um lado, e o grau de desenvolvimento das forças produtivas por outro”. Nesse Programa, definimos o MLSTP com uma Frente antiimperialista e antineocolonialista em que têm lugar, independentemente das suas ideologias, todos os indivíduos que de acordo com esses princípios: estejam interessados na reconstrução do país. É com base nesse Programa que os nossos militantes são recrutados e todo santomense que preencha essas condições tem lugar no MLSTP.

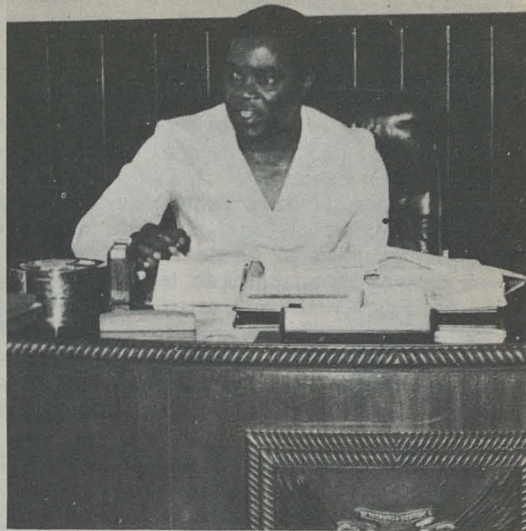
O nosso processo de desenvolvimento assenta-se, portanto, na orientação antiimperialista e antineocolonialista, o que constitui a sua base ideológica.

Mas existe uma perspectiva socialista?

— A perspectiva da construção do socialismo existe para todos os países. Mas cremos que seria errado dizer estarmos, atualmente, construindo o socialismo em São Tomé e Príncipe porque não temos condições para isso. Seria introduzir nas cabeças das pessoas algo de errado, o que teria como consequência, dadas as nossas dificuldades de toda a ordem na resolução de questões essenciais, que a população identificasse o socialismo com a situação vivida. Nesta etapa, vamos realizar aquilo que é possível tendo em conta o grau político e cultural do nosso povo e o desenvolvimento atual do nosso país. Queremos ter o apoio da população em todos os passos dados, evitando ir muito para a frente para não corrermos o risco de deixarmos de ser acompanhados.

O socialismo virá então numa fase posterior?

— Com certeza. Ele é inevitável.



O presidente Manuel Pinto da Costa

Os incidentes de Príncipe

Considera o senhor presidente que a manifestação nos últimos dias de dezembro em Príncipe, durante a qual foram lançadas reivindicações de independência, traduz uma expressão concreta de separatismo?

— Esses incidentes nada tiveram a ver com separatismo. Repare que muitos dos 5.300 habitantes de Príncipe não são autóctonos e que, por outro lado, apenas participou dos incidentes uma parte da população da cidade, não tendo havido qualquer adesão dos trabalhadores das empresas agropecuárias que constituem a maioria.

As ações do dia 26 de dezembro foram provocadas por alguns compatriotas — meia-dúzia dos quais foram aliás detidos — que receberam indicações para tentar agitar a população. A reivindicação de separação não veio dos que integravam a manifestação e não foi essa a mais gritada, mas sim expressões de carência. Exclamou-se estar “Príncipe abandonado”, “sem abastecimento”, “votado ao ostracismo” etc. Esquecem-se esses compatriotas que uma coisa é o desejo de fazer, e outra é a possibilidade de concretizar intenções. Vale a pena referir aqui que o esquecimento a que Príncipe sempre foi relegado durante o colonialismo desapareceu com a independência do país e isso é provado não só pelas carências de abastecimento serem iguais nas duas ilhas mas também por algumas realizações importantes que lá se deram no domínio do possível: central térmica, central telefônica, o hospital de Porto Real etc. Essa sensação de iso-

lamento herdada da época colonial tem a ver também com a inexistência atual de uma linha marítima regular que permita um fluxo constante entre as duas ilhas.

Portanto o que levou alguns compatriotas a participarem da manifestação foram os problemas existentes, e não a reivindicação separatista.

Mas podem-se entender os acontecimentos de Príncipe como integrados na ação contra-revolucionária interna e externa?

— É evidente que os incidentes de Santo António do Príncipe devem ser enquadrados num contexto muito mais largo. Desde 1975, se desencadeiam ações de desestabilização, tendo havido, nas três principais, tentativas de assassinar o presidente. Mas nenhuma teve sucesso porque a população não se deixou mobilizar e mantém o apoio ao partido e ao governo apesar do constante envenenamento baseado nas dificuldades objetivas, a que está sujeita.

Com esse apoio, qualquer guinada política se torna muito difícil, senão impossível. Foi o que ficou provado nos acontecimentos verificados durante o recenseamento de 1979 em que a contra-revolução procurou "tirar a temperatura" da população para saber até que ponto poderia ir. Uma espécie de ensaio-geral que se repetiu agora nesta quarta tentativa ao experimentar a adesão da população a certas palavras-de-ordem.

As relações com o Gabão

Pensa o senhor presidente terem esses incidentes alguma ligação com o grupo de Carlos Graça e Miguel Trovoada?

— Não temos provas que nos permitam afirmar que Carlos Graça e Miguel Trovoada tenham ligações com os acontecimentos de Príncipe. Mas a verdade é que eles também não "andam dormindo no ponto".

Possui a contra-revolução santomense apoios sólidos em algum país estrangeiro vizinho?

— A reação interna em São Tomé e Príncipe sem apoios externos nada consegue e é evidente que eles existem. Uma recente expressão desses apoios foi a excessiva importância que os meios de comunicação social de alguns países deram aos acontecimentos de Príncipe, entre os quais os portugueses. Segundo me relataram, a rádio e a televisão portuguesas falaram neles durante dias, o que não deixa de ser sintomático. Em São Tomé e Príncipe, fizeram-se muitas realizações importantes que foram sempre silenciadas mas só quando se dão incidentes desse tipo é que se lembram da nossa existência.

Qual o atual estado das relações com o governo do Gabão?

— Podemos dizer que essas relações não são más

e estou convencido que elas podem melhorar depois da minha visita a Libreville em dezembro último.

Como vê o senhor presidente o nível alcançado na cooperação econômica com os outros países africanos de língua portuguesa, nomeadamente Angola com quem São Tomé e Príncipe tem relações privilegiadas?

— A cooperação com países africanos de expressão portuguesa já foi abordada em várias reuniões de cúpula e se alguns passos importantes foram dados, outros terão ainda de se efetuar para que ela seja exemplar.

Angola tem-nos ajudado bastante em vários domínios, podendo dizer que sem o seu auxílio teríamos muito mais dificuldades. E esse auxílio adquire um maior valor para nós tendo em conta a grave situação vivida no país irmão. Pensamos que no futuro possam haver acordos visando à complementaridade das economias dos dois países e esses projetos só não estão mais avançados porque decidimos esperar a elaboração do nosso plano quadrienal.

O senhor considera aceitável a cooperação atingida com Portugal?

— O nível de cooperação com Portugal não nos satisfaz. Estávamos convencidos de que a nossa visita a Portugal em outubro de 1979 iria contribuir para um grande impulso na cooperação entre os dois países mas, apesar de conseguidas algumas realizações, o nível alcançado está longe daquele que tínhamos previsto. Esperemos que 1982 seja mais fértil em concretizações.

A cooperação afro-árabe

A cooperação econômica entre os países árabes e africanos é um tema normalmente abordado em reuniões internacionais como aconteceu na Conferência Afro-Árabe de Luanda. De que forma analisa o senhor presidente essa questão?

— Fala-se muito da necessidade da cooperação entre países árabes e africanos, ou com países não-alinhados, mas concretamente muito pouco se faz. E não há dúvida que os países árabes podiam fazer muito se desviassem parte dos seus grandes recursos financeiros depositados nos bancos ocidentais e os aplicassem no desenvolvimento dos países não-alinhados que — regra geral — não possuem disponibilidade de dinheiro. Quando essas intenções saírem das resoluções para o campo das realizações, a cooperação com os países árabes poderá ter um papel muito importante nos esforços das nossas nações em criar uma economia independente e próspera, de forma a podermos concretizar — árabes e africanos — as aspirações dos nossos povos.

Qual o estado das relações bilaterais no plano econômico entre São Tomé e Príncipe e alguns



□ Manuel Pinto da Costa, 44 anos (nasceu em São Tomé a 5 de outubro de 1937), frequentou o seminário católico de Luanda e completou os estudos ginasiais em Lisboa de onde teve de sair clandestinamente em 1960 perseguido pela repressão fascista exercida contra os estudantes nacionalistas das colônias portuguesas. Detido na França, refugiou-se na República Democrática Alemã.

Em 1961, foi eleito secretário de Informação e Propaganda da União dos Estudantes da África Negra (Ugean) tendo sido reconduzido a esse cargo em 1963. Licenciado em economia na Universidade de Berlim no ano de 1968, doutorou-se no mesmo ramo em 1971. No ano seguinte, é eleito secretário-geral do MLSTP na Conferência

dos Nacionalistas Santomenses realizada em Santa Isabel, então capital da República da Guiné Equatorial.

Após a proclamação da independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe, é eleito seu presidente e reeleito a 12 de maio de 1980. Assumiu as funções de primeiro-ministro em setembro de 1979, em consequência da demissão de Miguel Trovoada e, em janeiro de 1982, acumulou a pasta da Defesa e da Segurança. Manuel Pinto da Costa é presidente do MLSTP desde 1978, quando o movimento passou a definir-se como Frente Revolucionária de Forças Democráticas Antineocolonialistas e Antiimperialistas.

países árabes? E com a Líbia, em particular, país que o senhor presidente recentemente visitou?

— Saímos da Líbia com uma grande esperança, visto termos assinado alguns acordos que dariam a possibilidade de cooperação econômica ao nível da agricultura e da pesca. Só que até agora não houve nenhuma concretização, esperando ainda que ela se efetue no futuro próximo.

A melhor cooperação que São Tomé e Príncipe tem com um país árabe é com a Argélia; e vem de

longa data, muito antes da nossa independência, quando esse país apoiou material, política e moralmente o nosso movimento de libertação. Essa colaboração continuou depois da independência e alcança atualmente um excelente nível. Cito-lhe alguns casos: Estação Terrena de Telecomunicações, cooperação técnica e preparação de quadros santomenses na Argélia, projetos de ampliação do aeroporto, construção de reservatórios de petróleo e derivados etc.

NOVO
ITINERÁRIO
DA
aerônica



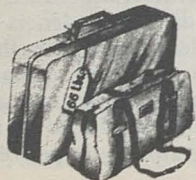
México

San Salvador

Manágua

San José

Panamá



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

N
aerônica

PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

O centro da tormenta

Transformado em peão da estratégia norte-americana e saudita para o sul da Ásia, o regime militar de Zia-Ul-Haq enfrenta uma crescente oposição interna e a aspiração de emancipação das minorias nacionais

Nikhil Chakravarti*

Um funcionário da linha aérea paquistanesa PIA comenta comigo durante uma breve conversa na minha chegada ao país: "Aqui, nós não temos uma consciência nacional. Pensamos sempre em função de nossos nacionalismos regionais. Quando viajamos para o estrangeiro, procuramos sentir-nos paquistaneses, mas em casa somos *punjabi, sindhi, baluchi* ou *pathane*".

A rebelião da parte oriental do país, que em 1971 transformou-se no atual Bangladesh, não contribuiu para a coesão do antigo Paquistão Ocidental. Pelo contrário, as animosidades regionais tornaram-se mais agudas desde então.

Os 85 milhões de paquistaneses se repartem em cinco distritos, cada um com seu próprio sentimento nacional: Punjab, Sind, Baluquistão, a Região Fronteira do Noroeste (NWFP) e a Região do Norte (formada por Gilgit, Hunza e Swat), além da metade paquistanesa da Cachemira, em disputa com a Índia.

O desenvolvimento econômico do Paquistão não se caracterizou até agora pela construção de uma infra-estrutura industrial que pudesse promover ao menos um sentimento de interdependência entre essas regiões díspares. O crescimento desigual aprofundou a brecha entre elas. A maior parte da indústria e da agricultura modernas do país se



O Passo Khyber, entre o Paquistão e o Afeganistão constitui um dos mais importantes pontos na geopolítica da região

concentram em Punjab e Sind, em evidente contraste com o atraso das demais províncias. Isso não fez senão aguçar os regionalismos e as tensões.

A situação da mulher em diferentes partes do país demonstra as enormes diferenças culturais. Viajando num luxuoso ônibus de Rawalpindi a Lahore encontrei num restaurante da estrada três

senhoras muito modernas fumando em público sem que ninguém parecesse incomodado. Em Islamabad, Karachi ou Lahore não é visível nenhuma discriminação contra a mulher nessa República Islâmica. Mas se alguém se aventura para além de Peshawar, na província fronteiriça, ou no Baluquistão, encontra uma sociedade tribal primitiva na qual as mulheres são cativas atrás da *kill*, um alto muro de adobe que cerca as casas de uma família. O novo hotel de Quetta não tem janelas para a rua, para não

* O autor, editor do semanário indiano *Mainstream*, escreveu este artigo depois de uma extensa visita ao Paquistão

desafiar a privacidade dos vizinhos. Mas nos vales pitorescos embaixo dos cumes do Hindu Kuah e dos Himalaias, as mulheres têm em sua sacrificada vida cotidiana muito mais liberdade de movimento.

Conversando com intelectuais de diversos pontos do país, compreendi que é mentirosa a teoria que atribui às forças armadas uma função unificadora na vida nacional paquistanesa. Pelo contrário, o resultado de sua intervenção na política minou ainda mais sua frágil unidade.

Tradicionalmente, o exército paquistanês recruta seus quadros numa reduzida zona, que compreende apenas quatro distritos de Punjab e três da NWFP; a eles somam-se os oriundos de Punjab Oriental, que se fixou sob a jurisdição indiana quando o Paquistão se separou da Índia em 1947. Entre esses últimos, contam-se o general-presidente Zia-Ul-Haq e alguns de seus mais próximos colaboradores, como os generais Ariff e Rao Farman Ali.

Assim, no resto do país, as forças armadas são vistas como um exército *punjabi* que domina as demais regiões. Não é por acaso que as áreas onde a oposição política é mais ativa e onde o próprio conceito de Paquistão como país é questionado, sejam aquelas que não estão representadas nas forças armadas: o Baluquistão e o Sind, em primeiro lugar.

O fantasma de Bhutto

A quase cinco anos de sua derrubada em 1977, Zulfikhar Ali Bhutto continua sendo uma formidável força política em todo o Paquistão. Apesar da intensa campanha propagandística oficial, que obviamente pinta com tons mais escuros os seus seis anos e meio de governo, o fantasma de Bhutto continua assustando o atual regime. Sua execução, há dois anos e meio,

converteu em mártir esse líder populista.

De fato, Bhutto levou a política às grandes massas e foi a emoção que ele soube despertar nestas, aquilo que o levou ao poder depois da derrota militar do Paquistão em 1971, quando a rebelião de Bangladesh desencadeou um conflito armado com a Índia. A bandeira de Bhutto é hoje a esperança de muitos milhões de paquistaneses e os jovens oficiais lembram dele como o homem que, graças a uma astuta diplomacia, conseguiu a volta de milhares deles às suas casas, prisioneiros de guerra na Índia depois do desastre nos campos de batalha de Bengala. De mais de uma fonte confiável ouvi dizer que muitas unidades militares se negaram a comer no dia em que Bhutto foi executado. Centenas de milhares de paquistaneses trabalham no exterior e mantêm suas famílias com suas remessas. Esses emigrantes lembram de Bhutto como o homem que lhes deu possibilidades de elevar seu nível de vida ao estimular o êxodo.

É portanto compreensível a preocupação das autoridades da lei marcial em manter longe de Punjab a viúva e a filha do líder, Begum e Benazir Bhutto. Com sua ativa participação em campanhas populares nos últimos quatro anos, enfrentando constantes perseguições, as duas senhoras se formaram como dirigentes políticas por seus próprios méritos. Elas levantam a bandeira de Bhutto e não há força política que possa impedir-lhes um arrasador triunfo eleitoral, particularmente em Punjab. Aí está a contradição mais aguda da política paquistanesa atual: o exército no poder recruta seus quadros na mesma região em que se concentra a mais poderosa das forças políticas opostas ao regime militar.

Um indicativo disso foram as eleições municipais de fins de 1979. A Administração da Lei

Marcial decretou que os filiados a qualquer partido político (todos eles estão proscritos) não poderiam ser candidatos. Apesar da proibição e a total ausência de campanha eleitoral, os partidários do PPP (Partido do Povo Paquistanês), triunfaram arrasadoramente. Na cidade de Lahore, para um conselho municipal de 100 membros, 50 conselheiros eleitos foram desqualificados sob a acusação de pertencerem ao PPP.

Promessa eleitoral

Assim, o regime não pode tornar a se arriscar convocando eleições de nenhum tipo, nem mesmo um plebiscito, apesar de que, a 5 de julho de 1977, o general Zia prometeu solenemente que o governo que acabava de estabelecer seria "interino" e anunciou um "compromisso solene" de realizar eleições em três meses.

A 54 meses daquele compromisso, entrevistei o general Zia, que dedicou a metade do seu tempo tentando convencer-me de seu desinteresse em permanecer no poder. Não anunciou, no entanto, nenhuma instância eleitoral próxima. O argumento que é repetido constantemente em todos os níveis do poder em Islamabad é que uma campanha eleitoral criaria novas tensões e desestabilizaria o país. O regime carece de índices para avaliar a opinião popular e o general Zia me disse que a multidão que assistiu às celebrações do 14 de agosto, no ano passado, demonstrava que "andamos no caminho certo". No entanto, parece-me uma aventura, da parte de qualquer regime, tomar como sinal de popularidade a presença do povo às celebrações de um feriado nacional.

Seria, entretanto, incorreto atribuir ao regime qualquer declaração no sentido de que não haverá eleições no Paquistão. Pelo contrário, as autoridades de Islamabad me disseram que o



O Paquistão, sendo um país de muitas fronteiras étnicas, carece de uma verdadeira unidade nacional

compromisso do governo sobre a realização de eleições é tão sério que a Administração da Lei Marcial tem um comitê especial para isso.

O presidente do Comitê Eleitoral é o general Rao Farman Ali, que adquiriu certa notoriedade por seu desempenho em Bangladesh. Na sua volta de Bangladesh, Bhutto designou-o diretor da Fundação Fauji, uma organização de caridade dedicada ao bem-estar dos ex-combatentes e suas famílias. Derrubado Bhutto, em 1977, Rao Farman Ali escreveu num artigo que tinha sido um grave erro da parte do general Yahya Khan ter realizado em dezembro de 1970 as eleições que levaram Bhutto ao governo. Outros erros desse governante militar foram, na opinião de Rao, ele ter abandonado o comando do exército uma vez estabilizado seu regime, e ter designado civis para os governos

provinciais e outros postos-chaves de sua administração.

A partir desse artigo, parece ter-se estreitado a relação entre o general Zia e o general Rao Farman Ali, que hoje é ministro de Energia e Recursos Naturais, além de diretor da Fundação Fauji. Muitos o consideram como o ideólogo do atual regime. É oportuno ressaltar que o general Zia continua sendo comandante-em-chefe do exército (e continua vivendo na residência militar de Rawalpindi e não na casa presidencial de Islamabad) e que todos os governadores são generais e não civis. Entre as pessoas com quem conversei no Paquistão, havia muitas — inclusive alguns partidários do atual governo — a quem lhes parecia estranho ser o general Rao Farman Ali, com seus conhecidos pontos de vista, quem encabeçasse o Comitê Eleitoral do regime do general Zia.

Lei Marcial

Um funcionário público me comentou com acuidade que nas duas oportunidades anteriores em que o Paquistão foi governado mediante lei marcial, o país não conseguiu superar a instabilidade, embora isso fosse precisamente o argumento para impor a militarização.

Foi sob a lei marcial que o país se desmembrou em 1971, quando o Bangladesh se cindiu. E foi a declaração da lei marcial, em 1973, o que deteriorou o poder de Bhutto e levou à sua derubada. Nesse ano, pressionado pelo xá do Irã para conter a inquietação dos *baluchi* (que pretendem construir um Baluquistão independente, sobre territórios hoje pertencentes ao Irã e ao Paquistão), Bhutto encomendou ao exército o controle da situação. Em tempo recorde, foram construídos 16 quartéis, estradas

militares, aeroportos e heliportos. Como resultado, Bhutto ganhou a antipatia dos líderes *baluchi* e passou a depender cada vez mais das forças armadas, embora sua arrogância o tenha levado a acreditar que nunca se subordinariam. Em 1976, Bhutto nomeou como comandante do exército o mais jovem de seus generais: Zia-Ul-Haq.

O que ele não conseguiu perceber foi a aliança que se estava forjando entre a cúpula militar e a oposição política mais implacável, organizada em torno do partido religioso direitista *Jamaat-i-Islami*. Bhutto se inteirou da manobra quando já era demasiado tarde: no verão de 1977, como resposta a uma série de distúrbios em várias cidades, o presidente ordenou a detenção de Maulana Maoodoodi, um dos dirigentes do *Jamaat*, acusado de fornecer armas aos manifestantes. Quando a polícia tentou cumprir a ordem, o exército impediu. Na realidade, Bhutto já tinha perdido o poder.

A aliança entre a cúpula militar e o *Jamaat-i-Islami* abriu caminho para o golpe e para a implantação da lei marcial, mas hoje a reivindicação de eleições não é feita só pelo Movimento de Restauração Democrática (MRD, coalizão encabeçada pelo PPP), mas também pela fração do *Jamaat* dirigida pelo professor Ghafoor, da Universidade Lucknow de Karachi. A outra metade do partido religioso continua se opondo às eleições e apóia a lei marcial. Casualmente, Tuffail — que dirige essa outra metade — é parente próximo do general Zia.

Mas assim como o general Zia não tem interesse em entregar o poder por vias eleitorais, a oposição carece de força para exigir o fim da lei marcial. Das minhas conversas com os líderes de quase todos os partidos oposicionistas, concluí que o regime atual se mantém em grande parte pela falta de coesão das forças que o enfrentam. A repressão dificulta

ainda mais as coisas para essas forças, já que todos os partidos estão proscritos e o medo inibe qualquer tipo de expressão de massas nas ruas.

É difícil saber quantos presos políticos há no Paquistão. Alguns dirigentes oposicionistas calculam a cifra de seis ou sete mil, enquanto que para o governo são menos de 100. O regime não considera presos políticos uns mil detidos acusados de serem membros da organização *Al-Zulfikhar* (famosa pelo sequestro de um avião em janeiro passado), que são tratados como criminosos. O governo nega a veracidade dos relatórios sobre mulheres torturadas no temido Forte Lebere, mas são amplamente conhecidos os castigos públicos (por chicotadas) de estudantes que militam no PPP e também de vários jornalistas.

A oposição

O PPP é sem dúvida nenhuma a maior força política no Paquistão, mas seus problemas internos são sérios. Por um lado, Bhutto nunca construiu uma organização partidária nem estimulou o aparecimento de novos líderes. Dependia quase exclusivamente de seu enorme dinamismo pessoal e sua capacidade individual em negociar acordos com outras forças. Os seguidores de Bhutto não querem reconhecer que a mão dura com que este tratou a oposição está-lhes causando dificuldades para formarem alianças agora, mas admitem que a falta de estruturação do PPP é um problema. Afirmam, no entanto, que um grande número de seguidores responde à sua convocação quando são chamados. Isso é particularmente correto em Punjab. Em Sind, no entanto, o PPP conta com grande número de quadros dirigentes saídos da aristocracia rural local, mas carece de apoio ativo entre as massas pobres do campo. O movimento *Jiye Sind*, em com-

penção, desenvolve grande atividade nos meios camponeses da província. A segunda linha férrea entre o Paquistão e a Índia, que devia passar por Sind, não pôde ser inaugurada por causa dos frequentes distúrbios na região.

No começo de sua gestão, assessores inteligentes convenceram Bhutto da necessidade de chegar a acordos com dirigentes locais nas regiões onde o PPP não conseguia grande acolhida. Assim, fizeram-se as pazes com Khan Abdul Wali Khan na NWFP e com Ghaus Baksh Bizenjo e Ataullah Mengel no Baluquistão.

A lua-de-mel durou pouco. Wali Khan foi preso por Bhutto e, assim que foi libertado pelo general Zia, associou a Aliança Nacional Paquistanesa (PNA) por ele dirigida ao *Jammat-i-Islami*, disposto a cooperar com o presidente militar.

Mas esse casamento também teve vida curta e o Partido Democrático Nacional (PDN) de Wali Khan está hoje na oposição, embora não muito ativo. Wali Khan tem boas relações com o governo do vizinho Afeganistão, país com o qual sua região tem fortes laços étnicos e culturais. E como Zia apóia ativamente os exilados afegãos em sua luta contra o regime de Cabul, a tensa situação da fronteira não favorece o PDN. Quanto à política interna do Paquistão, Wali Khan se vê prejudicado pela sua antiga ruptura com Bhutto, o que hoje dificulta as perspectivas de formar uma aliança oposicionista com o PPP.

No Baluquistão, o clima é muito diferente. Historicamente, os *baluchi* sempre se opuseram aos governos centrais e consideraram que sua incorporação ao Paquistão foi imposta pelas autoridades coloniais britânicas sob falsos pretextos. O problema é discutido diariamente em Quetta, a capital provincial.

Dois dos quatro dirigentes *baluchi* mais importantes estão

fora do país. Atallah Mangel reside em Londres, mas Khair Bux Marri mudou-se recentemente para Cabul. A Frente de Libertação do Baluquistão, dirigida por este último, faz muito tempo opera na região, do outro lado da fronteira com o Afeganistão. Sua repercussão na política provincial não era muita, mas obteve informações de mais de uma fonte confiável de que a Frente estaria ganhando adeptos entre os jovens militantes da Organização de Estudantes do Baluquistão, que estariam cruzando a fronteira para iniciarem brevemente a luta armada pela libertação *baluchi*. E não duvidam de que terão apoio afegão nessa empresa.

Conversei um longo tempo com outros dois líderes políticos do Baluquistão, o veterano Ghaus Baksh Bizenjo e Akbar Bugti. O inimigo de meu inimigo é meu amigo, sustentaram eles, apontando suas simpatias pelo governo afegão de Babrak Karmal.

Demonstrando maturidade política, Bizenjo não se pronunciou abertamente em favor da independência do Baluquistão. "Embora o melhor momento já tenha passado, conceder a autonomia ao Baluquistão evitaria sua separação do Paquistão", sustentou ele. Mas confessou ser pessimi-

sta sobre a possibilidade de que tão sábia medida parta do atual governo de Islamabad. A teoria de que o Paquistão se converteu num "tampão" no enfrentamento entre as superpotências é rechaçada pelos dirigentes *baluchi*. Na realidade, sustentam, o regime de Zia alinhou-se totalmente com os Estados Unidos. Em troca, dizem, um Baluquistão colocado entre o Afeganistão pró-soviético e o oceano Índico com forte presença militar norte-americana, poderia servir como autêntico amortecedor dos conflitos na região.

Em Quetta, lembram-se de Bhutto por causa de uma operação militar que ele ordenou para sufocar o ativismo *baluchi*. Bugti cooperou com o líder populista, mesmo depois de ele ter destituído Bizenjo do governo provincial. Mas não encontrei no Baluquistão nenhum sinal de atividade local do PPP. Cercados por uma situação internacional crítica, os *baluchi* colocam sua independência como primeiro ponto da agenda.

Impaciência juvenil

Se julgarmos pelo critério tradicional da unidade oposicionista, deveríamos concluir que o

regime da lei marcial não enfrenta nenhuma séria ameaça. Mas um governo militar no Paquistão não pode ignorar o desafio político proveniente de sua própria base em Punjab, onde o PPP é claramente majoritário.

Embora careça de um dirigente carismático como era Bhutto, o PPP tem uma diretoria efetiva e os militantes e quadros médios obedecem ao comando de Begum Nusrat Bhutto. Existem, no entanto, divergências internas sobre problemas táticos. Algumas seções do PPP acreditam que não valia a pena formar o Movimento para a Restauração da Democracia, aliando-se com elementos que se opuseram a Bhutto. Um dirigente do PPP explicou que o Movimento não é uma aliança eleitoral ou programática, mas simplesmente uma forma de demonstrar o isolamento do atual regime político.



Mesmo Bhutto (acima), apesar de sua força política, não conseguiu sufocar o separatismo dos *baluchi* (ao lado)

Com o processo político normal impedido pela Lei Marcial, não constitui surpresa encontrar sinais de impaciência ou deses- pero. Os métodos terroristas do *Al-Zulfikhar*, cujo organizador parece ser o filho de Bhutto, Murthala, não são oficialmente compartilhados pela direção do PPP, mas também não encontrei nos meios oposicionistas nenhuma mostra de desgosto ou repú- dio pela afirmação da organiza- ção de que estaria sendo elabo- rada uma lista de figuras do regime condenadas à morte. Em algumas famílias que visitei, fal- tavam um ou dois membros que tinham passado à clandestini- dade para se unirem ao *Al-Zulfikhar*. Em salas dominadas por grandes fotografias de Bhut- to, os familiares não condena- vam a atitude dos jovens mili- tantes e mostravam preocupação pela sua sorte.

O descontentamento é notó- rio entre a juventude e inclusive a imprensa controlada informa periodicamente sobre distúrbios de rua. Durante uma eleição estudantil em Karachi, em de- zembro do ano passado, houve choques armados entre seguido- res do *Jamaat* e militantes do grêmio estudantil dirigido pelo PPP. Esses últimos protestavam contra a perseguição policial e a fraude nas eleições do grêmio, nas quais o *Jamaat* foi declarado vencedor pelas autoridades. No campus universitário foram acha- das armas escondidas e diz-se que algumas delas eram de pro- cedência israelense, supostamen- te provenientes do mercado ne- gro estabelecido para armar as guerrilhas afegãs.

Falar de agitação estudantil no Paquistão traz sem dúvida lembranças da queda do regime de Ayub. No entanto, os parale- lismos não são corretos: por detrás do protesto contra Ayub estava Bhutto, enquanto que hoje não há uma personalidade tão destacada dirigindo os estu- dantes. Por outro lado, o movi-

mento estudantil contra Ayub foi espontâneo, enquanto que o atual protesto é resultado da atividade dos partidos que se opõem à lei marcial. Até o momento, o ativismo não conse- guiu resultados espetaculares, mas nos últimos meses registra-se um claro aumento dos conflitos que já não estão restritos aos estudantes e afetam outros seto- res, inclusive a população tribal da NWFP.

Não tive oportunidade de visitar a Cachemira paquistanesa, mas entrevistei militantes proven- nientes dessa região. Em Mirpur, disseram-me, a situação é tensa. Em dezembro do ano passado, seis dirigentes políticos locais, inclusive dois ex-governadores provinciais, reivindicaram a reali- zação de eleições num prazo de 90 dias, todos os atos decretados pela lei marcial foram declarados nulos na Cachemira e exigiu-se a independência para o Poder Judiciário local. O governo res- pondeu com repressão e deten- ções. A situação está calma na Cachemira, disse um ministro. Mas na linguagem oficial, calma não quer dizer pacífica.

O contato saudita

A islamização do Paquistão empreendida pelo general Zia não teve sobre o cidadão médio o mesmo impacto que a revolu- ção islâmica no Irã. Levantaram- se novas mesquitas, algumas delas de gigantescas dimensões, e o álcool está proibido, mas não com tanta rigidez como no vizi- nho Irã. Numa noite muito fria, um prefeito muito gentil ofere- ceu-me um copo de rum, en- quanto ele também tomava uma boa dose.

Nos hotéis de cinco estrelas, é frequente ver teólogos islâmi- cos com roupas tradicionais par- ticipando de seminários e confe- rências sobre diversos aspectos do Islã; na televisão, são frequen- tes as exortações religiosas e a leitura de passagens do Corão.

Essa islamização se deve, por um lado, aos sentimentos religiosos do general Zia, filho de um *mullah*, e por outro, à sua alian- ça com o partido religioso *Jamaat-i-Islami* contra Bhutto. A facção mais conservadora do *Jammat* continua sendo leal ao regime e pode-se supor que as autoridades da lei marcial vejam em sua amizade com os clérigos a possibilidade de conseguirem algum apoio de massas. Mas, principalmente, a islamização está indissolavelmente ligada à "conexão saudita" do regime paquistanês.

Os paquistaneses no exterior, principalmente na península ará- bica, enviam anualmente dois bilhões de dólares às suas famí- lias. Além disso, os países do Golfo apóiam com créditos e empréstimos a economia do Pa- quistão, cuja produtividade agrí- cola é inferior à da Índia. Embo- ra seja difícil obter cifras deta- lhadas, sabe-se que os sauditas contribuam com a maior parte dos oito bilhões de dólares que o Paquistão recebeu de países islâ- micos em 1980. Só para o fundo de caridade *zakar*, a Arábia Saudita contribuiu com 200 mi- lhões de dólares.

A ajuda saudita estende-se a outras áreas. O Paquistão tem o exército mais poderoso do mun- do islâmico e o segundo do pla- neta em termos de número de efetivos (depois da China). A nível militar, existem os mesmos laços que em termos econômicos e o Paquistão oferece treinamen- to aos militares dos Emirados Árabes Unidos, da Jordânia, Omã, Bahrein e Somália, além de, em alguns casos, enviar assesso- res a esses países, segundo acor- dos assinados nos tempos de Bhutto. Na Arábia Saudita, há uns mil assessores paquistaneses do exército, marinha e aeronáu- tica, sete corpos de engenheiros militares e duas divisões comple- tas (uns 40 mil soldados) no exército do Paquistão.



Refugiados paquistaneses na Índia: as dificuldades do exílio



A lei marcial do regime de Zia-Ul-Haq não consegue superar a instabilidade política

Militarmente, o Paquistão é visto pela Arábia Saudita como peça importante de sua estratégia e por isso a casa real de Riad financiou a compra paquistanesa de sofisticados aviões norte-americanos F-16. Um diplomata asiático em Islamabad contabilizou 15 visitas de Zia à Arábia Saudita desde que ele subiu ao poder.

A "conexão saudita" acarreta generosos dividendos para o Paquistão, mas também cria problemas internos. Como os salários e benefícios são mais altos no Golfo, todos querem

conseguir um emprego lá. Geram-se tensões e corrupção nas forças armadas. Segundo um político opositor, "nossas forças armadas não estão em condições de defender nossas fronteiras, estão corruptas, apegadas ao dinheiro fácil e demasiadamente acostumadas a seus escritórios

com ar condicionado". Segundo a mesma fonte, "há três categorias de militares no Paquistão: os que dirigem o país e se tornaram burocratas, os que vão para a Arábia Saudita e os que ficam em casa. Os dois primeiros grupos estão satisfeitos, mas os últimos reclamam".

□ Um episódio ocorrido em Peshawar, cidade próxima à fronteira com o Afeganistão, constituiu um desafio aberto à proibição de realizar atividades políticas, vigente desde outubro de 1979.

Em protesto pelo assassinato de um destacado líder local do Partido Democrático Nacional (PDN) por parte de elementos religiosos de ultradireita, militantes desse agrupamento tentaram realizar uma manifestação. Mais de 600 partidários do PDN marcharam em direção ao centro para começar o ato, porém uma enérgica operação policial barrou-lhes o caminho. As ruas de acesso ao centro foram fechadas ao trânsito

e os manifestantes que tentaram atravessar o cerco foram reprimidos com golpes e bombas de gás lacrimogêneo. O presidente do extinto Partido Nacional Awami, Abdul Wali Kahn, que é agora membro do PDN e um dos líderes mais importantes da oposição, foi preso junto com 40 trabalhadores do seu partido.

Pouco antes, em Karachi, os estudantes das duas universidades e de outras instituições educativas abandonaram as classes em protesto pela brutalidade com que a polícia reprime os universitários que expressam sua dissidência com o regime.

(Narinder Koshla)

Estava esperando no aeroporto o avião que me levaria a Quetta. Um helicóptero da força aérea aterrissa e dele descem dois dignatários árabes com suas tradicionais túnicas. Em poucos minutos, sobem num avião governamental. Um *gentleman* paquistanês de terno e casaco que provocariam inveja na *City* londrina murmura quase para si mesmo: "Aí vão nossos novos governantes com suas fantasias".

Democracia para a paz

O general Zia disse-me que o Paquistão pretende relações amistosas com seus vizinhos e se negou a identificar algum país como "o principal inimigo" na complexa geopolítica da região. Disse, também, que pretendia desenvolver um método para conviver pacificamente com a União Soviética.

No Ministério das Relações Exteriores, o assunto do Afeganistão é tratado como se fosse um tema que as superpotências têm que resolver em suas negociações. "O governo do Paquistão não fornece armas aos rebeldes afegãos", disse-me o ministro de Relações Exteriores, Agha Shahi. Mas Wali Khan desmente essa versão e seus partidários se ofereceram, inclusive, para mostrar à imprensa internacional os depósitos de armas e as rotas pelas quais estas chegam às mãos dos guerrilheiros.

Ao visitar o campo de refugiados afegãos perto de Peshawar, tive a impressão de que esses recém-chegados estão criando tensões sociais na área. Conduzidas por seus chefes, algumas tribos afegãs começaram a chegar ao Paquistão em 1978, mas a maioria veio a partir de 1980. Corretamente vestidos com seus trajes tradicionais, e aparentemente bem abrigados e alimentados, sua imagem era muito diferente da dos mil bengaleses

despojados que fugiram do então Paquistão Oriental para a Índia antes da independência de Bangladesh.

Provenientes de terras inóspitas, a maioria deles provavelmente fique aqui, mesmo se as coisas mudassem no Afeganistão. Muitos deles instalaram comércios — desde açougues até alfaiatarias — e seu sucesso provoca ressentimentos na população local. Em Quetta, um funcionário do governo explicou-me que os aluguéis tinham subido na cidade devido à chegada dos refugiados endinheirados. E acrescentou que podia testemunhar que os chefes tribais refugiados estão envolvidos num ativo contrabando através da conturbada fronteira.

Em Torkhaim, onde desemboca o Passo Khyber que conduz ao Afeganistão, a atmosfera era surpreendentemente tranquila. A barreira de fronteira era atravessada de um para o outro lado sem nenhum visto, já que os velhos da aldeia imediatamente reconhecem qualquer forasteiro. Havia apenas um soldado de cada lado e a principal atração eram os bazares onde se pode comprar desde lâminas de barbear *Wilkinson* até perfume *Chanel*. Comprei uma lanterna e descobri que trazia inscrito *Made in the People's Republic of China*.

O Baluquistão é outra região montanhosa que logo pode se ver ameaçada por conflitos de repercussão internacional. As convulsões no vizinho Irã parecem aproximar-se de um ponto explosivo à medida que se apaga a vida do velho *ayatollah* Komeini. O que acontecerá depois no Irã? No *establishment* paquistanês, ninguém quer fazer declarações públicas sobre o assunto, mas meu olfato de jornalista me disse que o assunto os preocupa. Oficialmente, o Paquistão nega fazer parte dos planos estratégicos de Reagan, mas isso não garante que o país se mante-

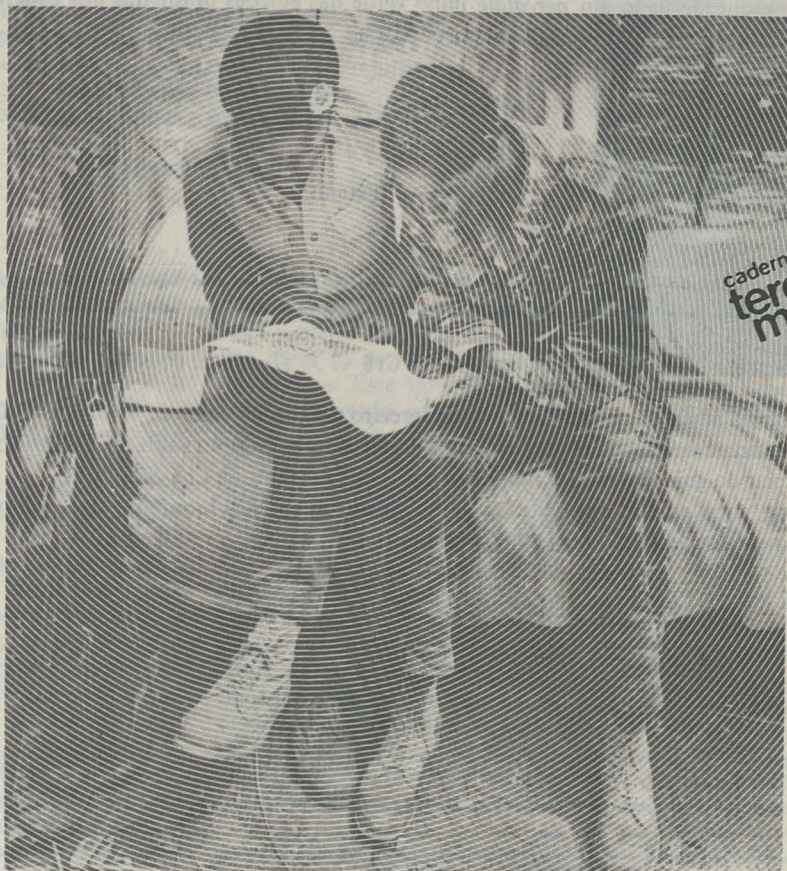
rá alheio em caso de luta aberta entre facções iranianas opostas. Como peão saudita, o Paquistão não poderia ser neutro numa batalha pelas jazidas petrolíferas iranianas. Aí está talvez a resposta de para quê o Paquistão quer os *F-16* norte-americanos e por quê os sauditas estão tão dispostos a emprestar-lhe o dinheiro para comprá-los. As bases aéreas de Quetta e Peshawar estão sendo ampliadas e se constrói uma nova em Bannu. Os quartéis crescem como cogumelos e a fronteira com o Irã está fortemente custodiada. Nesse cenário, os problemas internos do Baluquistão tomam uma nova dimensão.

Enquanto isso, o general Zia se dirige para o outro lado e oferece à Índia, inimigo tradicional, um pacto de "não guerra" (a paz não poderá ser firmada até que se resolva a questão da Cachemira, o que levará muito tempo). Obviamente, com tensões na frente ocidental, o Paquistão gostaria de garantir a tranquilidade de sua retaguarda. Além disso, uma aproximação com a Índia geraria bons dividendos internos, já que a atitude popular é de amizade e não de ódio para com o gigante vizinho. Mas o regime militar é, por definição própria, transitório e a Índia preferiria não se arriscar com um passo que pode tirar-lhe as simpatias da oposição e ser mais tarde denunciado como ilegítimo. Um veterano jornalista paquistanês disse-me que o MRD questionou a ajuda norte-americana a um regime transitório e não-legitimado pela votação popular e que, com o mesmo argumento, não se consideraria comprometido em manter a palavra empenhada em acordos ou tratados internacionais.

A reconciliação entre os dois países depende então da luta pela democracia no Paquistão, assim como também está ligada a ela a paz em toda a região do sul da Ásia. ●

GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo ltda.



**cadernos do
terceiro
mundo**

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo ltda
Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

A ordem das baionetas

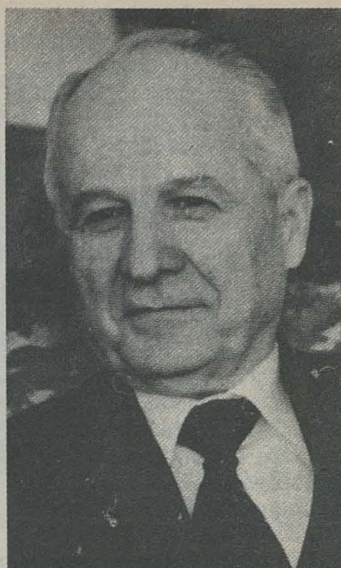
Os militares reprimem indiscriminadamente os grupos armados de esquerda e de direita, os sindicatos e os intelectuais, enquanto impõem a receita monetarista clássica liberando os preços e segurando os salários

Agustín Castaño

Embora raramente se transforme em notícia, a repressão na Turquia dá forma — desde 12 de setembro de 1980, quando o general Kenan Evren tomou o poder — a um dos casos mais graves do mundo. Se no começo alguns setores tendiam a olhar com indulgência as ações de força dos militares que se apossaram do governo de Ancara, foi porque tomaram ao pé da letra as justificativas dadas por Evren: a repressão se abateria exclusivamente sobre os grupos armados de extrema-direita e extrema-esquerda culpados de terem lançado o país no caos. Uma vez a casa em ordem, os militares voltariam aos quartéis.

Mas o caminho tomado por Evren e pelos quatro chefes dos corpos armados que o secundam no Conselho Nacional de Segurança (presidido por Evren) foi muito mais além daquilo que fora assinalado nas declarações oficiais iniciais. A repressão golpeou com extrema dureza as organizações armadas, mas se estendeu a sindicalistas, intelectuais e políticos. Não há hoje nesse país da Ásia Menor nem liberdades políticas nem sindicais. O protesto lançado diante da dissolução dos partidos políticos, por volta do final de 1981, custou ao ex-presidente de tendência social-democrata, Bulent Ecevit, três meses de prisão.

Sob o estado de lei marcial, os tribunais militares emitiram uma centena de penas de morte, das quais só dez foram até hoje executadas. Esse tipo de sanção estava reservado para os culpados de atos terroristas graves e até agora só a eles foi aplicado. Mas a escalada repressiva atingiu também a reivindicação pacífica e, em particular, o setor sindical. Um milhar de sindicalistas da Disk (a central operária progressista) encontram-se detidos e 50 deles correm o risco de serem condenados à pena capital. Os militares faltaram com sua promessa de respeitarem a liberdade de expressão e, por meio de sanções e ameaças, conseguiram que a imprensa não informe sobre o



O general Evren golpeou com extrema dureza as organizações armadas, os sindicatos e os partidos políticos

que acontece, mas só sobre o que o governo permite. A mesma censura é feita em relação ao que se publica sobre a Turquia no exterior e não agrada à ditadura do Conselho de Segurança.

Tortura sistemática

Uma das mais graves expressões de violação dos direitos humanos é o uso sistemático da



tortura. Segundo a Anistia Internacional, 72 pessoas morreram sob tortura nos cárceres turcos. Em fevereiro passado, uma missão de especialistas franceses, designada pela Federação Mundial dos Direitos do Homem, visitou a Turquia. Na volta, um de seus membros, o secretário-adjunto da Liga Francesa dos Direitos do Homem, Christian Rostoguer, declarou em Paris: "Todos os testemunhos dignos de fé que recolhemos concordam no que se refere ao emprego sistemático da tortura pela polícia durante o período de prisão preventiva. Os métodos são, entre outros, a suspensão pelos pés, a crucificação, o choque elétrico, simulações de execução, "garrotes" nos pés, a prática do chamado "corredor" (que consiste em obrigar o prisioneiro a ficar parado num só pé apoiando-se com um dedo na parede), assim como as torturas sexuais nas mulheres".

Quanto ao número de prisioneiros, segundo as cifras oficiais, umas 40 mil pessoas passaram pelos cárceres desde a implantação da ditadura e umas 30 mil ainda se encontram detidas. Mas essa estatística não esgota o problema, pois, segundo afirmou recentemente o ministro da Justiça, Kemalletin Kasifoglu, o número total dos que estão privados de liberdade na Turquia situa-se entre 125 mil e 150 mil pessoas.

Terrorismo de Estado

No que se refere estritamente à violência, o governo não fez distinções. Castigou com igual dureza os grupos armados de extrema-esquerda e extrema-direita, assim como os integristas religiosos e os independentistas curdos. Nisso, o regime se distinguiu dos seus antecessores: os golpistas de 1971 centraram a repressão apenas contra a esquerda e os intelectuais.

Esse terrorismo de Estado foi eficaz. A "ordem" reina na Tur-

quia e desapareceram o medo e a insegurança dos cidadãos nas ruas do país, depois de terem atingido níveis alarmantes. Nos anos precedentes ao golpe, registraram-se (entre 1975 e 1980) cinco mil mortos pela violência, dos quais dois mil em 1980. Muitos ativistas e muitas armas foram capturados e o terrorismo, apesar de não ter se extinguido, diminuiu consideravelmente. Sobre esse "êxito", obtido a sangue e fogo, e sobre a tranquilidade de uma parte da população (a que mais tem a perder) que antes tinha medo de sair à rua, assentase o domínio militar.

Nova Constituição, velha receita

Mas a extensão da repressão a setores não comprometidos com a violência faz temer que o programa consista em ensaiar a instalação de uma "democracia autoritária", baseada nas seguintes linhas de ação:

1) A eliminação de políticos e sindicalistas incômodos de maneira permanente do cenário político. Neste plano os setores progressistas constituem o objetivo principal. O indício mais claro dessa tendência foi a acusação por "ações ilegais" formulada pelo procurador geral militar de Istambul, contra Ecevit e 132 deputados e dirigentes do Partido Republicano do Povo (PRP). Eles foram acusados de ter se associado à *Disk*, cuja linha política é próxima à do Partido Comunista, e de haver promovido ações violentas que na realidade foram executadas por grupos de extrema-esquerda.

Trata-se de uma impostura e como afirmou um dirigente do PRP "alguns prisioneiros foram torturados para os obrigarem a declarar que nosso partido se aliou com grupos de extrema-esquerda, o que é totalmente falso pois nunca tivemos nada a ver com essas atividades terroristas. A única e real intenção dos mili-

tares é a de liquidar nosso partido".

As penas correspondentes às acusações feitas variam de oito a quinze anos de prisão. Se fossem executadas, implicariam a supressão da liberdade à direção do PRP, incluindo a de seu máximo dirigente, o ex-presidente Bulent Ecevit. Se se considerar que o PRP é uma formação progressista moderada, pode-se deduzir que o objetivo dos militares é impedir o ressurgimento de toda expressão de esquerda, ainda que seja de tendência social-democrata.

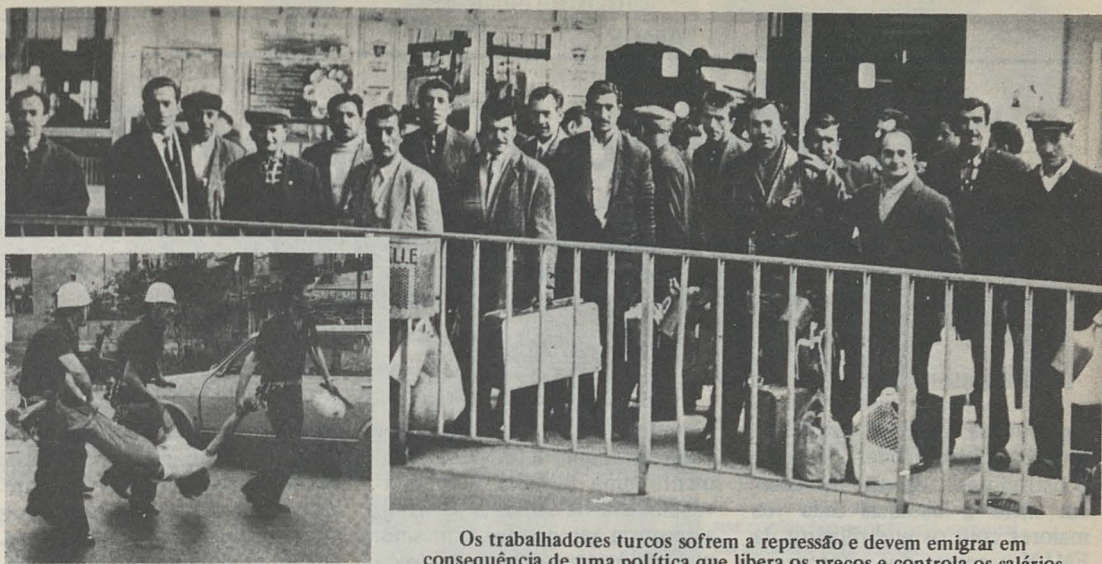
2) O prolongamento do regime militar atual por mais alguns anos, apesar de seu prometido caráter transitório. A duração da ditadura militar é, em todo caso, algo que Evren e seus colaboradores se negam a definir.

3) A consagração de uma democracia restrita e a preservação de um controle militar importante a longo prazo, por meio da nova Constituição. Junto com a dissolução dos partidos políticos, o general Evren designou uma Assembléia Consultiva — sem nenhuma forma de consulta popular — cuja missão é preparar um projeto de nova constituição.

Esta será submetida a um referendo e embora as modalidades da convocatória ainda não sejam conhecidas, presume-se que haverá escassas oportunidades de se deter a propaganda oficial em seu favor.

Até onde se sabe, o projeto inclui os seguintes objetivos: redução das prerrogativas do Parlamento; novo estatuto dos partidos políticos; um sistema eleitoral tendente a favorecer o bipartidarismo; interdição de aspirar a cargos públicos e eletivos a um grande número de políticos; limitação das liberdades públicas; ou seja, mecanismos institucionais por meio dos quais as forças armadas conservariam o controle sobre o processo.

Essa seria a "democracia autoritária" — contraditória a par-



Os trabalhadores turcos sofrem a repressão e devem emigrar em consequência de uma política que libera os preços e controla os salários

tir do seu próprio nome — que o general Evren prepara. Esse novo Estado deveria substituir o atual terrorismo de Estado que, como vimos, ultrapassou a meta de conter os “extremismos opostos”, justificativa do pronunciamento. E se na repressão aos grupos armados o poder militar foi indiscriminatório, não o foi no campo econômico.

O vice-primeiro-ministro do regime e condutor do processo econômico é Turgut Özal, ex-ministro da Economia do governo direitista de Demirel, que colocou em vigor um programa monetarista de tipo clássico e radical. A proibição de se realizarem greves, assim como a normalização das atividades que tinham sido severamente afetadas pelo caos que precedeu o golpe, operaram em favor do regime. A inflação, que havia chegado aos 120% desceu para 40%.

Sombria realidade

Em geral, a economia está funcionando como em tempos normais, o que é um progresso em comparação com o calamito-

so período anterior. Mas nenhum dos males crônicos da economia turca foi resolvido. E a reanimação produtiva foi conseguida às custas dos setores de baixa renda pelo simples expediente de liberar os preços e controlar os salários. Quer dizer, as camadas populares perderam poder aquisitivo enquanto sofrem um desemprego que atinge 20% da população ativa.

Essa sombria realidade, onde a ditadura militar e seu furor repressivo se articulam com proje-

tos institucionais autoritários e onde o poder econômico se concentra nas camadas privilegiadas, é quase desconhecida a nível internacional. No entanto, é fácil de ser compreendida se analisarmos os interesses que controlam o sistema informativo transnacional e que apesar de sua alegada objetividade, orientam-se no sentido de projetar certos casos e minimizar outros, como o da Turquia, país membro da Otan e área de fronteira estratégica com a União Soviética. ●



Bulent Ecevit



Suleyman Demirel

Um vulcão em erupção

Os Estados Unidos não ocultam a sua intenção de manter a hegemonia na região enquanto os povos e suas vanguardas políticas se preparam para a guerra

Arqueles Morales

A poucos dias de realizadas as controvertidas "eleições constituintes" de El Salvador, em meio a batalhas cada vez maiores com os guerrilheiros da FMLN e apesar dos esforços redobrados de diversos governos do mundo, a região centro-americana parece se preparar cada vez mais para a eventualidade de uma guerra.

Todos os indícios (que são de caráter e origem diferentes) levam a pensar que essa pequena área do mundo, considerada tradicionalmente pelos Estados Unidos como o seu "quintal", pode se transformar em novo Vietnã.

A concepção de "quintal", uma maneira de vulgarizar a idéia de "área de interesse estratégico" ou "zona de segurança de nossos interesses", é o que a administração norte-americana de Ronald Reagan dá a impressão de estar disposta a levar até suas últimas consequências através de uma política que reedita, de forma clara e num tempo e espaço completamente diferentes, a "diplomacia das canhoneiras" que tipificou a atitude dos Estados Unidos diante de seus vizinhos menores e mais fracos durante várias décadas.

Os sorrisos de Washington

Toda vez que se insistiu com o presidente Reagan ou com o

secretário de Estado Alexander Haig para que definissem claramente uma política não intervencionista na América Central, a resposta sempre foi a mesma: um sardônico sorriso e o típico "sem comentários", enquanto porta-vozes de Washington se apressam em acrescentar que "não há exclusão de opções".

Desde o começo de março, essa eventualidade foi adquirindo um perfil realmente perigoso, como fica claro a partir de denúncias, originadas na própria imprensa norte-americana.

O *Washington Post*, por exemplo, afirmou no dia 2 de março que a administração Reagan aprovou desde novembro do ano passado, a realização de uma "operação encoberta" da Agência Central de Inteligência (CIA) contra a Nicarágua. Custo da operação: 19 milhões de dólares.

Interrogados sobre esse particular, Reagan e Haig também não quiseram desmentir a versão do jornal que, pouco tempo depois, publicou uma reportagem assinada por Bob Woodward, na qual se afirma que "a CIA já contratou 50 de um total de 1.500 mercenários, particularmente latino-americanos, que participam da operação encoberta contra a Nicarágua".

Nessa mesma reportagem, acrescenta-se que os mercenários já estariam situados "no seu local de destino", e se mostra co-

mo os acampamentos que a Nicarágua denunciou estão funcionando em território hondurenho, onde são treinados uns dois mil ex-guardas de Somoza. Novamente, o silêncio oficial de Washington deu às versões uma dimensão de trágica realidade.

O mesmo silêncio se produziu quando a cadeia de televisão norte-americana CBS denunciou que os "boinas verdes" que lutaram no Vietnã, alguns retirados e outros ainda em serviço, estavam sendo recrutados para "um contrato por 50 mil dólares e seis meses de duração a ser realizado em operações contra a Nicarágua".

A presença norte-americana aumentou de maneira alarmante nos últimos dois meses na região centro-americana. O governo de Honduras reconheceu, na segunda quinzena de março, que pelo menos 100 assessores norte-americanos se encontravam nesse país. Um porta-voz da embaixada dos Estados Unidos acrescentou que o número não era exato, "porque vão e vêm", sublinhando o fluxo de pessoal militar especializado dos Estados Unidos.

Organizações da esquerda hondurenha e personalidades políticas do país garantem que os Estados Unidos já obtiveram do governo liberal de Roberto Suazo Córdova autorização para construir bases militares em território hondurenho. O gover-



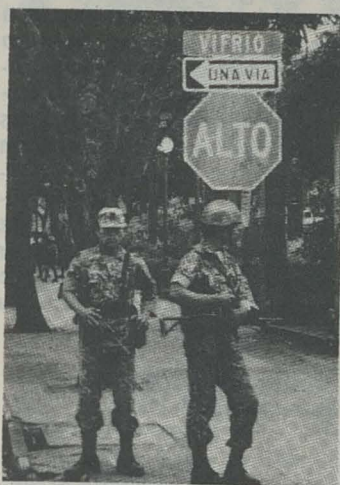
O general Ríos Montt (foto à esquerda, do lado direito), não conseguiu iludir os revolucionários guatemaltecos que proclamaram que a luta continuaria até a vitória. Em El Salvador, Roberto D'Aubuisson (foto acima), apesar de seu conhecido prontuário criminal foi apoiado pela direita

no de Tegucigalpa reconheceu, a 3 de março, que "existem conversações a respeito", mas evitou dar maiores detalhes.

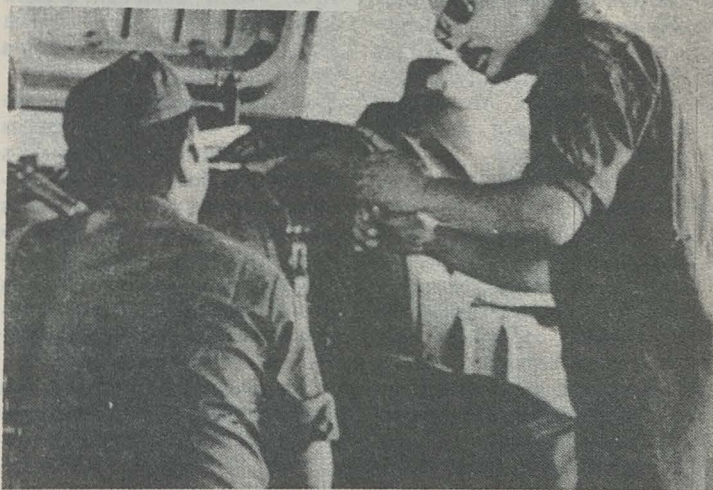
Correspondentes estrangeiros que visitaram Honduras acrescentam que a ilha de Amapala, localizada no golfo de Fonseca "já é uma base militar fortificada dos Estados Unidos, onde funcionam sistemas de comunicação, depósitos de armas e pistas de aterrissagem". Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ampliaram os créditos militares para Honduras "a fim de permitir a modernização do exército".

Por outro lado, o comando Pacífico Sul, com sede nas instalações militares norte-americanas na zona do canal do Panamá, enviou em meados de março dois contingentes de pára-quedistas à Costa Rica, "com o objetivo de que se aclimatem às condições centro-americanas". Trata-se da primeira vez que militares norte-americanos realizam manobras na Costa Rica, país onde inclusive não existe um exército governamental.

Outras versões não desmentidas pelas fontes oficiais de Washington indicam que nas próprias instalações militares da zona do canal preparam-se atualmente mais de mil ex-guar-



Enquanto em El Salvador, assessores norte-americanos participam cada vez mais da guerra (na foto abaixo, um deles ensina a manutenção de helicópteros a um soldado), na Guatemala o exército patrulha a capital depois do golpe de Estado que derrubou o general Lucas García



das da ditadura somozista da Nicarágua, também como parte dessa "operação encoberta".

A conexão centro-americana

A Argentina e o Chile aparecem, na maioria dessas denúncias, como parte integrante do plano norte-americano. O *New York Times* afirmou que pelo menos 100 oficiais argentinos, especializados em contra-insurreição, se disseminaram nos acampamentos hondurenhos enquanto outros agem como assessores do exército salvadorenho.

Fontes guatemaltecas afirmam que o regime de Pinochet e o de Galtieri proporcionaram aos militares desse país um assessoramento intensivo em matéria de contra-insurreição, interrogatórios e técnicas para obter confissão de revolucionários prisioneiros.

Há quatro meses, ao ser detido na Nicarágua um grupo de contra-revolucionários que se propunha a fazer explodir a refinaria de petróleo, o chefe desse grupo, William Baltodano, garantiu que as organizações anti-sandinistas que operam militarmente receberam ajuda econômica do exército argentino.

A própria imprensa norte-americana assegura que Galtieri e Pinochet se "mostraram entusiasmados em participar das forças interamericanas que seriam convocadas a partir da Organização dos Estados Americanos (OEA) para levar a paz a El Salvador".

Enquanto isso, as propostas de paz feitas a 21 de fevereiro pelo presidente mexicano José López Portillo, as levadas em março pela Nicarágua perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas, continuam sem resposta clara, enquanto a incerteza começa a se constituir no elemento político mais normal na região.

A América Central já não é um vulcão em processo de explo-

são. A erupção já é generalizada. E o diálogo que tinha sido proposto pelos revolucionários e por governos como os da França, México e Nicarágua, por forças da Internacional Socialista e governos da Europa Ocidental, não parece estar no léxico de Reagan e Haig. Inclusive uma tímida proposta do governo de Honduras à Organização dos Estados Americanos (OEA), não teve maior repercussão nos Estados Unidos, apesar das excelentes relações entre Washington e Tegucigalpa.

Ainda não se haviam apagado as vozes de protesto a respeito das eleições realizadas no bojo de uma guerra, pela Junta salvadorenha presidida por Napoleón Duarte, quando já em águas do Caribe começavam a movimentar-se os porta-aviões *Independence* e *Forrestal* nas manobras navais Readex-2-82, apenas um prefácio das do *Ocean Venture-82*, do fim de abril. Seu propósito, segundo um alto porta-voz do Pentágono, era de "deixar bem claras nossas intenções de manter a hegemonia na América Central e no Caribe".

Nicarágua: outra vez as trincheiras

A 15 de março passado, quando o governo sandinista decidiu decretar o estado de emergência nacional, abriu-se nesse país uma nova e mais difícil etapa.

Embora a decisão tenha sido tomada 24 horas depois que os comandos contra-revolucionários explodiram duas pontes em território nicaraguense (uma delas realmente estratégica para o transporte de mercadorias e de pessoal, nas proximidades da fronteira com Honduras), a origem da medida deve ser estudada mais profundamente.

Na realidade, a explosão das duas pontes fortaleceu dentro do governo da Nicarágua a convicção da veracidade das denúncias formuladas pela imprensa

norte-americana no sentido de que os Estados Unidos, por meio da CIA, estão preparando desde novembro de 1981 uma "operação encoberta" contra o governo sandinista.

Previamente, ao longo da fronteira entre a Nicarágua e Honduras, grupos armados de ex-guardas somozistas que estão aquartelados em território hondurenho realizaram incursões aéreas contra populações fronteiriças, o que foi tomado como uma etapa de preparação para ações de maior envergadura. Tais ações fizeram um número de vítimas numeroso e criaram, desde antes de 15 de março, uma situação de guerra em todo o norte do país, que se refletia a nível nacional.

A declaração do estado de emergência, lida pelo coordenador da junta, comandante Daniel Ortega, foi clara ao definir os objetivos: dedicar maior esforço à defesa, garantir a produção e impedir que internamente as ações exógenas possam ter algum apoio de parte dos setores adversários.

Os esforços dos Estados Unidos em envolver a Nicarágua num suposto tráfico de armas para os guerrilheiros salvadorenhos tinham sofrido, em três semanas, antes do dia 15, duas derrotas muito duras. Primeiro, quando Alexander Haig teve que reconhecer que umas fotografias que pretendiam ilustrar o "genocídio sandinista" eram na verdade "velhas imagens tomadas nos tempos de Somoza". Outra, quando o Departamento de Estado apresentou em 12 de março o nicaraguense Orlando Tardencillas, como "militar enviado a El Salvador" e este declarou justamente o contrário diante dos jornalistas.

Ambos os casos comprovaram a tese sandinista de que os Estados Unidos estavam decididos a envolver a Nicarágua na guerra salvadorenha para legitimar uma agressão.

A mobilização para a guerra

Apenas dois dias depois de anunciado o estado de emergência nacional, que limita a maioria dos direitos individuais porém tem um grau de elasticidade que não altera a vida normal do país, o crescimento das milícias sandinistas foi evidente.

Dezenas de milhares de pessoas se dirigiram para os mais diversos centros de treinamento. Mulheres, homens, crianças e até gente com deficiências físicas podem ser vistos pelos jornalistas estrangeiros quando, nos sábados e domingos, em sacrifício do seu tempo livre, são treinados em prédios abertos de Manágua e outras cidades no uso de armas e táticas militares. Conceitos como "soldado à defensiva e soldado à ofensiva" se transformaram em linguagem comum de donas-de-casa, profissionais, estudantes, empregadas domésticas e crianças.

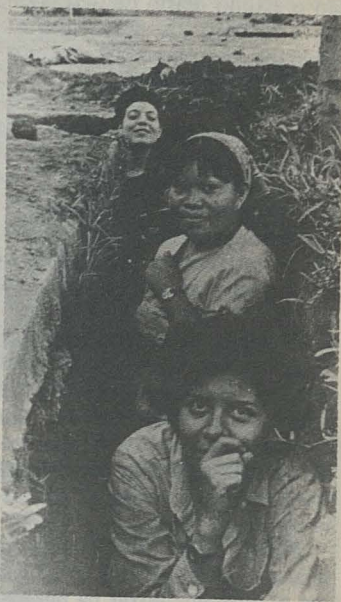
Em 18 de março, o comandante Humberto Ortega, ministro da Defesa, deu instruções concretas: organiza-se a defesa civil subordinada particularmente aos comitês de defesa sandinista, e a defesa militar com as milícias subordinadas ao exército. O comunicado de Ortega não teve nada de retórico: pelo contrário, as instruções ao povo para defender-se, para organizar-se desde a base até a cúpula em uma ordem de guerra, foram pausadas, claras e serenas.



Humberto Ortega



Na Nicarágua milhares de pessoas se dirigem aos centros de treinamento, e voltam a construir barricadas, como o fizeram na guerra contra Somoza, cujas sequelas o país ainda não superou totalmente



A partir desse momento, os tópicos sobre medidas de defesa, como fazer frente a um ataque aéreo, ou diante de um ataque com gases e produtos químicos, são o estudo diário da defesa civil, enquanto os milicianos se arrastam por supostos campos minados e aprendem a defender edificações.

As trincheiras que fizeram a Nicarágua famosa durante a luta contra Somoza estão novamente na ordem do dia. A televisão dedica espaços para exaltar a tradição de luta contra invasores que a Nicarágua apresenta ao longo de mais de um século. Por meio de bonecos, a defesa civil faz chegar a todo o povo instruções precisas. Refúgios antiaéreos e poços de franco-atiradores são abertos como em 1978, mas desta vez não a critério pessoal mas sob metódica direção. O país está em pé de guerra.

Porém, tudo isso transcorre sem que os jornalistas estrangeiros possam encontrar na população um estado anímico de depressão, pânico ou medo. Os nicaraguenses parecem encarar a eventualidade da guerra com grande seriedade. "Não se deve confundir essa atitude com fatalismo. Queremos paz, mas se nos fazemos a guerra, estamos acostumados a fazê-la", disse alguém em Manágua.

Guatemala: pela enésima vez, os generais

Depois de três horas de ter pedido inutilmente a Washington que o salvasse e depois de ter anunciado que "resistiria", o ditador guatemalteco general Romeo Lucas García, entregou o poder a outro general chamado Efraim Ríos Montt.

O sucessor previsto de Lucas, por obra e graça de umas eleições em que só participou a extrema-direita e nas quais votaram até mortos e recém-nascidos, o novel general Angel Aníbal Guevara, encontrava-se no momento

do golpe, a 28 de março, nos Estados Unidos de férias aparentes que, segundo versões, eram a tentativa de obter a tradicional "bênção" do governo norte-americano. Oito dias depois do golpe os Estados Unidos reconhecem o novo regime militar encabeçado por Ríos Montt. Porém jornalistas norte-americanos garantiram que o golpe tinha se realizado com a absoluta anuência dos Estados Unidos. A decisão do golpe foi assumida depois que as pressões norte-americanas para que a farsa eleitoral não fosse tão grotesca, encontraram resistência em Lucas García. Seu candidato, Guevara, era o mais impopular dentre os impopulares candidatos direitistas e no entanto "ganhou" as eleições no mais clássico estilo centro-americano: duplicação de cédulas, escamoteamento de urnas, tudo controlado estritamente pelo exército.

O temor de que a fraude debilitasse ainda mais Lucas García, levou os Estados Unidos a procurar uma solução. Ríos Montt que em 1974 fora candidato da democracia cristã não dirigiu o golpe mas sim foi chamado depois para fazer parte do governo. Mas também foram chamados todos os partidos de direita que participaram da farsa eleitoral e que foram acérrimos inimigos.

À primeira vista, evidencia-se a manobra que procura dar, ao sucessor do regime de Lucas García, a imagem de um "governo de coalizão" das direitas que "legítimize" internacionalmente o regime guatemalteco. Apenas tinham se passado algumas horas quando, em consequência do aparecimento de Ríos Montt no palco, a democracia cristã da Venezuela e de outros países expressou sua "complacência".

As razões de Washington

Dias antes das eleições de 8 de março (que há alguns anos um dirigente social-democrata

tipificou como "seleção, melhor que eleição, pois quem decide é o estado-maior do exército"), o secretário de Estado norte-americano, Haig, tinha anunciado na melhor das tonalidades apocalípticas que "é questão de semanas a Guatemala se tornar um novo El Salvador".

A declaração de Haig pode ser vista não só no quadro da preocupação dos Estados Unidos com a situação centro-americana em seu conjunto, mas também em função de uma realidade guatemalteca pouco conhecida. Com efeito, talvez de todos os países do Terceiro Mundo seja a Guatemala o que mais tenha sofrido as consequências de uma "guerra secreta" intensa e inteiramente desumanizada a partir da cúpula do poder.

Possivelmente, em nenhum outro país do mundo tenham sido assassinados tantos jornalistas (mais de 60), tantos sacerdotes (12 em poucos anos) e tenha havido uma caça tão sistemática aos intelectuais de esquerda, ao mesmo tempo que foram efetuadas verdadeiras matanças de comunidades inteiras. Em 1971, por exemplo, o novel presidente Ríos Montt dirigiu uma matança contra os indígenas da comunidade *sansirisay*, no nordeste do país, apoiado por helicópteros artilhados e nas mais clássicas regras da contra-insurreição que o ex-representante da Guatemala na Junta Interamericana de Defesa aprendeu muito bem.

Mas ao mesmo tempo, não há dúvidas de que poucos casos acontecem no mundo em que forças revolucionárias tão ativas e com tal capacidade de ação tenham sido deliberadamente ignoradas pelas informações internacionais. A Unidade Nacional Revolucionária Guatemalteca (UNRG), criada em fins do ano passado pelas quatro organizações político-militares do país, atua em forma de guerrilha em mais de 60% do território guatemalteco.



Refugiados guatemaltecos (à direita), vítimas da guerra no seu país, que confronta as vanguardas populares (EGP, FAR, Orpa e Partido do Trabalho) ao exército, aliado fiel dos Estados Unidos



Se há alguns anos se falava em ações isoladas, os guerrilheiros do Exército Guerrilheiro dos Pobres, as Forças Armadas Rebeldes, a Organização do Povo em Armas e o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) – núcleos de direção nacional – intensificaram os combates nos últimos 12 meses, de tal maneira que a própria ditadura de Lucas García teve de reconhecer que existe um estado de guerra no país.

País com mais de 50% de seus habitantes pertencentes a comunidades indígenas, a Guatemala não conheceu paz nos últimos 20 anos. Em poucas nações latino-americanas, as derrotas táticas das guerrilhas de esquerda se tornaram, no decurso dos anos e mediante autocríticas e novos rumos, êxitos militares como os



que a história mais recente dos revolucionários guatemaltecos registra.

A preocupação de Haig não era exatamente gratuita: na Guatemala, nos últimos dez meses, as colunas guerrilheiras rurais que combatem contra o exército muitas vezes são compostas por

100 ou 200 homens, que passaram a formar literalmente forças regulares, enquanto milhares de indígenas, estudantes, profissionais e operários se incorporaram às formas irregulares de luta.

As características do país, particularmente rural, deixam sua marca, talvez menos apela-

va mas igualmente efetiva que a da guerrilha salvadorenha: os revolucionários guatemaltecos surgem das selvas, literalmente, depois de ano de trabalho clandestino e suas organizações apresentam atualmente mais de 12 frentes de guerra que agem cada vez mais, sob um comando unificado.

O processo de unificação da esquerda armada guatemalteca foi, em última instância, o que levou os Estados Unidos a buscarem a troca de Lucas García e seu grupo. O restante dos argumentos tem um caráter tático, mas foi a sua concepção estratégica de apertar o passo no avanço cada vez maior das forças revolucionárias, o que os levou a prescindir de um dos seus mais fiéis servidores para iniciar uma tentativa reformista que desde já parece pouco viável.

A possibilidade de que o novo regime de Ríos Montt adquira legitimidade é remota, apesar dos esforços e pressões que já se fazem para que se reconheça aquilo que é apresentado como "o retorno constitucional no país". Na realidade, qualquer tipo de proposta política na Guatemala não é possível sem o concurso das forças da UNRG, que combatem em quase todos os departamentos (estados) do país.

E, com a experiência do que aconteceu em 1979 em El Salvador, os revolucionários guatemaltecos, embora tenham apresentado a Ríos Montt uma lista de petições que o militar nunca estará disposto a cumprir, adiantaram que a palavra-de-ordem é: continuar a guerra popular revolucionária até o fim.

El Salvador: o eixo central

O projeto das eleições constituintes salvadorenhas, auspiciado pelos Estados Unidos, trouxe como consequência, antes e depois de sua realização, as mais variadas polêmicas. Seus próprios promotores o condicionavam a um triunfo de Napoleón

Duarte e da democracia cristã. A maioria dos países do mundo o viram com ceticismo. O povo salvadorenho já tinha feito antes a sua eleição.

Um jornalista do *New York Times* apontava depois do famoso domingo eleitoral, assim como o fizeram os correspondentes da televisão alemã ocidental, que os votantes eram postos de mãos para cima para serem registrados e que a famosa tinta indelével "para garantir a pureza do pleito" era diferente, de acordo com os dedos em que era aplicada: se fosse um simples cidadão, era realmente indelével; se se tratasse de um "homem do governo", podia ser apagada para ele poder tornar a votar.

O escândalo das eleições ultrapassou os limites do imaginável: enquanto em 12 horas o tribunal eleitoral contabilizou 280 mil votos, nas quatro seguintes, a velocidade operacional do organismo se multiplicou e os votos subiram a quase um milhão. A princípio, a "esmagadora maioria" era para Napoleón Duarte e para os democrata-cristãos, mas quando a fraude mostrou descaradamente os pés, aconteceu outra ação de magia: para que ninguém se aborrecesse, aumentaram equitativamente os votos para cada uma das facções de direita que participaram da farsa eleitoral.

Obviamente, nas eleições da direita salvadorenha, os Estados Unidos estavam jogando uma cartada essencial: todo o peso de Washington tinha sido colocado na balança para legitimar o regime de Napoleón Duarte e dos militares. Simplesmente porque a linguagem de Napoleón Duarte conservava (a duras penas) certos indícios de reformismo verbal, a direita salvadorenha optou em votar num homem como o ex-major do exército Roberto D' Aubuisson, acusado de ter assassinado o arcebispo católico Oscar Raulfo Romero, e que proclamou na propaganda eleitoral

"o extermínio de todo aquele que cheire a esquerda".

Washington entrou em pânico e, prestou-se a apoiar, impondo uma condição: o governo deve ser constituído de toda a direita, inclusive a democracia cristã desestruturada, mas que conta com o apoio de partidos homólogos no mundo, na qualidade de tendência internacional.

O prólogo desse triste resultado tinha sido um processo eleitoral no qual o que mais se destacou foram as ações dos guerrilheiros da FMLN em todo o país. Desafiando anéis militares, os combatentes penetraram em San Salvador e em 11 das 14 cidades importantes do país e apresentaram um combate regular e intenso ao exército e aos assessores norte-americanos. No final, apareceram urnas com papéletas até daqueles lugares em que a guerrilha domina, mas o resultado foi o mesmo: aquilo que os Estados Unidos pretendiam tornar uma "grande vitória" acabou numa derrota de sua política na guerra salvadorenha.

Depois de ter publicado os resultados mágicos de uma votação cheia de irregularidades, os representantes dos Estados Unidos, o próprio Reagan entre outros, mostraram-se "felizes e satisfeitos com a festa cívica". Apenas umas poucas horas mais tarde, a FMLN ocupava parcialmente a cidade de Usulután, a quarta em importância do país, enquanto se combatia em outros dez centros departamentais.

À parte disso, o próprio Napoleón Duarte teve de reconhecer que existem departamentos como Morazán, Cabañas ou Chalatenango, a noroeste de El Salvador, onde as tropas governamentais não puderam penetrar em muitos meses. O centro de Morazán, San Francisco Gotera, encontra-se sitiado e isolado pelos guerrilheiros há mais de um mês, o que não constituiu óbice para que votos dessa cidade aparecessem nos cálculos oficiais.●

Uma tríplice aliança sectária

Martín Morazán

A 19 de janeiro de 1982, os chanceleres de El Salvador, Honduras e Costa Rica — Fidel Chávez Mena, César Elvir Sierra e Bernd Niehaus, respectivamente — assinaram em San José a criação de uma Comunidade Democrática Centro-Americana. O fato coincidiu com a visita à capital costa-riquenha de um alto funcionário do Departamento de Estado norte-americano e foi interpretado como uma iniciativa parcial (excluiu os outros quatro países centro-americanos) destinada a servir de “tábua de salvação” para o regime militar democrata-cristão de El Salvador, isolar a revolução sandinista na Nicarágua e, de certo modo, ressuscitar o Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), imprimindo-lhe um matiz menos militar e mais político.

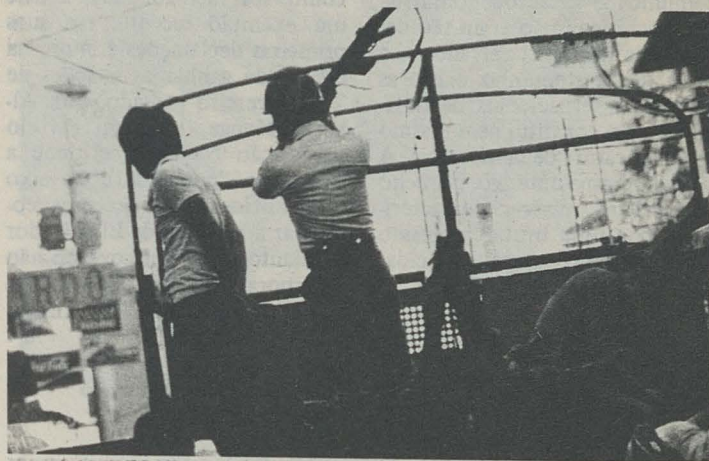
Que comunidade?
Qual democracia?

O documento subscrito em San José mencionava “o destino histórico comum das nações centro-americanas, a solidariedade para solucionar problemas comuns e a interdependência econômica e social de seus povos”, ao mesmo tempo que propunha criar “um clima de estabilidade e confiança” na região, ratificar “os valores democráticos” e respaldar os processos eleitorais. Entre os objetivos da tríplice aliança apontava-se que a solidariedade estendia-se às situações em que “alguns dos membros da comunidade fosse vítima de qualquer tipo de agressão ou de alguma forma de pressão internacional” e reafirmava o direito individual de recorrer a “medidas de segurança coletiva”.

Nesse mesmo mês, assumia a presidência de Honduras o doutor Roberto Suazo Córdova, representante do Partido Liberal e vencedor das eleições gerais de 29 de novembro de 1981; numerosas delegações internacionais e da área tinham sido convidadas a Tegucigalpa. No entanto, os inte-

grantes da Comunidade Democrática Centro-Americana decidiram que o Ministério das Relações Exteriores de El Salvador fosse o depositário das atas originais e coordenador das futuras agendas e reuniões dos chanceleres.

Imediatamente, o governo de Ronald Reagan — por intermédio do Departamento de Estado — deu “um caloroso boas-vindas” à criação da coalizão política, qualificou-a como “um passo muito positivo” e manifestou o desejo de que “outras nações apoiem essa tentativa de fortale-



Repressão em El Salvador: democracia?



cer os valores democráticos na região”.

Radiografia da tríplice aliança

Vários observadores coincidiram em apontar que o pacto firmado em janeiro pelos governos de El Salvador, Honduras e Costa Rica podia ser uma tentativa da junta militar salvadorenha de ampliar seu “muito reduzido círculo de aliados” e revitalizar suas fontes creditícias internacionais por meio de uma aliança regional.

Por outro lado, indicou-se que os impulsionadores de uma comunidade autodenominada “democrática” não eram tão democratas assim. El Salvador — e disso dão testemunho diários as agências internacionais de notícias — não constitui nem mesmo uma caricatura de democracia. A situação imperante no pequeno país centro-americano caracteriza-se por uma brutal repressão do exército no campo e nas cidades, pela técnica — aplicada no Vietnã — da “terra arrasada” e pelos milhares de prisioneiros e assassinados.

Honduras, apesar da transcendência que se tentou dar ao problema do “retorno à constitucionalidade” e às eleições gerais de novembro de 1981, carece de tradição democrática. Salvo durante breves períodos, as forças armadas hondurenhas detiveram o poder durante quase 18 anos e os civis foram sempre marginalizados. Os golpes de Estado, os grandes subornos efetuados por empresas transnacionais, a corrupção oficial, o contrabando e o tráfico de narcóticos constituíram na história recente a marca distintiva e reforçaram a antipática imagem de “república bananeira”.

No plano interno, a situação se caracteriza pela deterioração econômica, o descontentamento social e a repressão. O fantasma do golpe militar — principalmente com o coronel Gustavo Alvarez Martínez como comandante

do exército — paira o tempo todo. No plano externo, Honduras é um “gendarme regional” que acata os ditames de Washington, alia-se com o governo salvadorenho e dá força à contra-revolução na Nicarágua.

A Costa Rica, por seu lado, se preza por sua tradição democrática. Mas por razões históricas — seu isolamento no passado, especialmente — e por seu particular desenvolvimento econômico, a “Suíça centro-americana” caracteriza-se por certo individualismo político (“tão anticomunista como pró-norte-americana”, como foi mencionado). Existe um exemplo recente: em suas primeiras declarações à imprensa depois de ganhar as eleições de 7 de fevereiro passado, Luis Alberto Monge, líder do Partido Libertação Nacional, criticou a Nicarágua “por se aliar ao eixo Moscou-Havana”, não quis comentar a situação de El Salvador e adiantou que seu governo não incorporará a Costa Rica ao Movimento dos Países Não-Alinhados.

Os EUA estreitam o cerco contra a Nicarágua

No dia seguinte da criação da Comunidade Democrática Centro-Americana, um editorial do jornal *Barricada*, órgão da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), afirmou que “o que mais preocupa é que a Comunidade Democrática Centro-Americana surge depois da visita à Costa Rica do sub-secretário de Estado norte-americano, James Buckley” e lembrou que “a Nicarágua, a primeira nação que enfatizou sua vocação de paz nas Nações Unidas e advogou pelas resoluções políticas aos graves problemas da América Central, nem foi consultada e muito menos convidada para essas reuniões organizadas precipitadamente em dois dias”.

Por sua vez, a Frente Patriótica da Revolução (FPR) — inte-

grada pela FSLN e pelos partidos Popular Social-Cristão, Liberal Independente e Socialista Nicaraguense — indicou que a criação da Comunidade Democrática Centro-Americana aparecia como uma manobra dos Estados Unidos para isolar o regime sandinista, assinalou que “os únicos países que a integram são os que têm fronteiras terrestres e marítimas com a Nicarágua” e advertiu que “tudo parece indicar que estão sendo criadas as condições para cercar política, comercial e militarmente o nosso país”.

Finalmente, poucos dias antes da realização de eleições na Costa Rica, o então candidato com maiores possibilidades de vitória, Luis Alberto Monge, reconheceu que o sub-secretário para Assuntos Econômicos do Departamento de Estado norte-americano, James Buckley, tinha participado das gestões que terminaram com a assinatura do acordo da Comunidade Democrática Centro-Americana. Em relação à posição da Costa Rica, o dirigente do Partido Libertação Nacional foi claro: “Na confrontação ideológica entre comunismo e democracia não somos neutros. Estamos com a causa da democracia e somos amigos de quem, como os Estados Unidos, a defendem”.

“Excludente, agressiva e perturbadora”

Em princípios de fevereiro deste ano, o ministro de Relações Exteriores da Nicarágua, Miguel D’Escoto, dirigiu uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, na qual garantia que a formação da tríplice aliança, “com total desconhecimento dos outros quatro países da sub-região”, em vez de cooperar para a solução pacífica dos problemas da área, constituía “um novo elemento desestabilizador” e que “longe de unir-nos, nos divide”. A nota sustentava que “cabe

questionar os verdadeiros objetivos da criação da comunidade e quem está por detrás dela, levando em conta a difícil situação de dependência econômica de dois de seus integrantes e a necessidade de melhorar a imagem internacional de um terceiro”.

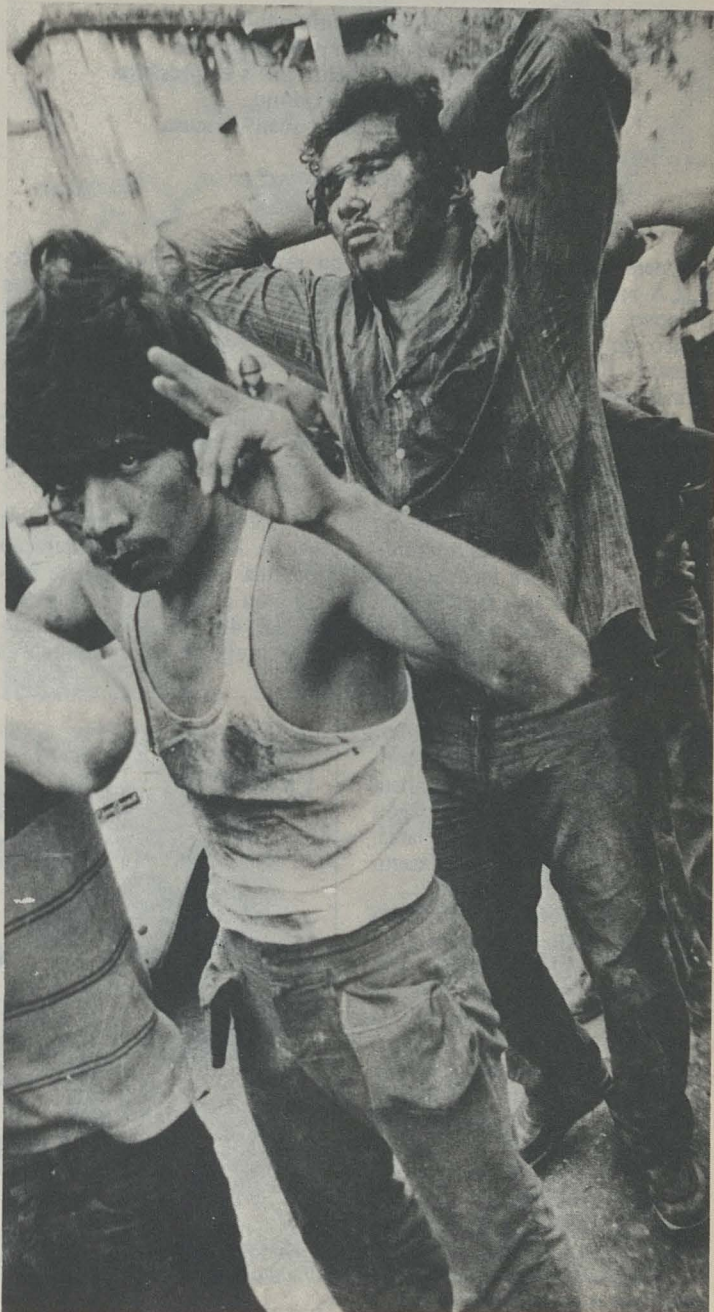
Anteriormente, o jornal *Tiempo* de Honduras tinha assinalado em seu editorial de 22 de janeiro de 1982 que “era impossível imaginar que o chanceler Elvir Sierra, a apenas uma semana para deixar o cargo, iria firmar um documento de tal envergadura”, e que “também não era concebível que o chanceler Niehaus fizesse outro tanto a 15 dias de sair do seu posto” e que Chávez Mena trabalhara da mesma maneira “em relação às eleições de março em El Salvador”.

Continuando, o jornal hondurenho questionava: “Que é que se esconde por detrás da Comunidade Democrática Centro-Americana? Aonde querem nos levar com essa nova organização, feita às escondidas, sem discussão pública, sem autorização efetiva por parte da administração recém-eleita e do povo hondurenho? (...) Será que, diante do não funcionamento do Conselho de Defesa Centro-Americano (Condeca), procura-se outro mecanismo intervencionista mais dúbio?”

Mas, possivelmente, a crítica mais certa tenha vindo do ex-presidente venezuelano e líder social-democrata Carlos Andrés Pérez, que, depois de expressar que a Comunidade Democrática Centro-Americana ti-

nha sido formada por “dois governos em fim de mandato e por um que não era democrático”, afirmou que a aliança lhe lembrava “em caricatura, o eixo Roma-Berlim-Tóquio”. O ex-

mandatário foi breve e claro: “A Comunidade Democrática Centro-Americana — disse ele — exclui democracias como o Panamá e Belize, enfrenta a Nicarágua e perturba a Guatemala”.



A situação imperante no pequeno El Salvador caracteriza-se por uma brutal repressão do exército no campo e nas cidades, pela técnica — aplicada no Vietnã — da “terra arrasada” e pelos milhares de prisioneiros e assassinados

O império Jari

Uma área de patrimônio público na Amazônia, apropriada pelo milionário norte-americano Ludwig é entregue a empresários vinculados ao ex-dono numa operação um tanto quanto escusa

Modesto da Silveira*

Quem paga as contas do Jari? A resposta é muito simples: o povo brasileiro, através do Banco do Brasil. Uma acusação injusta? Exagero da oposição? Afinal, podem dizer os defensores do projeto: o Jari era de propriedade de um empresário norte-americano e, agora, passou ao controle nacional. Examinada na superfície, essa tese pode até parecer válida. Na prática, esconde apenas a verdadeira face da transação. E qual é essa face? Basta, para revelá-la, dizer o seguinte: o governo pagou a parte maior da transação, 180 milhões de dólares, e, inexplicavelmente, abriu mão do controle do projeto. Por paradoxal que pareça, quem controla agora o Jari é o capitalista Azevedo Antunes, que pagou apenas 40 milhões de dólares, quantia que, na prática, desembolsará parceladamente.

Para robustecer os críticos da transação — que é contrária a todas as regras do próprio capitalismo — vale ainda citar um outro grave problema. Trata-se da questão fundiária. Não é difícil entender. Oficialmente, o ex-proprietário do Jari, Daniel Ludwig, não poderia dispor de mais de 400 ou 600 mil hectares de terra (foi o que me afirmou no Congresso Nacional o ministro do Interior, Mário Andreazza);

* O autor é deputado federal, especialista em assuntos ligados ao Jari

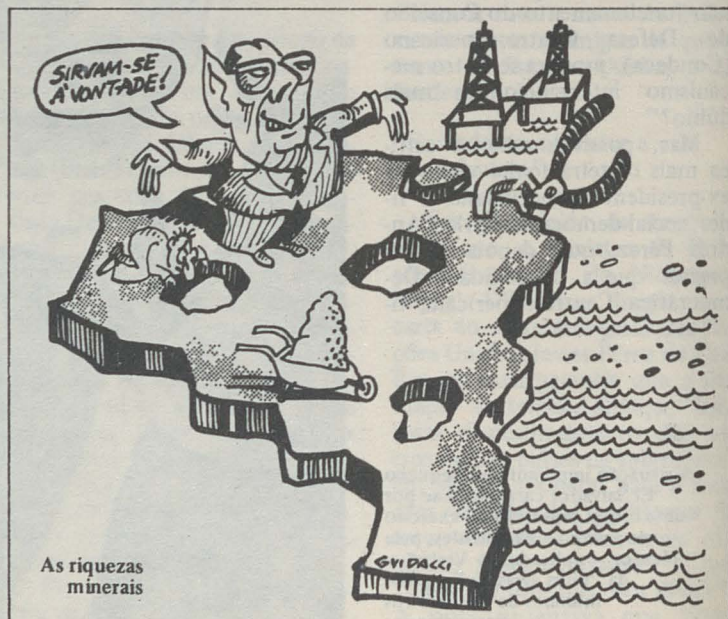
na prática, o milionário norte-americano registrou 3,5 milhões de hectares no Inbra. Juridicamente, os articuladores da negociação do projeto procuram um meio termo: 1,2 milhões de hectares. Como explicar tanta confusão em torno da privatização de um patrimônio que é público?

O fato se torna ainda mais grave se levada em consideração a medida que o governo se prepara para colocar em prática: ceder mais 400 mil hectares de terras ao grupo de 23 compradores

do Jari. Será uma privatização gratuita inexplicável do patrimônio público. Independente disso, há outro detalhe: as terras que Ludwig afirma possuir foram compradas a preços irrisórios. Pelo câmbio atual, seu império teria sido adquirido pela ridícula quantia de 300 cruzeiros o hectare. A quantia é ridícula não só pela dimensão das áreas, mas, também, pela sua qualidade. São terras ricas em madeira e minérios estratégicos, como bauxita e caulim.

O "Império" Ludwig

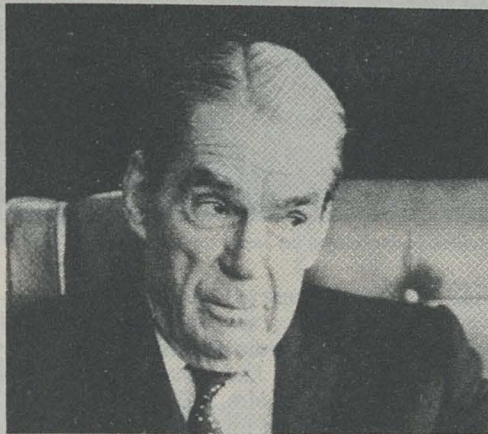
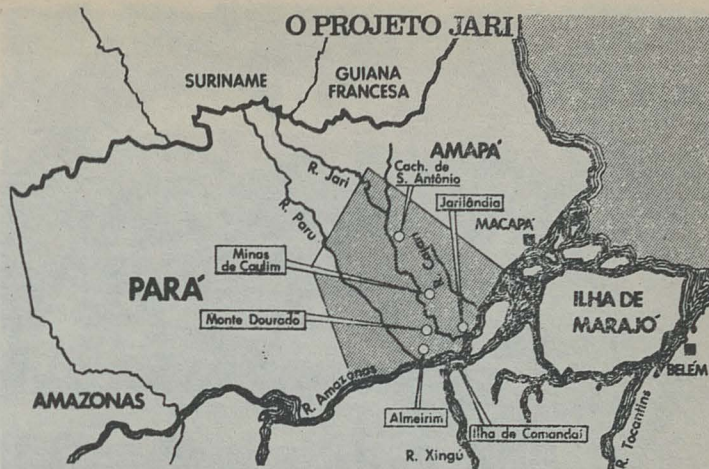
Quem lê o noticiário dos jornais pode até imaginar que a transação, apesar de todos esses aspectos negativos, teria uma vantagem: o capitalista Ludwig estaria, com a venda do Jari, definitivamente fora do Brasil. Nada mais enganoso. Aliás, foi um aspecto da transação que seus articuladores fizeram questão de camuflar. A venda do Jari representa apenas uma parcela do império que, habilidosamente, Ludwig vem implantando no Brasil desde 1964.



São ao todo 18 empresas. E o grupo de 23 banqueiros e grandes empresários ficará apenas com parte delas. Vamos aos fatos: a Caulim da Amazônia (Cadam) foi comprada, num prazo de seis anos, por 40 milhões de dólares. A Jari Florestal, cujo valor da venda é relativamente desconhecido, foi parcialmente adquirida pelos 22 sócios de Azevedo Antunes, numa operação que totaliza 60 milhões (o total da operação é, pelo que se estima, de 280 milhões de dólares). Um detalhe: pelos 180 milhões que pagará, o Banco do Brasil terá apenas direito a ações e a voto. Outro detalhe: empresas como a Madeiras do Jari, Sasi e Navegações Sion, adquiridas pelo grupo de empresários, têm valor insignificante dentro do que, no Acordo Básico, se convencionou chamar "Sociedade do Projeto Jari".

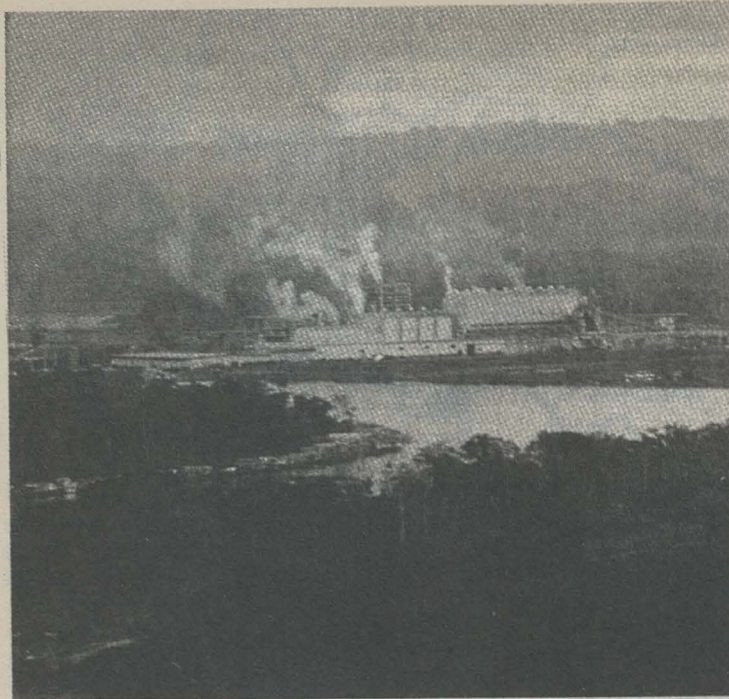
O chamado *filé mignon* do império Ludwig não sofreu alterações. São as empresas de pesquisa, lavra, extração e exportação de minérios estratégicos. Essas empresas estão reunidas na UTI - *Universe Tanship Inc.* Pelo acordo que firmou, Ludwig continuará operando a UTI e suas subsidiárias, inclusive com direito a explorar minérios raros, como são os casos das empresas Santa Patrícia, Santa Cecília, Santa Madalena, Santa Úrsula e Santa Virgínia. Além disso, o grupo opera ainda empresas como a Santo Antônio (que atua na área de hidrelétricas) e São Raimundo, que explora arroz nas ricas várzeas do Jari.

Dessas sete empresas subsidiárias, Azevedo Antunes será sócio de Ludwig. Da *UTI-Universe Tanship*, não. O milionário norte-americano controla ainda a Universal Companhia de Seguros Gerais e Mineração Reunidas (Rio de Janeiro) e Veragro (Belo Horizonte) que exploram minérios estratégicos: bauxita, fosfato, quartzo, calcário, entre outros.



Ludwig (à esquerda) passou uma parte de seu império a seu ex-colaborador Azevedo Antunes (embaixo)





A fábrica de celulose do Jari viajou do Japão à Amazônia

Beneficiários do sistema

Cabe aqui voltar à pergunta inicial: por que o povo é quem paga as contas do Jari? Simples: os donos do Jari são beneficiários dos favores legais do sistema. E isso é muito fácil de constatar. Basta voltar os olhos para a história do Jari.

Os fatos: Ludwig não pagava impostos federais; era isento do Imposto de Renda, do Imposto de Importação, do Imposto sobre Circulação de Produtos Industrializados; não pagava taxas alfandegárias, portuárias e a TRU (Taxa Rodoviária Única).

A implantação do Jari data de 1967. Lá, no coração do Baixo Amazonas, o milionário norte-americano sempre reinou como imperador. O acesso ao seu império dependia única e exclusivamente dos seus humores: não entravam jornalistas, nem autoridades brasileiras sem o seu consentimento. Só recentemente, é que o milionário concedera a criação

de uma precária linha de comunicação, via táxi-aéreo, do Brasil com o seu império.

No Jari, viviam 40 mil brasileiros. Mas, a lei que sempre prevaleceu foi a do norte-americano Ludwig. As poucas autoridades brasileiras que se instalaram no local foram rapidamente cooptadas por ele e passaram a ser suas assalariadas. O reino vivia sob o controle da polícia pessoal de Ludwig (135 homens) que mantinha os prisioneiros em cárceres privados. O contraste mais flagrante: a pobreza em que a grande massa da população vivia, nas favelas equilibradas em frágeis palafitas nas margens do rio Jari, e a opulência dos assessores do norte-americano, recrutados em sua maioria em países estrangeiros, particularmente nos EUA. Os técnicos brasileiros sempre ocuparam posição inferior. Eram excluídos da administração direta e, normalmente, ocupavam posição intermediária nessa estranha sociedade, onde mais de

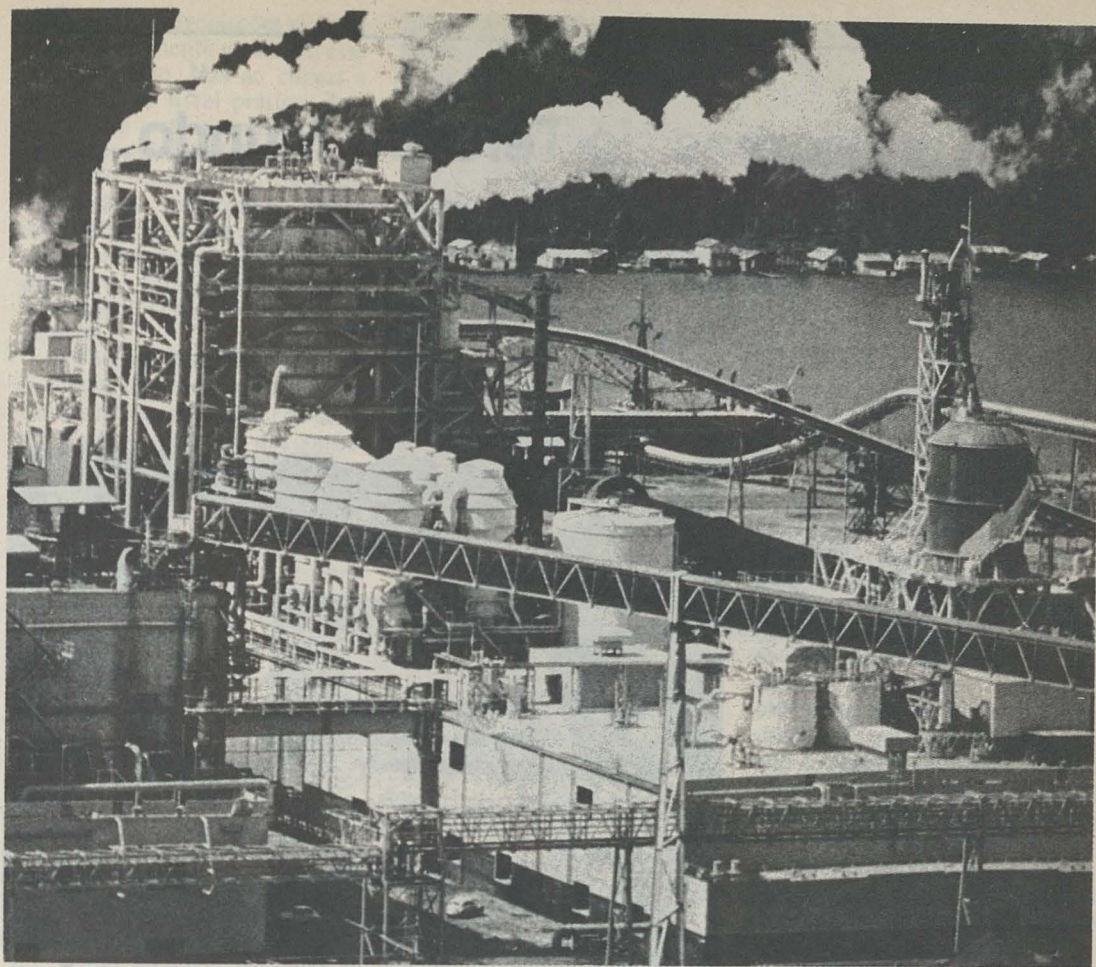
17 mil jovens trabalhadores viviam na mais completa miséria, disputando espaço nos povoados de Beiradonha e Beiradão.

Internacionalização da Amazônia

O Jari é tudo isso e mais alguma coisa. Num plano mais amplo, é parte do grande número de empresas, sob controle direto ou indireto de transnacionais, vinculadas à Trilateral (EUA-Japão-Alemanha Ocidental) que lutam pela posse de riquezas estratégicas e a internacionalização do território amazônico. São tentativas antigas que datam do fim do século passado, quando o general James Webb, embaixador norte-americano, tentou intervir na região. Mais tarde, houve as investidas da Fordlândia e Belterra¹; logo depois de 1964, o Pentágono tentou formalizar a internacionalização através do seu centro futurologista — o *Hudson Institute* —, que idealizou o projeto dos Grandes Lagos Amazônicos. Finalmente, veio o projeto Jari e, mais tarde, o Projeto Carajás, a maior província de minérios estratégicos e não-estratégicos do mundo, riquíssima em ouro, cobre, platina, zinco, chumbo, bauxita, estanho e ferro.

No dia 26 de janeiro deste ano, o império Ludwig mudou de rei. A coroa passou para o seu amigo e ex-empregado, Azevedo Antunes. Uma vitória do empresariado nacionalista? Não. Evidentemente, não. Ludwig resolveu sair de cena porque o Jari fracassara. E por quê fracassou? Também não é difícil responder. Houve falhas no planejamento, corrupções, destruição da ecolo-

1) Fordlândia e Belterra, à margem do rio Tapajós no Pará, (hoje, pequenos povoados) foram na época áurea da borracha, projetos norte-americanos, com apoio do governo brasileiro, no cultivo racional da seringueira.



O império Jari é parte da grande engrenagem das transnacionais que no Brasil luta pela internacionalização do território amazônico

gia e a sede de lucros rápidos que, pelo menos para o milionário norte-americano, foram resultados palpáveis.

No mais, foi fácil livrar-se do negócio que começava a se tornar ameaçador. Ludwig tinha amigos, a maioria seus ex-empregados. E contava com o forte apoio do governo norte-americano, onde também tem ex-assalariados de influência: Nixon e Brownell, por exemplo (ambos envolvidos no caso Watergate). Tinha também o apoio da Suíça, onde organizou várias "empresas de caixa postal", entre elas a Fundação e o Instituto

Ludwig para a Pesquisa do Câncer, que funcionam como biombos para seus negócios.

Por isso, Ludwig resolveu tomar uma atitude que ele define como gesto "humanitário": teria doado toda a sua fortuna, inclusive suas empresas brasileiras, às instituições que criou na Suíça. Pessoalmente, tentei encaminhar ao governo brasileiro uma proposta que compromettesse Ludwig com os interesses brasileiros. Seria a seguinte: ele doaria, em testamento aberto, é claro, sua fortuna no Brasil a uma instituição nacional humanística, sem fins lucrativos. O dono do

Jari nunca respondeu. O governo brasileiro nem sequer me recebeu, apesar da minha condição de parlamentar. Pelo menos no campo da lógica, a atitude que propus tinha coerência. Se realmente Ludwig tivesse intenção de doar alguma coisa por princípios humanísticos, o correto não seria doar aos suíços, um povo rico. E é por isso que suspeito que por trás da vida e dos negócios de Ludwig existe algo muito pior do que a figura de um Robin Hood às avessas (o que rouba dos pobres para dar aos ricos). É, aliás, o que expus no meu livro "Ludwig, Imperador do Jari".

Os dilemas do Terceiro Mundo

Tanto as negociações para a cooperação Norte-Sul quanto as propostas de intercâmbio Sul-Sul estão paralisadas. O encontro de Nova Déli só conseguiu anotar num comunicado conjunto as coincidências dos países subdesenvolvidos

Narinder Koshla

Convocada para dar um impulso decisivo às negociações globais entre as nações ricas e os países subdesenvolvidos no seio das Nações Unidas e para enfocar os problemas econômicos que afligem o Terceiro Mundo, a mesa de "Consultas de Nova Déli" encerrou-se sem haver alcançado seu objetivo. No entanto, ela não deve ser considerada como um fracasso já que conseguiu consenso em vários assuntos e, na opinião de alguns observadores, servirá para estimular as relações econômicas e a cooperação recíproca entre as nações subdesenvolvidas.

Em Nova Déli, foram retomados temas da Conferência de Cúpula Norte-Sul de Cancún (ver cadernos do terceiro mundo nº 40), mas seus participantes só foram os interessados diretos, isto é, os países do Sul. Assistiram delegações de 44 governos que tinham sido selecionados de maneira a estarem representando todas as regiões e os países-chaves do Terceiro Mundo. Desses, só a Arábia Saudita não compareceu.

As consultas se realizaram entre 22 e 24 de fevereiro passado. Se se tivesse conseguido um consenso em relação ao tema central, esse encontro teria tido uma notável influência sobre as reuniões posteriores que devem se realizar no quadro das Nações Unidas em relação às negocia-



Assembléia-Geral da ONU: cenário das negociações globais

ções globais. Com efeito, se o Terceiro Mundo tivesse adotado uma posição comum, os países do Norte que se opõem a formular concessões, encabeçados pelos Estados Unidos, deveriam levá-la em consideração.

Durante a Conferência de Cancún chegou-se a um compromisso nesse sentido, mas as negociações posteriores efetuadas nas Nações Unidas com a finalidade de harmonizar as posturas fracasaram.

Um acordo prévio

O conceito de "negociações globais" refere-se a um acordo so-

bre um enfoque amplo e coerente que permita encarar sucessivamente cada uma das reivindicações e reformas setoriais que o Terceiro Mundo tem colocado (particularmente seu porta-voz, o Grupo dos 77) no quadro do diálogo Norte-Sul. Tanto as negociações em relação ao tema da alimentação como dos preços dos produtos básicos e da transferência de tecnologia, para dar só alguns exemplos, deveriam contar com um acordo global prévio entre países ricos e pobres que desse a base para orientar aquelas discussões setoriais.

Ao ser unanimemente aprovada na ONU em 1979, a resolu-

ção sobre as negociações globais, estava tacitamente plasmado esse acordo prévio. Mas ao chegar a discussão ao nível prático, dois pontos de vista se enfrentaram: os Estados Unidos (alegando que esses são assuntos de natureza econômica) colocaram como condição para a sua participação que as negociações se dessem no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

O FMI e o Banco Mundial são os únicos organismos das Nações Unidas nos quais o poder de decisão é proporcional ao das contribuições econômicas, e os Estados Unidos são, de longe, o maior contribuinte; assim, eles são controlados por Washington. Foi por essa razão que a imensa maioria dos membros da comunidade internacional, inclusive uma parte das nações industrializadas, negou-se a aceitar tais jurisdições. Alegaram, com toda lógica, que o cenário natural para as negociações globais não poderia ser outro senão a Assembleia-Geral das Nações Unidas, por ser a mais alta e a única instância para um tratamento global. Este, uma vez obtido pela Assembleia, serviria de orientação e de marco para a discussão dos temas setoriais, inclusive o FMI e o Banco Mundial.

A intransigência dos Estados Unidos e o temor de que sua negativa impedisse um novo avanço, fez surgirem duas posturas que se confrontaram em Nova Déli, uma partidária e a outra renitente a formular concessões.

Nas consultas da capital indiana, analisou-se uma variante apresentada pelo embaixador do Paquistão na ONU, que tinha realizado sondagens entre as partes opostas com a esperança de achar uma fórmula aceitável para todos. Mas a maioria das delegações rejeitaram tal proposta ao comprovarem que ela continha algumas concessões inaceitáveis e opostas aos interesses do Terceiro Mundo, já que para conciliar



O Terceiro Mundo deve iniciar o caminho para a cooperação mútua

com a posição norte-americana, teria de outorgar um papel relevante ao FMI e ao Banco Mundial.

Cooperação Sul-Sul

Naturalmente, houve acordo acerca da necessidade de realizar negociações, mas ao não ser trçada uma firme e clara posição comum, perdeu-se mais uma vez a possibilidade de exercer uma vigorosa pressão sobre os adversários do diálogo Norte-Sul.

Outro grande tema da Conferência foi a cooperação Sul-Sul. Em seu discurso pronunciado na Conferência, o presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, disse que o Terceiro Mundo deveria dar menos importância ao modelo ocidental de desenvolvimento e iniciar seu próprio caminho de auto-suficiência e cooperação mútua.

O resultado desse debate interno foi a paralisia. Na ocasião da Conferência de Caracas, no ano passado, o Grupo dos 77 decidiu a criação de uma equipe de trabalho cuja função consistiria

em cooperar com o presidente do Grupo em todas as tarefas relacionadas com a CEPD (Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento). Isso era consequência da prioridade lógica que tinha sido dada à cooperação econômica Sul-Sul. Mas o tempo se passou e nem mesmo essa equipe foi organizada.

Como se vê, nas duas direções possíveis de desenvolvimento, na Norte-Sul e na Sul-Sul, há um impasse, consequência das diferenças dentro do Terceiro Mundo e da crise econômica mundial.

Mas temos de destacar que todos os problemas relacionados com o comércio Sul-Sul, o intercâmbio de tecnologia e o desenvolvimento alimentar, foram analisados em profundidade, assim como as fórmulas para lhe dar um novo impulso.

Além das diferenças anotadas, as numerosas coincidências sobre as negociações globais, a ampliação do intercâmbio Sul-Sul e os demais temas em debate, ficaram registradas no comunicado conjunto final.

Nicarágua: A revolução como revelação

À medida que avança o processo revolucionário na Nicarágua, um novo rosto cultural se revela, trazendo à tona a importância das culturas das minorias negra e indígena

Eduardo Galeano*

Essas notas, que apenas gostariam de ajudar no diálogo, nascem de um aspecto pouco difundido da experiência revolucionária na Nicarágua. São reflexões formuladas a partir das perspectivas culturais que o fecundo e assombroso processo da revolução sandinista está abrindo para todos os latino-americanos.

A guerra popular não só tornou possível o dismantelamento das bases de poder da família Somoza e a recuperação dos recursos naturais usurpados pelo imperialismo. Além disso, teve consequências formidáveis em todos os planos, sacudi violentamente todos os raminhos da árvore da vida e está fazendo brotarem flores e frutos até agora desconhecidos para os próprios nicaraguenses.

O resgate da cultura popular e a revelação da pluralidade cultural do país integram o processo de "nicaraguização da Nicarágua", tanto como as nacionalizações do sistema bancário, do comércio exterior e das indústrias básicas. O país ignorava sua própria cultura ou só conhecia dela o fragmento correspondente a seus esplêndidos poetas e a seus escassos centros de educação; e o país se acreditava reduzido às populações de fala castelhana da costa do Pacífico. Tem-

po de revolução, tempo de assombro: muito mais descobriram os guerrilheiros, nos anos de luta armada, e os alfabetizadores nos últimos dois anos, do que os conquistadores espanhóis há quatro séculos e meio. A Nicarágua se multiplica em extensão e profundidade. Os garotos das brigadas de alfabetização ensinaram, mas principalmente aprenderam: conheceram, pelo menos um pouquinho, os países secretos que o país contém e descobriram, em zonas onde a guerrilha não tinha chegado, a ignorância sabedoria e a insólita capacidade de beleza de camponeses condenados à morte prematura pela fome, a tuberculose e a malária.

À medida que se processam os milhares de *cassettes* que os alfabetizadores gravaram montanha adentro e em aldeias de remotas paragens, começa a aparecer o verdadeiro rosto cultural da Nicarágua. Rosto de rostos, perfil de perfis: a Nicarágua, país múltiplo, é também a terra dos índios *misquitos* que ainda chamam de "espanhóis" os demais nicaraguenses, e é também a terra da cultura negra de fala ingle-

sa, da costa atlântica. A revolução parte do respeito a essa pluralidade cultural: a campanha de alfabetização não é uma campanha de castelhanização, compulsiva e repressiva, mas sim foi levada avante nos três idiomas que constituem o patrimônio linguístico nacional. A unidade da pátria, tarefa a realizar, tarefa sendo realizada, não será paga ao preço do esmagamento das culturas "diferentes". Pela primeira vez, elas são convidadas para o diálogo em pé de igualdade, cada qual com sua própria voz, e se começa a saber que os mudos tinham muito a dizer.

Esse processo de resgate e revelação, processo de nacionalização, não culmina com a alfabetização e recompilação de mitos, lendas, cantares, testemunhos de história e vida e receitas de medicina popular. Começa aqui. Desde essa etapa de "descobrimen-to" e primeira comunicação, que na realidade começa nos anos da guerra, se desencadeia — arranca de si as cadeias — sua prodigiosa potencialidade possível.

A cultura estava fechada: socialmente, como privilégio de uma classe; geograficamente, como monopólio de uma região. Para romper essa dupla jaula e tornar possível o pleno florescimento da cultura nacional, ne-

* Este texto foi publicado originalmente na revista *Diálogo Social* (Panamá, janeiro, 1982).

cessita-se integrar materialmente o país, e a Nicarágua, arrasada pela ditadura, pelo terremoto e a guerra, não pode inventar num minuto as estradas e as pontes, as escolas, os hospitais e as habitações que tão imensa tarefa exige. Tampouco pode, num piscar de olhos, distribuir em grande escala produtos de cultura, nem meios de produção de cultura, suficientes para canalizar a energia criadora e a vontade de comunicação que a própria revolução desperta. O andamento do desenvolvimento nas regiões mais escondidas, a incorporação de legiões de desocupados no mercado de trabalho, o êxito da campanha de alfabetização e o fervor com que se multiplicam as escolas, as publicações e os ateliês de poesia, não impedem que uma enorme distância separe, ainda, as necessidades das possibilidades.

O processo de unidade nacional e conquista da identidade cultural resultará longo e difícil, cheio de contradições, eivado de dificuldades; e devemos levar em conta, nesse sentido, que as regiões tradicionalmente marginalizadas, nicaraguas exiladas na própria Nicarágua, praticamente não participaram da guerra contra a ditadura dos Somoza e são, hoje em dia, pelo seu atraso e isolamento, as mais vulneráveis à ação ideológica e militar do inimigo.

Mas me parece muito importante sublinhar que, através de todos esses anos de revolução sandinista, ao longo da guerra e principalmente depois da tomada do poder, a Nicarágua começa a se descobrir a si mesma. Antes, tinha sido "descoberta" por outros e, agora, vai-se descobrindo a si mesma, surpresa de se ver pela primeira vez, em mais de uma dimensão simultânea, enriquecida e ampliada pela insurgência de um povo que deixou de ser testemunha de sua própria

desgraça e pela contribuição das ignoradas culturas da minoria negra e da minoria indígena. A realidade plena tinha sido tradicionalmente escamoteada pelo elitismo e pelo racismo da cultura dominante, que sendo cultura de uma classe e de uma região, chamava-se a si própria de cultura nacional. E à medida que o país vai recuperando sua múltipla e multitudinária identidade, também recupera sua história. Nacionaliza-se o passado, a partir da ressurreição da figura, antes mentida e proibida, de Augusto César Sandino.

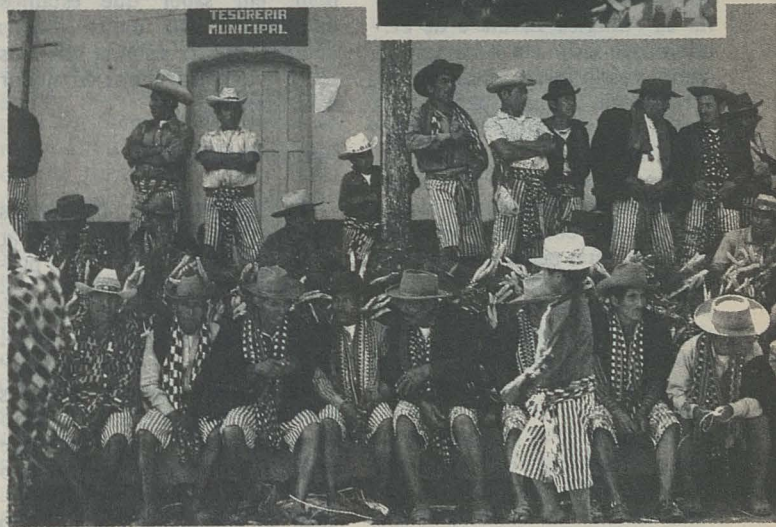
Desmascaramento das culturas dominantes

A América Latina constitui ainda um enigma a seus próprios olhos. Que imagem nos devolve o espelho das culturas dominantes? Uma imagem partida: pedaços. Pedaços desconectados entre si, um corpo mutilado, uma cara a ser feita.

As culturas dominantes, culturas de classes dominadas desde o exterior, revelam-se pateti-

O processo na Nicarágua pode ser um exemplo para os outros povos latino-americanos

camente incapazes de oferecer raiz, identidade e destino às nações que dizem representar. São culturas cansadas, como se muito houvessem feito; apesar de seus enganosos fulgores, expressam a paralisia das burguesias locais, ainda hábeis em copiar mas cada vez mais inúteis em criar. Fortificadas em grandes portos e cidades babilônicas, ignoram e desprezam a realidade nacional ou tudo que nela as contradiz; e praticamente limitam-se a operar como correias de transmissão das poderosas estruturas da impotên-





Um processo cultural que começa a desmascarar o elitismo e o racismo

cia que o imperialismo montou, em escala mundial, para impedir que os povos submetidos pensem com sua própria cabeça, sintam com o próprio coração e caminhem com suas próprias pernas.

Em geral, pode-se perfeitamente dizer que muitos centros de educação e quase todos os meios massivos de comunicação irradiam mensagens traduzidas, fabricadas fora e orientadas no sentido de esvaziarem a memória da América Latina e de evitarem que assim ela se reconheça como possibilidade: induzem-na a consumir e reproduzir, passivamente, os símbolos do poder que a humilha.

O processo de profunda transformação da Nicarágua está desmascarando, como já o tinha feito Cuba, duas peças-chaves dessa engrenagem, o elitismo e o racismo, que negam às grandes maiorias o direito à criação e à participação, mutilando uma parte substancial de nossa memória coletiva.

Ninguém é — suspeito eu — muito diferente da sociedade que o gera. Os preconceitos que caracterizam as culturas domi-

nantes, interessadas em justificar e perpetuar a organização desigual do mundo, refletem-se também entre nós. Nós, intelectuais, dizemos ou queremos ser revolucionários (ou ao menos nos negamos a servir de cúmplices a essa organização desigual e criminosa) porém não estamos “vacinados” contra a ideologia da opressão. Talvez nossa saúde consista, como disse Juan Gelman, em saber que estamos doentes — não muito menos doentes que o sistema que nos fez e que gostaríamos de ajudar a desfazer.

Artista ou artesão?

Frequentemente chamamos de *folclore* à cultura popular para ignorá-la e negar-lhe a possibilidade de sair de moldes mecanicamente repetidos. Sorrisinhos sem graça aguardam o “artesão” que se acredita “artista” e os indignadíssimos maridos desembainham a espada quando qualquer tipo da rua pretende beijar a senhora Poesia. Eu não ignoro que estou cometendo pecado de demagogia e populismo

ao afirmar que um dos mais belos poemas de amor de nosso tempo foi escrito por um anônimo preso político de meu país, o Uruguai, numa folha de papel de fumar:

Às vezes chove e te amo.
Às vezes sai o sol
e te amo.
És o cárcere às vezes.
Sempre te amo.

De demagogia e populismo se qualifica toda tentativa de violar a propriedade privada da palavra e romper o privilégio da criação artística, como se fosse “natural” uma ordem social que condena quase todos ao silêncio. Não é surpreendente, por ser tradicional, o pouco ou nenhum lugar que as publicações culturais editadas na América Latina destinam à difusão da cultura popular, ou cultura não-profissional, ou como queiram chamar os dizeres e sentires das classes oprimidas diretamente expressos. Mas acontece que as publicações de esquerda também ignoram, em geral, a existência dessa outra cultura, que assim mesmo se manifesta sem parar na vida cotidiana da gente e em sua inesgotável capacidade de assombro, rebelião e valentia: escrevemos sobre o povo e até em nome do povo, mas raras vezes compartilhamos com o povo dos espaços de expressão que conseguimos conquistar. Atuamos, em geral, como se o povo fosse mudo, embora façamos todo o possível para que não seja surdo. Numa ordem social onde existem donos das fábricas e das terras, das casas e das pessoas, também a cultura tem dono; mas equivoca-se quem crê que a cultura revolucionária reduz-se ao trabalho dos intelectuais revolucionários e que a cultura popular não é mais do que o eco degradado da voz do senhor.

A incorporação do gênero testemunho no concurso da Casa de las Américas, em Cuba, e a multiplicação dos ateliês de poesia na Nicarágua — além das polémicas abertas sobre a sua orientação — constituem alguns dos muitos sinais de mudança que nos oferecem, nesse sentido, nossas comarcas em revolução.

**Realidade nacional:
um grande ombro**

O desenvolvimento das autonomias na Espanha, impulsionado principalmente pela longa luta dos bascos e catalães e as recentes medidas de descentralização da França, colocaram em evidência, uma vez mais, a crise de um modelo de unidade nacional arbitrariamente imposto. Mente a unidade nacional se for realizada ao preço da opressão de culturas "diferentes", em função do domínio de uma só região arrogante sobre o país em seu conjunto.

A partir das deformações da época colonial, consolidadas durante o século passado, a América Latina padece de um modelo supercentralista de organização do Estado, que tem seu núcleo em imensos portos ou cidades babilônicas. A partir desses centros, que imitam o modo de vida das metrópoles estrangeiras, explora-se e deprecia-se o espaço interior; desde esses centros operam as culturas dominantes, elitistas e racistas, para as quais a realidade nacional é um grande ombro e uma ameaça de barbárie: sua tarefa de repressão e mascaramento serve aos propósitos imperialistas de castração cultural. Pouco se difundiu, embora me pareça muito revelador, o dado de que Cuba é o único país latino-americano em que as grandes cidades não cresceram nos últimos 20 anos — e isso numa região do mundo onde em fins deste século, segundo as



Não existe nenhum latino-americano que não seja culturalmente mestiço, mas "índio" ainda é um insulto

apocalípticas profecias dos *experts*, São Paulo terá 26 milhões de habitantes e a cidade do México 31 milhões.

**Descobre-se a imagem
latino-americana do socialismo**

Não existe nenhum latino-americano que não seja, em alguma medida, culturalmente mestiço. Somos todos frutos de misturas culturais, seja qual for a cor de nossa pele — com exceção, talvez, de algumas microcivilizações indígenas ainda sobreviventes em estado puro na floresta amazônica. Mas, desde a época colonial, temos sido todos treinados para ignorar nossa fecunda pluralidade, negando duas de nossas três mães culturais, depreciando-as ou reduzindo-as à superficialidade pitoresca e ao puro espetáculo. Essa negação das culturas de origem não-europeia, cotidianamente visível em todos os nossos países, resulta



particularmente dramática em lugares onde essas "outras" culturas, que perpetuaram seu perfil essencial, são majoritárias. De cada dez guatemaltecos, por exemplo, seis são índios, mas na Guatemala a palavra "índio" é usada como insulto e um homem pode ser preso pelo simples delito de não falar castelhano, porque para a administração pública e organismos de justiça não existem as línguas autóctones. En-

quanto a diretoria de turismo convida a visitar a terra dos *mayas*, os netos dos *mayas*, principais vítimas da guerra suja da ditadura militar, são despojados de suas terras e assassinados e jogados em fossas comuns embaixo de lápides que dizem: NN, que significa *No Nato*, ou seja, não-nascido.

Como acontece com o elitismo, o racismo das culturas dominantes também impregna nossas sociedades em seu conjunto. Quantas vezes temos chamado ou escutado chamar de inculturas ou culturas inferiores à cultura indígena e à cultura negra e de dialetos às suas línguas? Quantas vezes temos chamado ou escutado chamar de superstição ou bruxaria às religiões originárias da América e da África?

Pode-se proibir a água, mas não a sede. Desde que a aventura colonial nas américas converteu os índios e os negros em escravos do desenvolvimento europeu, suas culturas sobreviveram ao maior processo de aniquilamento da história humana. Ao cabo de sucessivas campanhas de extermínio, essas culturas se disfarçaram, se esconderam e receberam mil influências, mas mantiveram viva a sua identidade e vivo o seu sangue. Hoje em dia, continuam oferecendo a toda a América, e não só à América Latina, chaves fundamentais de memória e profecia. Dão testemunho do passado e ao mesmo tempo acendem fogueiras iluminadoras do caminho. Se atualmente tivessem apenas um interesse arqueológico, não continuariam sendo objeto de encarniçada repressão, nem o poder inimigo estaria tão interessado em manipulá-las para divorciá-las da luta de classes e dos movimentos populares revolucionários.

Num mundo que reduz as relações entre pessoas a relações entre coisas, todos temos muito



Nazca (Peru) é um patrimônio a ser resgatado

que aprender da vitalidade e do amor à liberdade das culturas africanas, que não divorciam o pensamento da emoção, e da alegria essencial de religiões que exaltam o corpo humano em vez de condená-lo. Num sistema assassino da terra e da gente, que envenena o ar, apodrece a água e aniquila a terra, as culturas indígenas da América nos dizem que a terra é sagrada porque sagrados somos nós, seus filhos; e contra a lei capitalista da selva, que tem a

cobiça como virtude suprema, eleva-se o exemplo de solidariedade das comunidades índias, que ontem inspiraram Tomas Moro para criar a sua Utopia e hoje nos ajudam a descobrir a imagem latino-americana do socialismo, que enterra na tradição comunitária sua mais funda raiz.

A cultura nacional

A mais funda raiz: fecunda é a mensagem dos mais antigos fi-



As culturas indígenas da América nos dizem que a terra é sagrada porque sagrados somos nós, seus filhos



lhos de nossas terras, os mais castigados, os que têm — como dizia José Artigas — “o principal direito”; e é fecunda para todos, inclusive para os países onde os índios foram exterminados ou reduzidos a uma minúscula minoria.

Mas que não me entendam mal. O nacionalismo de direita, que entra na história recuando, rechaça o marxismo como “estrangeiro” e crê que a cultura nacional se define pela origem de seus fatores.

Se fosse assim, ponhamos um exemplo, não haveria cultura andaluza, porque os típicos pátios da Andaluzia vêm da Roma imperial, as grades e as cancelas vêm da Florença renascentista e os floridos chales, da China dos Ming; os *churros* são árabes e o *cante jondo* resultou da mistura de música cigana, melodias árabes e cantos hebreus.

Foi um alemão que inventou a sanfona, no século passado, com a intenção de criar uma espécie de harmônio portátil, útil para tocar músicas sacras nas procissões de seu país; mas a sanfona fugiu da Alemanha e antes de cair nas mãos de Ansbal Troi-

lo¹ já tinha se transformado no mais típico instrumento do tango rioplatense.

Os exemplos poderiam multiplicar-se ao infinito. Bem adverte José Juan Arrom que o cubanoíssimo daiquiri vem da cana-de-açúcar que Colombo trouxe, do limão que chegou da Andaluzia e das técnicas estrangeiras de elaboração do açúcar e do gelo. “A única coisa nossa, diz Arrom, seria saber combiná-los numa síntese que é como a nossa cultura. Esses elementos aqui se juntaram para formar algo novo, diferente, próprio”.

Num ensaio vinculado a esse tema, Roberto Díaz Castillo menciona com justeza o caso da cultura vietnamita atual, rio de águas nascidas ali e também chegadas de outras comarcas, como o budismo da Índia, o confucionismo da China e o marxismo da Europa.

A cultura nacional define-se pelo seu conteúdo, não pela origem de seus fatores e quando está viva muda sem cessar, desa-

1) Compositor e maestro argentino que, introduzindo o bandoneón (sanfona), revitalizou o tango

fia-se a si mesma, contradiz-se e recebe influências externas que às vezes a ferem e às vezes a multiplicam e que costumam operar simultaneamente como perigo e como estímulo. Seria um ato de irrealidade e uma estupidez reacionária propor a recusa indiscriminada das contribuições européias e norte-americanas ao nosso patrimônio e ao patrimônio universal, reduzindo arbitrariamente essas vastas e complexas culturas aos mecanismos de alienação imperialista nelas implícitos. O antiimperialismo também sofre de doenças infantis. A negação daquilo que nos é negado não tem porque implicar a negação daquilo que nos alimenta. A América Latina não tem porque renunciar aos frutos criadores de culturas que floresceram, em grande medida, graças a um esplendor material nada alheio à exploração desapiedada de nossos homens e nossas terras.

A América desconhece a si mesma

Mil símbolos, mil razões e mistérios dizem-me que sou uma gotinha de determinado mar, pu-

nhado de certa terra, tijolo de certa casa por fazer; a cultura nacional, identidade compartilhada, memória coletiva, vem da história e à história volta sem cessar, transfigurada pelos desafios e necessidades da realidade. Nossa identidade está na história, não na biologia, e são as culturas que a fazem, não as raças; mas está na história viva. O tempo presente não repete o passado; contém-no. Mas, de qual pedregada começam nossos passos? As culturas dominantes deturpam a história e a encerram em museus; nossas classes dominantes, ameaçadas, gostariam de um mundo imóvel.

Em Cuba e na Nicarágua, a história fugiu dos museus para se realizar nos campos e nas ruas. As revoluções implicam a recuperação da memória nacional, que é uma chave de identidade. Em diferentes formas e em graus diferentes, movimentos semelhantes tinham se desencadeado, nesse sentido, no México e na Bolívia, a partir de 1910 e 1952 respectivamente, e no Chile e na Argentina durante os fugazes governos de Allende e Cámpora.

Em geral, nossos países, que desconhecem a si mesmos, desconhecem sua própria história. O estatuto neocolonial esvazia o escravo de história, para que o escravo se olhe com os olhos do senhor. Ensinam-nos história como se mostra uma múmia, datas e dados desprendidos do tempo, irremediavelmente divorciados da realidade que conhecemos, amamos e padecemos; e nos oferecem uma versão do passado desfigurada pelo elitismo e pelo racismo. Para que ignoremos o que podemos ser, escondem-nos e mentem-nos o que fomos.

A Europa é o Universo. Pouco ou nada aprendemos do passado pré-colombiano da América e nem se fala da África, que conhecemos através dos velhos fil-

mes de Tarzan. Ensinam-nos a história de cada um dos nossos países à margem da história dos demais; as sublevações indígenas e as rebeliões de escravos negros são mencionadas superficialmente (quando são mencionadas) como episódios de má conduta; os grandes processos econômicos e sociais não existem nem como pano-de-fundo, e os heróis, homens de bronze sempre enfeitados de festa, agem por inspiração divina, solitariamente: no duelo entre o bom e o mau, as massas cumprem passivamente seu papel de comparsas.

Assim, as crianças de Porto Rico aprendem que nasceram numa ilha com demasiadas pessoas e vazia de recursos, condenada a depender de uma potência estrangeira desde que era habitada por índios bobos e preguiçosos; e muitas crianças da Venezuela acreditam que Guaiacipuro, herói da resistência indígena contra a conquista espanhola, é nada mais do que o nome de um troféu anual da televisão. Nos textos da história do Brasil, a experiência de Palmares merece no máximo um par de linhas (em Palmares, os escravos negros viveram livremente durante todo o século 17, derrotando as sucessivas expedições militares

de portugueses e holandeses); e nos textos argentinos, reduz-se a história nacional a duvidosas façanhas do porto de Buenos Aires. No Uruguai, esquecem que José Artigas encabeçou a primeira reforma agrária da América... Os exemplos não acabariam nunca.

Os povos se soltam

Através de seus acertos e erros, as revoluções que estão acontecendo antecipam uma assombrosa realidade possível. O que acontecerá quando nossas terras cegas limpem os olhos? Que imagem deslumbrante se levantará no fim desses séculos de disfarce e terror, quando a realidade deixe de ser um mistério e a esperança um consolo? Quando o poder for de todos e a palavra também, nossas terras, que dirão? Como será a síntese de todas as cores e dores do homem nessa América nossa de ternuras e magias e violências?

Mais cedo do que tarde sabremos, porque nossos povos estão realizando a profecia de Chilam Balam, aquele que foi a boca dos deuses, quando nas vésperas da conquista espanhola anunciou que em alguma hora se acabará o tempo da cobiça e se soltarão as pernas, as mãos, a cara do mundo se soltará.



Na América, a história foge dos museus para se realizar no campo e nas ruas

"Pra Frente Brasil"...



Pra Frente Brasil

O veto da Divisão de Censura ao filme "Pra Frente Brasil", de Roberto Faria, coloca novamente em pauta a discussão dos limites e alcances do processo de redemocratização. Apesar de que ainda haja a possibilidade de recurso ao Conselho Superior de Censura e, em última instância, ao próprio ministro da Justiça, a interdição pode ser interpretada como demonstração de que não se modificaram, essencialmente, os critérios que caracterizaram desde 1964, os órgãos da censura.

"Não há hipótese desse filme ser exibido no Brasil. Não passou agora na Divisão de Censura e não passará no Conselho Superior de Censura do Ministério da Justiça", declarou um oficial graduado do exército ao "Jornal do Brasil" de 6 de abril, acrescentando ainda que "a abertura política não passa pela discussão de um tema como esse".

Já na opinião do seu diretor, Roberto Faria (há 11 anos afastado das câmaras), "Pra Frente Brasil" não é um incitamento à derrubada da ordem vigente; pelo contrário, é um filme contra a violência. Ele se refere a uma situação de 12 anos atrás, que acabou e que todos nós sabemos não acontecer mais e que, esperamos, não deve voltar nunca mais a acontecer".

É evidente que hoje ou amanhã o filme de Roberto Faria será exibido, mas o essencial é que ficará no povo a idéia de que nos tempos atuais ainda são severas as restrições ao livre debate, que é um requisito da democracia.

Concurso em El Salvador

A Rádio "Venceremos" de El Salvador convocou para um concurso de poesia e canto com a finalidade de estimular os artistas que, de diversas partes do mundo, respaldam a luta revolucionária do povo salvadorenho.

Cerca de 150 trabalhos poéticos e de 50 obras musicais de artistas do interior de El Salvador, Nicarágua, México, Cuba, Estados Unidos, Co-

lômbia, França, Alemanha Federal e Moçambique já chegaram ao concurso. O júri internacional está integrado por representantes do Panamá, México, Chile, Cuba, Haiti e Uruguai.

Os melhores trabalhos receberão reconhecimento simbólico da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Rádio "Venceremos" e serão difundidos pela emissora revolucionária.

Os interessados brasileiros podem enviar seus originais para a sede da *Salpress* na Cidade do México (Insurgentes Centro 125, edifício B, despacho 303, México, D. F.) ou para o *Comin* (Apartado Postal 2363, Telcor Los Escombros, Manágua, Nicarágua).

Chile: repúdio à censura

A recém-criada Comissão pela Liberdade de Expressão da Sociedade de Escritores do Chile (Sech), repudiou publicamente as diversas medidas administrativas do governo que restringem as liberdades de pensamento, opinião e expressão, além de censurarem a criação artística mediante disposições contidas na Constituição política do Estado.

Em roda de imprensa, os membros da citada Comissão presididos pelo escritor Luis Sánchez Latorre, dirigente máximo da Sech, protestaram pelo fato de que qualquer obra deve ser autorizada pelo Ministério do Interior para sua posterior circulação no país.

Esclareceram que o citado Ministério demora entre três meses e dois anos para dar uma resposta sobre qualquer livro ou texto submetido à revisão pelas autoridades, as quais — segundo os escritores — não contam com pessoal idôneo para realizar essa tarefa.

Exposição pró-uruguaio

A solidariedade dos mais destacados pintores do mundo com os familiares dos presos políticos do Uruguai fará de Quito (Equador), em maio próximo, a sede da mais importante exposição de pintura contemporânea acontecida na América Latina em toda a sua história.

Sob os auspícios da Fundação Guayasamin e da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos (Aladhu), serão leiloadas obras de mais de 300 pintores de 30 países, que conseguiram reunir mais de 500 quadros. O produto das vendas dos quadros será doado aos familiares dos presos políticos do Uruguai.

Entre os mais destacados artistas, além do próprio Guayasamin, encontram-se Juan Miró, Roberto Matta, Wilfrido Lam, René Portocarrero e Pilar Bustos, entre outros.

PANORAMA TRICONTINENTAL

KHADAFI NA EUROPA

O governo líbio anunciou que está disposto a permitir o retorno dos exilados. A decisão foi anunciada durante a visita do líder líbio a Viena, no começo de março, a primeira de Khadafi a um país ocidental. Durante sua permanência de quatro dias na capital austríaca, Khadafi aceitou inclusive dialogar com seus opositores, para analisar os motivos que têm impedido o seu retorno ao país.

O fato ocorre no momento em que Muammar Khadafi inicia também uma grande ofensiva diplomática em busca de apoio contra a crescente hostilidade do governo Reagan em relação à Líbia. Não existe uma cifra exata do número de exilados, mas em geral afirma-se que cerca de cem mil líbios vivem no exterior, vinte e cinco mil dos quais no Egito.

O primeiro-ministro austríaco Bruno Kreyski sofreu grandes pressões internas e externas contra a visita do dirigente líbio. Mas o premier reagiu afirmando que "não existe prova alguma de que Khadafi esteja envolvido com atos de terrorismo na Europa e nos Estados Unidos". Além disso Kreyski disse que a atitude beligerante dos EUA em relação à Líbia "cria sérios perigos para a paz mundial".

No final de sua visita, Khadafi falou a quase 300 jornalistas denunciando as pressões norte-americanas, que, segundo ele, vão desde a guerra econômica até provocações militares. O líder líbio também acusou o governo Reagan de pressionar dirigentes africanos para boicotarem a próxima reunião da Organização da Unidade Africana (OUA), marcada para Trípoli, e apresentou cópias de cartas que com esse objetivo foram enviadas pelo presidente norte-americano a vários mandatários do continente africano.

Khadafi elogiou a atitude de Kreyski que "ignora as pressões para manter a visita e abrir um diálogo entre os europeus e a Líbia". Ele convidou também os demais países europeus a seguir o exemplo austríaco, alegando que a abertura de um diálogo contribuiria para reduzir as tensões no Oriente Médio, ajudaria a resolver a situação palestina e diminuiria o risco de uma nova guerra na região.

No momento, a Líbia contribui com a oitava parte das importações austríacas de petróleo. Kha-

dafi pretende estimular os europeus a comprar mais petróleo da Líbia, oferecendo em troca a possibilidade de importar equipamentos técnicos. No caso da Áustria, a empresa *Voest Steel*, a maior do país, já tem um acordo para construção de uma usina siderúrgica na cidade líbia de Misurata, no



Muammar Khadafi

valor de 787 milhões de dólares.

No momento em que Khadafi se encontrava em Viena, os Estados Unidos anunciaram o projeto de bloqueio total às importações de petróleo da Líbia, bem como a proibição de venda de material tecnológico àquele país. O novo ato de hostilidade do governo Reagan procura aumentar as dificuldades para que a Líbia venda seu petróleo no mercado internacional, obrigando assim o governo de Trípoli a paralisar ou reduzir o seu plano de desenvolvimento interno.

UMA VITÓRIA CONTRA A NESTLÉ

As agências das Nações Unidas e as organizações não-governamentais empenhadas no controle da promoção e do emprego dos substitutos do leite materno, conseguiram uma segunda e ostensiva vitória. A primeira foi a adoção, por parte da Assembléia Mundial de Saúde (23 de maio de 1981), de um código de conduta obrigatória nesta matéria. Agora a *Nestlé* — a corporação transnacional que é de longe o principal fabricante mundial de substitutos — acaba de anunciar que acatará as disposições do código. Entre a aprovação do código por unanimidade, com a única exceção dos Estados Unidos e nove abstenções (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 35, "Um passo contra as transnacionais") e este anúncio, ocorreram muitas novidades que explicam a decisão da empresa suíça. Nesse período de tempo, 20 nações puseram em prática o código, incorporando suas disposições a suas próprias legislações ou mediante adoção de outro tipo de providência, en-

quanto que outros 38 países estão a caminho de fazer a mesma coisa.

Por outro lado, o "Comitê Internacional de boicote à Nestlé", a organização que realiza já há vários anos a campanha contra a empresa, havia conseguido que diminuíssem suas vendas de leite em pó e outros sucedâneos. Na realidade, os substitutos do leite materno só representam 2,5% das vendas mundiais da Nestlé, que totalizaram cerca de 12 bilhões de dólares em 1981.

O "Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno" se propôs eliminar as práticas impostas pelas transnacionais para se imporem no mercado, omitindo os efeitos nocivos provocados pelo emprego dos sucedâneos, salvo nos casos em que as mães estão impedidas de amamentar os recém-nascidos. É um fato científico irrefutavelmente comprovado que o melhor alimento infantil é o leite natural.

Porém a propaganda e os truques promocionais das empresas impuseram a grandes camadas da população mundial a crença de que as virtudes nutritivas do leite em pó são superiores. Isso tem se constituído num fator de mortalidade infantil e de transtornos e deformações congênitas em milhões de crianças, particularmente no Terceiro Mundo. Os executivos da Nestlé afirmaram que observarão as principais disposições do código, isto é, cessar a propaganda comercial e as práticas tendentes a desestimular a alimentação natural. Os materiais elaborados pelos promotores expressarão que "o leite materno é o melhor alimento para os bebês" e que "as mães sempre deveriam consultar um médico" antes de recorrer aos substitutos. A empresa assegurou que dará as instruções correspondentes a todas as suas filiais.

A "Rede de Ação Internacional sobre Alimentos Infantis", a organização não-governamental que fez a campanha em favor do código, aprovou com cautela a decisão da Nestlé. O porta-voz da rede disse que "se a Nestlé é realmente sincera, o passo mais construtivo que deveria dar seria a realização de um encontro com o comitê de boicote para selar um acordo claro e obrigatório que permita o fim da campanha". Acrescentou ainda que espera que as medidas da Nestlé incluam não só todas as formas de promoção direta, como também parar de distribuir amostras e gratificações ao pessoal médico, assim como a utilização de outros meios visando propiciar a adoção de substitutos.

Mesmo aceitando as reservas destas organizações que passaram anos brigando contra as transnacionais e que logicamente aguardam que as medidas anunciadas se reflitam na prática, a vitória obtida é clara. E espera-se que outras empresas, influenciadas pela corporação líder do setor, se sintam levadas a imitá-la.

CLUBE DE AMIGOS

□ Temos recebido muitas cartas de leitores, algumas aqui publicadas, reivindicando melhores e mais eficazes canais de comunicação entre pessoas interessadas na temática terceiro-mundista. Algo assim como um Clube de Amigos de cadernos do terceiro mundo.

Na discussão inicial dessa idéia, a opção mais generalizada seria uma proposta abrangente, qual seja a criação de um Clube de Amigos do Terceiro Mundo, uma entidade sem fins lucrativos, que ofereceria uma base concreta a esse esforço de comunicação.

A intenção é divulgar e dinamizar o intercâmbio entre os povos do Terceiro Mundo, através de um trabalho mais estruturado, centralizado em cadernos. Há toda uma gama de iniciativas que poderão ser tomadas para efetivar essa idéia, como a promoção de concursos de monografias, trabalhos de pesquisas e investigações, fotografias, cinema etc., sempre com a temática do Terceiro Mundo.

Tudo o que se possa fazer para melhorar a comunicação Sul-Sul e ajudar a romper o bloqueio informativo das grandes agências transnacionais terá o nosso apoio. Esses clubes poderão constituir-se em uma nova frente nessa luta. Circulando em cerca de setenta países, parte através de assinantes, cadernos do terceiro mundo tem já uma estrutura de funcionamento, capaz de oferecer a essa rede de clubes um suporte organizativo eficaz.

A idéia, sugerida por muitos leitores, está aí. Vamos debatê-la. Todos estão convidados a nos enviar sua opinião, com sugestões concretas sobre a iniciativa, que desejamos seja o resultado de um amplo consenso e de uma real participação dos leitores que se interessam pela idéia.

Os editores

ÁSIA: A EXPLORAÇÃO COMEÇA AOS SEIS ANOS

Um dos efeitos mais dramáticos do subdesenvolvimento no continente asiático, a miséria e a exploração que sofre um setor importante da infância, foi estatisticamente descrito em um recente relatório da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas (Escap).

Nesse continente, que abriga 59,2% da população mundial, "o trabalho abusivo de crianças é amplamente praticado nos países do sul e do sudeste asiático, como também ocorre em outras vastas regiões do mundo em desenvolvimento", diz o documento.

Um caso extremo desse aberrante fenômeno é a situação das milhares de crianças que a cada ano são "praticamente vendidas" para serem submetidas a trabalhos pesados em condições inumanas. Essas crianças são obrigadas a realizar duras tarefas nas fábricas, dormem no chão do próprio local de trabalho, recebem uma alimentação insuficiente e inadequada e lhes são dados raros momentos de descanso. Não é preciso assinalar que são múltiplos os danos irreversíveis que essa situação causa aos seus delicados organismos, assim como as doenças e a diminuição da esperança de vida que padecem.

Outros casos sumamente graves são os trabalhos em granjas, residências particulares e casas de prostituição. Aqueles que são "cedidos" aos prostíbulos são privados de toda consideração humana, tratados com brutalidade e despojados da mínima liberdade, segundo o relatório da Escap.

Os parâmetros empregados para o estudo foram a comprovação de condições "decididamente insuportáveis" no referente à alimentação, alojamento e salário, e anomalias como as acima citadas. Em termos gerais, as crianças têm menos de 15 anos, porém se encontrou uma porcentagem significativa de trabalhos abusivos desempenhados por crianças a partir dos seis anos de idade.

Eis algumas das estatísticas mais chocantes oferecidas pela Escap:

— Calcula-se que em 1975 na região sul e sudeste da Ásia trabalharam cerca de 42 milhões de crianças.

— Uma enquête realizada nos bairros marginais de Bombaim revelou que uma quarta parte das

crianças começava a trabalhar entre os seis e os nove anos, e mais da metade entre os dez e os doze anos.

— No Paquistão, em 1981, um milhão e meio de crianças trabalhavam entre 11 e 12 horas diárias, desde os seis anos, com salários que oscilavam entre oito e doze dólares mensais.

PRORROGADA COOPERAÇÃO PETROLÍFERA

No próximo mês de junho, os ministros do petróleo do México e da Venezuela se reunirão na capital azteca para assinar a prorrogação do convênio de cooperação energética e financeira que beneficia a América Central e o Caribe.

Por esse convênio, nove países da região são abastecidos de petróleo em condições preferenciais, num total de 144 mil barris diários, fornecidos em partes iguais pelo México e Venezuela.

Em consequência da queda dos preços do cru — que afeta as economias dos dois países abastecedores — mencionou-se a possibilidade de que o acordo fosse revisto. Para a Venezuela, por exemplo, a diminuição do preço do petróleo representou um corte da ordem de 1,6 bilhão de dólares em suas receitas fiscais, que serão compensados com um plano de austeridade no manejo dos gastos públicos.

No entanto, depois ficou claro que os rumores relativos a uma possível modificação do convênio eram sem fundamento. Por se tratar de um "esforço sub-regional de fomento ao desenvolvimento econômico dos países abastecidos" — como o embaixador mexicano o definiu em Caracas — o acordo deverá ser mantido. Mais ainda: oferece-se a possibilidade de estendê-lo a novos países, como seria o caso de Belize.

O programa energético — conhecido como "Acordo de San José" (porque foi firmado na capital da Costa Rica), estabelece uma linha de crédito por 30% do custo das importações petrolíferas num prazo de cinco anos, a juros anuais de 4%. Se os recursos derivados do crédito se destinam a projetos prioritários de desenvolvimento, os empréstimos podem estender-se até 20 anos, com juros anuais de 2%.

TELEX

● Corrupção

Uma intensa mobilização começou na Etiópia com o objetivo de acabar com a corrupção. O povo respondeu com prontidão ao chamado do governo para pôr fim a esta terrível seqüela da época de Hailé Selassié. Estão se organizando reuniões nas regiões administrativas, províncias e distritos assim como nas organizações de massa, para discutir as modalidades e procedimentos para a eliminação da corrupção e para estabelecer comitês de controle dos trabalhadores e um tribunal especial do povo. Procura-se eliminar, no mais curto prazo possível, o comércio ilícito, os desfalques, o fetichismo e os abusos do poder.

● Pragas

Os diversos tipos de pragas e enfermidades que atacam os cultivos agrícolas consomem o alimento de cerca de 800 milhões de pessoas no mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Durante a terceira reunião de consulta sobre o uso adequado de praguicidas, realizada no México em março último, Alan Bates, delegado da FAO, afirmou que este problema ocasiona a perda de 34% das colheitas mundiais de alimentos, prejuízo calculado em 75 bilhões de dólares, dos quais 35% correspondem à América Latina e Caribe. Uma das soluções estudadas no encontro seria o controle biológico desses males agrícolas, segundo alguns, a opção mais recomendável.

● Violação de direitos

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) recebeu ultimamente 108 denúncias sobre crimes e violações dos direitos e liberdades dos trabalhadores em 41 países. Entre as mais graves figuram assassinatos e atentados contra dirigentes sindicais na Guatemala e El Salvador. A OIT pediu ao governo militar do Chile informações sobre as ações judiciais empreendidas contra diversos dirigentes sindicais e sobre demissões durante uma greve legal.

● Exportações

Os intercâmbios comerciais entre a Tanzânia e Moçambique aumentaram desde 1976, quando foi assinado um acordo comercial entre os dois países. A Tanzânia exporta para Moçambique produtos têxteis e alumínio laminado, e importa de Moçambique eletrodos para soldas, pneumáticos, tubos e máquinas de costura. Em 1978, a Tanzânia exportou 107,7 milhões de *shillings* e importou 37,8 milhões. Em 1980, as importações aumentaram para 21,8 milhões de *shillings* e as exportações para 139,9 milhões. (O *shilling*, moeda tanzaniana, custava em 1979 um pouco mais de 1/8 de dólares.)

● Agentes da CIA

Dois norte-americanos e um alemão-ocidental foram expulsos de Gana no início do mês de março, após serem acusados de agentes da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Os dois norte-americanos, Terry Dean Sweeny e Slade MacLane, e o alemão-ocidental Siegfried Brandenberg trabalhavam numa empresa norte-americana de alumínio, *Falconbridge*. As autori-

dades de Gana descobriram que eles possuíam documentos mostrando os preparativos para a resistência armada à revolução, apenas 48 horas após o seu início.

● Soberania

A 19 de abril passado, uma multidão de panamenhos esteve com o presidente Aristides Royo e os chefes da Guarda Nacional, na histórica cerimônia de recuperação da soberania do Panamá sobre a administração da Justiça e da Polícia na zona do Canal. A transferência dessas atividades para a administração panamenha estava prevista nos Tratados Torrijos-Carter, assinados em 1977. O público lembrou insistentemente o general Omar Torrijos através de palavras-de-ordem e canções. Torrijos, considerado o principal artífice da recuperação da soberania panamenha sobre o Canal, morreu num acidente ainda não esclarecido no ano passado. O presidente Royo, que deveria ter içado a bandeira panamenha na cerimônia, cedeu essa missão a Raquel Pazner, viúva do general Torrijos.

● Controle demográfico

O governo chinês decretou no mês de março uma lei estabelecendo que os casais que moram nas zonas urbanas podem ter um só filho. A medida acrescenta que os habitantes de zonas rurais poderão ter até dois filhos "em certas condições", entre as quais a de que o primeiro filho seja incapacitado. A necessidade da radicalização do controle da natalidade se baseia, segundo o governo, no fato de que a falta de uma política demográfica nos anos 60 deu lugar a um desenfreado índice de nascimentos e os que nasceram naquela época estão agora em idade de procriar.

O risco de uma catástrofe

O antigo comandante da frota francesa desmonta, peça por peça, toda a doutrina belicista da administração Reagan e denuncia a mistificação da "superioridade nuclear soviética", argumento-chave da propaganda norte-americana

Sus Van Elzen/Maria Fialho



O almirante na reserva Antoine Sanguinetti foi chefe do Estado-Maior da marinha de guerra francesa e comandante da frota de submarinos nucleares. Este antigo general da Otan, conselheiro e amigo pessoal do presidente François Mitterrand, está hoje filiado ao Partido Socialista Francês e tem desenvolvido nos últimos anos intensa atividade militante em favor da paz e da desistência. Condenou publicamente em diversas ocasiões a instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Europa ocidental como, por exemplo, num comício em fevereiro de 1980 promovido em Lisboa pelo Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CCPC) e pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN). Estudioso das questões que envolvem a Paz e a Guerra — publicou recentemente *Le devoir de parler* ("O dever de falar") onde aborda aspectos que dizem respeito a toda a humanidade — Antoine Sanguinetti falou em Bruxelas, com exclusividade a cadernos do terceiro mundo.

O presidente Reagan deu a entender que só se o seu programa armamentista fosse aprovado, a paz poderia "ser mantida até o próximo século", argumentando que a URSS se mantinha na vanguarda da corrida aos armamentos. Existe de fato desequilíbrio?

— Na realidade, não há desequilíbrio algum entre os Estados Unidos da América e a União Soviética no que diz respeito ao potencial militar. O que Reagan diz é que quer restabelecer "uma margem de segurança" que diminuiu com o tempo. E isso é completamente diferente do problema de desequilíbrio...

Aliás, houve sempre essa "margem de segurança". Os acordos Salt 2 vieram permitir a redução dessa "margem de segurança". De resto, os números são geralmente conhecidos; com as conversações Salt 2 foi feita uma espécie de inventário do armamento existente de um lado e de outro. E o que ficou provado, foi que os norte-americanos tinham bastante mais ogivas nucleares — cerca de duas vezes mais. Ou seja, globalmente, cinco mil ogivas nucleares estratégicas do lado soviético, contra 11 mil norte-americanas.

Os acordos Salt 2 permitiam aos soviéticos recuperar até 1985 uma parte deste atraso, podendo atingir cerca de dois terços do que possuiriam os norte-americanos nessa ocasião. Permitia-se, pois, uma diminuição da tal "margem de segurança", margem que a administração Reagan quer agora, de novo, estabelecer. Mas dizer que há superioridade dos soviéticos é pura mentira...

A sua ação pelo desarmamento tem proporcionado ataques, em que o acusam de "estar fazendo o jogo de Moscou"...

— Ataco abertamente a política norte-americana, mas não quer dizer que defenda os soviéticos.

Refiro-me apenas às declarações feitas pela administração norte-americana — e em particular às de Reagan —, e quando esses dados e declarações não respeitam a realidade, é óbvio que me revolto. Sem que por isso defenda automaticamente a posição soviética. Sejam claros, há dois chatos (*emmerdeurs*) na terra, os norte-americanos e os soviéticos, e no momento eu me revolto contra os primeiros. Os norte-americanos dizem-me: “Atenção, podemos um dia ser atacados pelos soviéticos”. Eu afirmo: “No momento são vocês que me dominam”.

O “jogo da guerra”

Alguns analistas afirmam que, face ao armamento estratégico dos EUA, os soviéticos dispõem de uma extraordinária superioridade em armamento convencional, possuindo muito mais tanques, submarinos etc. O que o senhor poderia comentar a respeito?

— Os soviéticos têm mais tanques do que a Otan, entre outras razões, porque a Otan decidiu basear a sua estratégia em outro tipo de armamento. Há alguns generais — e eu próprio sou dessa opinião — que consideram os tanques um instrumento já ultrapassado da última Guerra Mundial.

É fácil referirem-se ao material militar por categorias, mas a superioridade militar não é uma questão de categorias; refere-se a um todo global. Reagan disse que quer uma “margem de segurança” entre os EUA, por um lado, e a União Soviética por outro. Ora, por detrás da URSS, no Pacto de Varsóvia, há os exércitos de seis pequenos países, e por detrás dos EUA estão a terceira, a quarta, a quinta, a sexta e a sétima forças militares do mundo, todas reunidas numa mesma aliança, a Otan, o que representa uma enorme margem de superioridade face à União Soviética. Isto é o que eu considero como técnico. A superioridade não está nos tanques, não. Aliás é essa a razão porque nos fazem constantemente referência aos tanques...

Segundo o Pentágono, a União Soviética teria aproveitado os 10 ou 11 anos de negociações Salt para aumentar o seu armamento...

— Mas os norte-americanos fizeram a mesma coisa! Durante 12 anos sentaram-se à mesma mesa com a única intenção de se espicaçarem mutuamente. É certo que se os acordos Salt forem aplicados, a margem norte-americana diminuirá ligeiramente. Mas é isso que agora eles não querem...

Tem-se falado muito também da frota de guerra soviética...

— Tendo sido comandante do maior navio da marinha de guerra francesa e tendo dirigido esta durante três anos, pude bem perceber a capacidade e o estado da frota soviética. A URSS sendo um país fortemente continental, se tornou a segunda potência marítima do mundo.



Os tratados Salt 2 diminuíram a margem dos norte-americanos...



...mas em termos globais a inferioridade militar da URSS é um fato

“Ataco os norte-americanos mas não sou pró-soviético”

"Todos os anos a marinha dos Estados Unidos lança um novo tipo de navio"

Não há dúvida que ela é importante, mas é de qualquer forma a segunda mais importante. A primeira é a norte-americana. E estes não o negam. Mas não esqueçamos que depois da União Soviética, a britânica é a terceira força marítima do mundo, a francesa a quarta, a italiana e a alemã federal a quinta e a sexta. No total, o Ocidente tem cerca de duas vezes mais navios, tonelagem, capacidade etc., que o bloco soviético.

De um ponto de vista geoestratégico, a URSS tem uma frota dispersa por quatro mares, não lhe sendo fácil sair do mar Báltico ou do mar Negro, pois os estreitos são controlados pelo lado ocidental. E não é fácil enviar uma esquadra de Murmansk para Vladivostok...

Não esqueçamos, além disso, que eles enfrentam dificuldades financeiras, e uma marinha, sobretudo se se quer moderna e sofisticada, exige grandes somas de dinheiro. Para ter uma boa tripulação é necessário dar-lhe um bom *training*, o que é particularmente dispendioso, envolvendo cerca de dezenas de milhões de francos por dia. E à marinha soviética falta esse treino, se comparadas as suas tripulações com as ocidentais.

Os submarinos nucleares

Geralmente aponta-se o caso dos mísseis em Cuba e o bloqueio da ilha por parte da marinha norte-americana, como uma fase que marcou um novo salto no desenvolvimento da marinha soviética. Está de acordo com esta versão?

— É verdade que os soviéticos tomaram consciência com a questão de Cuba de que a sua marinha tinha pouco peso. Daí que tenham se consagrado mais intensamente ao desenvolvimento da sua frota. Como se os norte-americanos não tivessem feito o mesmo!... Todos os anos a marinha dos Estados Unidos apresenta um novo tipo de navio.

O que diz geralmente a imprensa? Fala de porta-aviões norte-americanos e soviéticos e afirma que a URSS tem dois porta-aviões do tipo *Kiev* e outros dois em fabricação. Certo. Mas, primeiro, um *Kiev* não é um porta-aviões mas um porta-helicópteros, o que é uma diferença essencial. E apesar de um *Kiev* ser um belo navio, não tem nada que se compare com um porta-aviões nuclear norte-americano de 80 mil toneladas. Os soviéticos

têm dois em uso e outros dois em construção. Pois bem, os Estados Unidos têm 14.

E no que diz respeito aos submarinos?

— Os estudos norte-americanos dizem que os soviéticos têm 377 submarinos. Mas, por sua vez, o Instituto de Estudos Estratégicos em Londres esclarece que, desse total, 259 submarinos estão em uso e 115 na reserva. E quando os soviéticos declaram uma embarcação na reserva, trata-se, geralmente, de um navio já bastante velho. Note-se ainda que uma grande parte dos submarinos soviéticos são submarinos diesel. Qual o valor militar de um submarino deste tipo? Basta dizer que os norte-americanos já nem os fabricam. Os ingleses não os fabricam desde 1965, ou se os fabricam é para vender ao Paquistão ou à Índia.

Não há comparação possível entre o pior submarino nuclear de ataque e o melhor submarino diesel do mundo. Sendo assim, constatamos que os 250 ou 300 submarinos soviéticos formam um número impressionante, mas militarmente estão fora de jogo. O que se deve comparar é o número de submarinos nucleares.

É verdade que os soviéticos têm um pouco mais de submarinos nucleares que os americanos. Mas também aqui temos de definir que tipos de submarinos nucleares. Estamos falando de submarinos nucleares de dissuasão, que têm por finalidade, de um ponto de vista global e geral, impedir que se desencadeie um conflito, ou falamos de submarinos nucleares de ataque produzidos para a guerra submarina? Trata-se de duas categorias diferentes e não intermutáveis.

Quer dizer que os submarinos de dissuasão são mais armas estratégicas do que propriamente de combate?

— Exatamente. De uma maneira geral, o submarino de dissuasão é considerado como uma arma "do governo", não uma arma pertencente à marinha de guerra.

E os soviéticos têm mais submarinos de dissuasão que os norte-americanos?

— Sim, os norte-americanos têm 41 — o número que desde sempre fixaram para este tipo de arma — enquanto que os soviéticos têm 60. Há, no entanto, uma diferença fundamental: os submarinos de dissuasão norte-americanos (ou *lance engines*) têm pelo menos 16 mísseis e o mais moderno destes submergíveis, o *Trident*, tem 24, enquanto que uma importante parte dos submarinos soviéticos de dissuasão tem apenas três mísseis a bordo, o que quer dizer que são necessários seis destes submarinos para perfazerem o número de armas (*engines*) existentes num só submarino de dissuasão americano, francês ou inglês. E ao lado disso, há que considerar o número de ogivas que cada uma dessas armas possui. A maior parte dos mísseis soviéticos tem uma ogiva e só nos últimos modelos

conseguiram atingir três ogivas. Enquanto que uma arma como o *Poseidon* (norte-americano) tem dez ogivas, podendo mesmo ter quatorze. Devemos pois argumentar levando isso em consideração.

E em relação aos submarinos nucleares de ataque?

— Os norte-americanos fixaram o número destes submarinos em 42, enquanto os soviéticos têm cerca de 72. No entanto, os Estados Unidos não são os únicos no Ocidente a possuir este tipo de submarinos; os ingleses têm cerca de 12, aos quais virão juntar-se uma série de cinco franceses em vias de estarem prontos. E no que concerne ao desenvolvimento técnico, o problema se coloca em iguais termos quanto aos submarinos de dissuasão: vários submarinos de ataque soviéticos tiveram já de ser rebocados por inúmeras avarias, o que deixa bem a desejar sob o ponto de vista técnico.

Uma argumentação falseada

Quer dizer que, em termos de "guerra fria", o Ocidente está mais avançado tecnologicamente?

— Sem dúvida. É verdade que há forças soviéticas importantes, mas não me venham dizer que não há nada face a elas. O Ocidente tem mais homens em atividade, mais navios, os mesmos submarinos, mais aviões e mais armas nucleares. Eles têm mais tanques, isso é verdade.

Ou seja, na comparação entre forças ocidentais e as do Leste...

— Mas nunca se fazem comparações entre as forças ocidentais, de um lado, e as forças de Leste do outro! Compara-se sempre a União Soviética e a Otan, que não é mais do que uma pequena parte das forças ocidentais. Por exemplo, nunca se conta com sete oitavos das forças americanas que não fazem parte da Otan. A Sexta Esquadra do Mediterrâneo não faz parte da Otan. Aliás, a força soviética no Mediterrâneo é formada essencialmente por barcos de apoio e poucos barcos de combate, enquanto que do outro lado há mais navios de combate e menos de apoio, já que os países ocidentais contam com bases no Mediterrâneo.

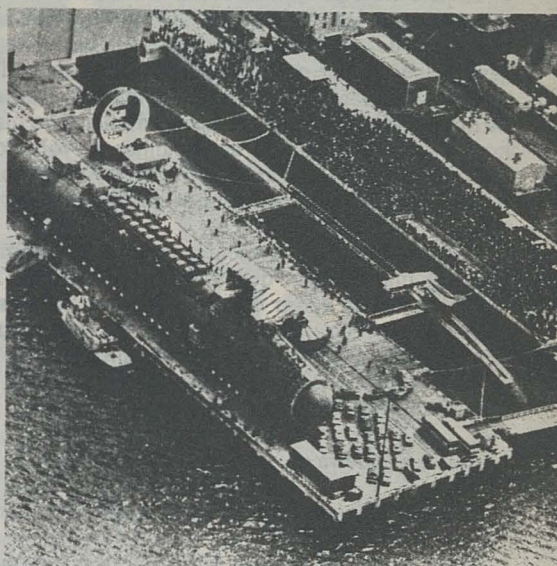
É com isto que toda a argumentação pode-nos ser falseada, pretendendo, desse modo, arrastar-nos numa corrida aos armamentos sem sentido algum.

Quantas armas nucleares existem atualmente no mundo?

— Cerca de 40 mil armas, das quais 30 mil americanas e 10 mil soviéticas. São números internacionalmente aceites.

O que há de concreto em relação aos mísseis SS-20 soviéticos apontados contra a Europa Ocidental?

— É certo que são uma arma terrível — se não o fosse não a teriam feito — mas a mentira começa quando se pretende fazer crer que face aos SS-20



O submarino norte-americano Trident carrega 24 mísseis

“Com falsas argumentações, pretendem arrastar-nos à corrida armamentista”

"Em caso de guerra limitada na Europa, os EUA não seriam atingidos"



não há nada, quando se diz que 260 SS-20 correspondem a 750 ogivas nucleares, podem alterar um equilíbrio nuclear que se baseia num total de 40 mil armas nucleares. Não nos venham dizer que estamos em desequilíbrio. Isso não é verdade e Reagan o sabe melhor que ninguém. Os soviéticos não podem dominar uma corrida mundial aos armamentos — têm quatro vezes menos dinheiro do que nós — nem conseguiram acompanhar a evolução, sempre estiveram em atraso. E quando o querem recuperar jogam-lhes na cara a corrida armamentista.

Não me interessa apresentar os soviéticos como vítimas, mas é assim que as coisas se passam. A União Soviética é um dos dois grandes "chatos" (*emmerdeurs*) do mundo, mas há um outro que não fica nada atrás, o nosso querido aliado...

Cabe-nos a nós acalmar esse grande aliado, o que não é nada cômodo!

Europa e a "guerra preventiva"

Como o senhor interpreta as intenções desse "aliado nada cômodo"?

— A estratégia nuclear norte-americana evoluiu com as circunstâncias. Da *flexible response* da doutrina de MacNamara até 1975, à doutrina Schlesinger. Segundo aquela, os EUA reconheciam que a União Soviética os podia atingir, a despeito do seu atraso. Os americanos aceitavam a luta onde os soviéticos escolhessem, mas com os meios apropriados e com uma intervenção limitada. Assim se passaram os anos 60 até 1975. O arsenal militar soviético foi-se reforçando, sem contudo conseguir recuperar o atraso que tinha.

(Mas basta um terço do arsenal soviético para destruir os EUA. Que sentido tem os norte-americanos poderem destruir a URSS com o potencial que possuem? Quando se destruiu o planeta uma vez, que importa as outras dezenove? Nessas cir-

cunstâncias, a expressão "equilíbrio geral" não tem sentido algum militarmente falando...)

A doutrina Schlesinger introduz um dado novo, ela afirma que em caso de guerra na Europa — hipótese que até então nunca se colocara — será necessário que o território norte-americano não venha a ser atingido. Em 1979, Kissinger afirmava em Bruxelas que os europeus tinham de compreender que no caso de ser preciso uma guerra na Europa, ter-se-ia de evitar que a civilização desapareça nessa guerra — a civilização é, neste caso, os Estados Unidos.

A partir do momento em que a mais poderosa nação do mundo começa a dizer que vai se equipar e organizar de maneira a não ser atingida no caso de uma guerra européia próxima, a situação agrava-se extraordinariamente. Eu pessoalmente, começo a recear francamente o que possa vir a se produzir. Sobretudo quando, ao mesmo tempo, se reconverte — segundo a diretriz presidencial nº 59 — uma parte da força estratégica excedente, não necessária à dissuasão, para um ataque "antiforça", o que significa necessariamente um "ataque preventivo".

Não se vai bombardear um silo soviético quando a arma aí instalada já partiu, mas sim antes que parta. Daí a necessidade de se ser o primeiro a atacar. É esse o sentido do ataque "antiforça". E no que diz respeito a este ataque, os norte-americanos estão de longe melhor equipados, podendo destruir a maioria do potencial soviético de ataque preventivo, na medida que a maior parte das armas da URSS estão em terra. Ao passo que a maioria do potencial de ataque preventivo norte-americano encontra-se nos submarinos; os soviéticos só poderiam atingir assim apenas uma pequena parte do material preventivo americano em terra.

Essa a razão porque somos um número crescente de militares a dizer: alto lá! Começa-se a exagerar. Os espertalhões arriscam-se a lançar o mundo numa catástrofe.



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola